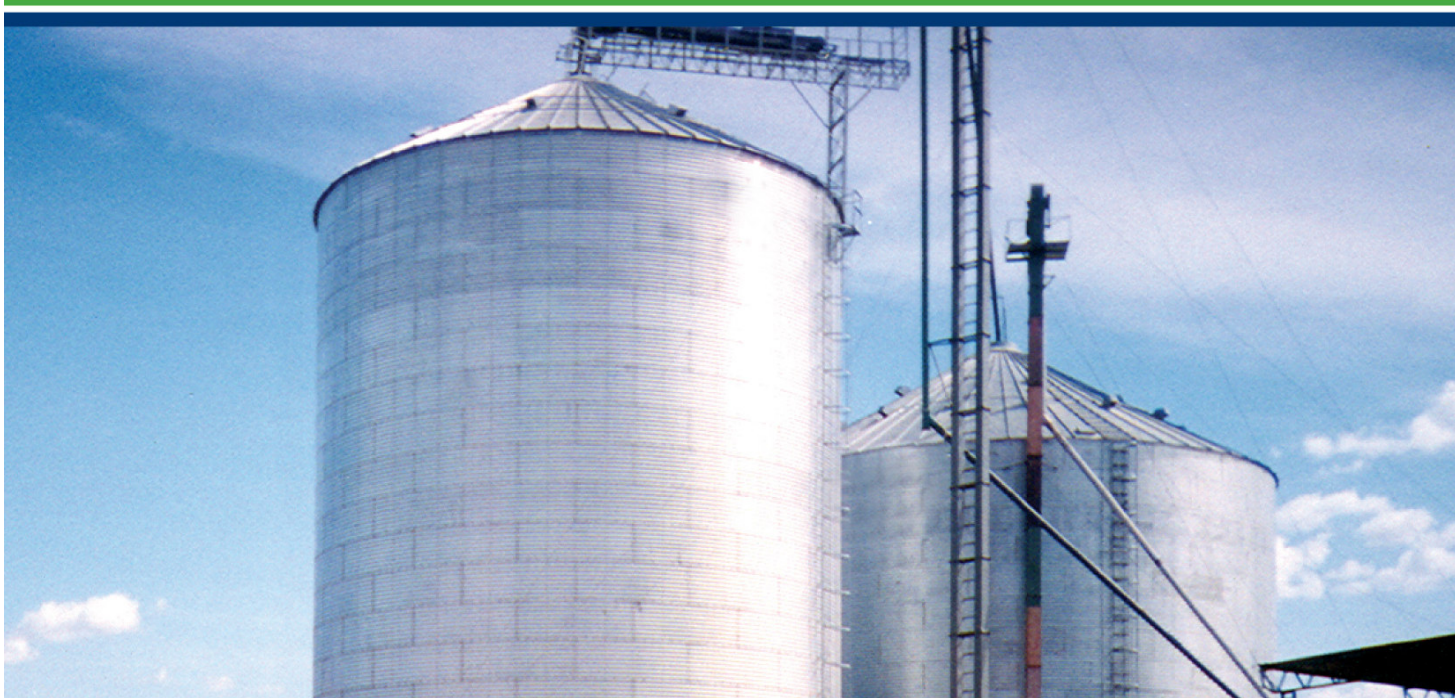




Relatório de Gestão **do Exercício de 2011**

Superintendência Regional de Alagoas



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
JOSÉ ALBERTO PORTANOVA MENDES RIBEIRO FILHO
Ministro

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB
RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ALAGOAS
ELIZEU JOSÉ RÊGO
Superintendente

MANACÉS CALHEIROS FILHO
Gerente administrativo e Financeiro

NÉLIO LUIS DA COSTA
Assistente de Superintendente

GENIVAL BATISTA DE BARROS
Gerente de Operações e Suporte Estratégico

NÉLIO LUIS DA COSTA
GENIVAL BATISTA DE BARROS
JOSUE CONSTANTINO DE LIMA
Elaboração

Prestação de Contas Ordinária Anual

Relatório de Gestão do Exercício de 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU n.º 63/2010, da DN 108, de 24 de novembro de 2010, da Portaria TCU n.º 123, de 12 de maio de 2011 e das orientações da Controladoria-Geral da União contidas na NE n.º 03/2010, aprovadas pela Portaria CGU n.º 2.546/2010.

Sumário

Lista de Siglas.....	4
Lista de Quadros e Figuras.....	6
Apresentação.....	8
1 Informações Básicas.....	9
1.1 Informações Gerais sobre a UJ.....	9
1.1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	9
1.1.2 Estrutura Organizacional.....	11
1.1.3 Principais Responsáveis.....	11
1.2 Análise do Planejamento Estratégico e dos Macroprocessos.....	12
1.2.1 Planejamento Estratégico.....	12
1.2.2 Breve Análise dos Principais Macroprocessos.....	14
a) Macroprocesso de Sustentação da Renda.....	14
b) Macroprocesso de Promoção do Abastecimento.....	15
c) Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento.....	16
d) Macroprocesso de Atendimento a Parceiros.....	16
e) Macroprocesso de Prestação de Serviços.....	17
f) Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos.....	18
g) Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos.....	18
1.2.3 Principais Resultados Estratégicos Previstos.....	19
2 Análise Geral do Ambiente de Gestão e de Negócios.....	20
2.1 Análise do Ambiente de Gestão.....	20
2.2 Análise do Ambiente de Negócios.....	20
3 Sustentação de Renda.....	21
3.1 Instrumentos para Sustentação de Renda.....	21
3.1.1 Intervenções Governamentais.....	22
3.1.1.1 Programa Aquisição de Alimentos – PAA.....	22
a) Abrangência de Atuação do PAA.....	23
b) Recursos Aplicados.....	23
c) Aquisição de Produtos.....	24
3.1.1.2 Subvenções do Governo Federal.....	25
a) Subvenção econômica aos produtores de Cana de Açúcar.....	25
3.2 Principais indicadores de desempenho.....	25
4 Promoção do Abastecimento.....	26
4.1 Atuação da Companhia.....	26
4.2 Ações desenvolvidas.....	27
4.2.1 Alienação dos Estoques da PGPM.....	27
a) Vendas em Leilão Público, com Subvenção.....	27
b) Vendas em Balcão.....	28
4.2.2 Doação de Produtos Alimentícios.....	30
a) Doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional-MDS.....	30
b) Distribuição de alimentos a pessoas atingidas por desastres de qualquer natureza-MI.....	30
c) Suplementação da Oferta de alimentos para Entidades Públicas e de Interesse Social.....	30
d) Doação de Feijão da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM.....	31
4.3 Principais Indicadores de Desempenho.....	31
5 Administração de Estoques Públicos – Armazenagem, Fiscalização e Movimentação (correspondente ao item 7 da DN 108).....	34
5.1 Rede Armazenadora Própria.....	34
5.1.1 Estoques Públicos Depositados nas Unidades Próprias.....	35
5.1.2 Cadastramento de Unidades Armazenadoras.....	35
5.1.3 Capacitação da Mão de Obra do Setor Armazenador.....	36
5.2 Fiscalização.....	37

5.2.1 Cobranças por Desvio ou Perdas em Armazenagem dos Estoques Públicos.....	38
a) Remoção de Produtos Vinculados à PGPM.....	38
b) Remoção de Produtos do MDS.....	39
5.3 Principais Indicadores de Desempenho.....	39
6 Geração e Difusão de Informações (correspondente ao item 10 da DN 108).....	43
6.1 Levantamento de Safras.....	43
a) Levantamento da Safra de Grãos.....	43
b) Levantamento da Safra Brasileira de Cana de açúcar.....	43
6.2 Levantamento de Custos de Produção e de Custos de Insumos.....	44
7 Gestão de Pessoas (correspondente ao item 11 da DN 108).....	45
7.1 Distribuição de Empregados.....	45
7.2 Sistema de Comunicação.....	45
7.3 Melhoria do Clima Organizacional.....	45
7.4 Ações de Capacitação.....	46
a) Quanto ao número de treinandos.....	46
b) Resultados Alcançados.....	46
7.5 Composição e Custo de Pessoal.....	47
7.5.1 Admissões, Demissões e Transferências.....	50
7.5.2 Perspectivas de Aposentadoria.....	50
7.5.3 Recomposição do Quadro de Pessoal.....	50
7.5.4 Composição do Quadro de Estagiários.....	50
7.5.5 Custos de Pessoal.....	50
7.5.6 Mão de Obra Terceirizada.....	51
7.5.7 Principais Indicadores Gerenciais.....	52
8 Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil (correspondente ao item 12 da DN 108).....	54
8.1 Planejamento e Execução Orçamentária.....	54
8.1.1 Análise da Execução Orçamentária.....	59
8.2 Análise das Inscrições em Restos a Pagar.....	71
8.2.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	71
8.3 Demonstrações Contábeis Previstas na Lei n.º 6.404/76.....	71
8.4 Composição dos Investimentos da Empresa.....	89
8.5 Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	92
8.6 Parecer da Auditoria Independente.....	94
9 Governança e Controles.....	97
9.1 Informações sobre o Controle Interno.....	97

Lista de Siglas

AGF - Aquisição do Governo Federal
AUDIN - Auditoria Interna
CAF - Compra da Agricultura Familiar
CDAF - Compra Direta da Agricultura Familiar
CFP - Companhia de Financiamento da Produção
CIBRAZEM - Companhia Brasileira de Armazenagem
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
COBAL - Companhia Brasileira de Alimentos
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CPR - Cédula do Produtor Rural
DIFIN - Diretoria Financeira
DIPAI - Diretoria de Política Agrícola e Informações
DIRAB - Diretoria de Operações e Abastecimento
DIRAD - Diretoria Administrativa
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
GEARE - Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Resultados
GEASA - Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras
GEBEM - Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho
GECAD - Gerência de Cadastramento e Credenciamento de Armazéns
GECAP - Gerência de Capacitação
GEFAD - Gerência de Finanças e Administração
GEOSE - Gerência de Operações e Suporte Estratégico
GEVEP - Gerência de Vistoria dos Estoques Privados
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB - Movimento de Atingidos por Barragens
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério de Desenvolvimento Social
MOC - Manual de Operações CONAB
N.A. - Não Aplicado
NR - Norma Regulamentadora
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PDV - Programa de Demissão Voluntária
PDVI - Programa de Demissão Voluntária Incentivada
PEP - Prêmio para escoamento de Produto
PEPRO - Prêmio Equalizador pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa
PGPM - Programa de Garantia de Preço Mínimo
PPA - Plano Pluri Anual
PROGE - Procuradoria Geral
PROP - Prêmio de risco para Aquisição de Produto Agrícola oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda
PRORE - Procuradoria Regional
PTRES - Plano de Trabalho Resumido
SAS - Serviço de Assistência a Saúde
SEADE - Setor Administrativo, de Desenvolvimento e de Recursos Humanos
SECOF - Setor Contábil e Financeiro
SEGEO - Setor de Apoio a logística e Gestão da Oferta
SEMPI - Setor de Operações de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento
SESAN - Setor de Segurança Alimentar e Nutrição
SIAFI - Serviço Integrado de Administração Financeira
SIAPE - Sistema de Administração de Pessoal
SICARM - Sistema de Cadastro de Unidades Armazenadoras
SUARM - Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoque
SUCON - Superintendência de Contabilidade
SUFIN - Superintendência de Finanças
SUFIS - Superintendência de Fiscalização
SUGOF - Superintendência de Fiscalização
SUINF - Superintendência de Informações do Agronegócio
SUMOC - Superintendência de Modernização e Capacitação
SUOPE - Superintendência de Operações Comerciais

SUPAB - Superintendência de Abastecimento Social
SUPAD - Superintendência de Administração
SUPAF - Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar
SUPOR - Superintendência de Orçamento e Avaliação
SUREG - Superintendência Regional
SUREH - Superintendência de Recursos Humanos
SUTIN - Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação
TPF - Tabela de Participação Financeira
UA - Unidade Armazenadora
VEP - Valor por Escoamento de Produto

Lista de Quadros e Figuras

Quadro	Título	Pág
I	Identificação da Unidade	9
II	Aquisições por meio da CPR-Estoque	24
III	Demonstrativo de Comercialização pelo VEP	27
IV	Atendimento às Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional – MDS	30
V	Cronograma de Investimentos para Certificação das Unidades Armazenadoras	34
VI	Certificação das Unidades Armazenadoras Próprias Diagnóstico– Previsão 2014	34
VII	Demonstrativo da Posição dos Estoques	35
VIII	Demonstrativo da Capacidade Estática de Armazenagem	35
IX	Demonstrativo de Fiscalização dos Estoques	37
X	Demonstrativo das Remoções Contratadas	39
XI	Demonstrativo da Contratação de Remoção de Produtos do MDS	39
XII	Demonstrativo da Área e da Produção Agrícola – Safras 2010/11 e 2011/12	43
XIII	Treinamento, por Área de Conhecimento	46
XIV	Indicadores de Capacitação	47
XV	Composição do Quadro de Pessoal, por Situação Funcional	48
XVI	Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual	48
XVII	Demonstrativo por Nível de Enquadramento	48
XVIII	Demonstrativo por Nível de Escolaridade	49
XIX	Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ	49
XX	Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária	50
XXI	Composição do Quadro de Estagiários	50
XXII	Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2009, 2010 e 2011	50
XXIII	Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Vigilância Ostensiva	52
XXIV	Execução Orçamentária, por UG	54
XXV	Movimentação de Crédito	55
XXVI	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa	56
XXVII	Despesas por Modalidade de Contratação	58
XXVIII	Execução Física e Financeira das Ações Realizadas pela UJ	59
XXIX	Demonstrativo da Execução Física e Financeira – SAS	59
XXX	Demonstrativo da Execução da Ação Auxílio-Alimentação	61
XXXI	Demonstrativo da Execução da Ação Auxílio-Transporte	63
XXXII	Demonstrativo da Execução da Ação Capacitação de Servidores Públicos	64
XXXIII	Demonstrativo da Execução da Ação Cumprimento de Sentenças	65
XXXIV	Demonstrativo da Execução da Ação Fiscalização dos Estoques Públicos	65
XXXV	Demonstrativo da Execução da Ação Formação de Estoques Públicos	65
XXXVI	Demonstrativo das Despesas Realizadas	66
XXXVII	Demonstrativo da Execução da Ação Gestão e Administração do Programa	66
XXXVIII	Demonstrativo de Execução da Despesa	67
XXXIX	Demonstrativo da Execução da Ação Geração e Difusão de Informações	68
XL	Demonstrativo da Execução da Ação Recuperação e Modernização da Rede	68
XLI	Demonstrativo da Execução da Ação Pesquisa de Safras	70
XLII	Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	71
XLIII	Balanço Patrimonial - Exercício findo em 31/12/2011	71
XLIV	Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercício findo em 31/12/2011	73
XLV	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido-Exercício findo em 31/12/2011	75
XLVI	Demonstração do Valor Adicionado	76
XLVII	Composição Acionária da UJ como investidora	90
XLVIII	Demonstrativo da Provisão para Perdas	92
XLIX	Distribuição dos Imóveis	93
L	Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ	93
Figura	Título	Pág
I	Mapa Estratégico Corporativo	13
II	Macroprocesso de Sustentação de Renda	15
III	Macroprocesso de Promoção do Abastecimento	15
IV	Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento	16
V	Macroprocesso de Atendimento a Parceiros	17
VI	Macroprocesso de Prestação de Serviços	17

Figura	Título	Pág
VII	Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos	18
VIII	Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos	19
IX	Evolução das Aplicações do PAA	24
X	Evolução das Quantidades Vendidas - VEP	28
XI	Armazenagem nos Municípios	36
XII	Crescimento do Número de Custos Elaborados e Utilizados	44
XIII	Evolução da Ação Auxílio-Alimentação	61

Apresentação

O Relatório de Gestão da Superintendência Regional de Alagoas, da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, relativo ao exercício de 2011, foi elaborado na forma prescrita nos termos do Art. 70 da CF, e elaborada de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/10, da DN 108/10, da portaria TCU nº 123/11 e das orientações da Controladoria-Geral da União contidas na NE nº 003/10, aprovada pela Portaria CGU nº 2.546/10.

Cabe ressaltar que os itens 5-Articulação e Organização do Abastecimento, 6-Prestação de Serviços, 8-Gestão Tecnológica, 9-Gestão Estratégica, 11.6-Análise sobre o Cibrius, 13.2-Deliberações do TCU e 13.3-Recomendações do Controle Interno e Externo, não houve ocorrência no exercício 2011.

As atividades desenvolvidas durante o exercício sob exame estão inseridas nas diversas ações que compõem os Programas do Governo inscritos no PPA 2008-2011 e nos Planos Internos da Conab. Também foram executadas ações decorrentes de parcerias ou convênios firmados com diversos órgãos, estando todas as atividades condizentes com o Estatuto Social e alinhadas com o Planejamento Estratégico da Companhia, cujo desenvolvimento das Ações e os resultados alcançados estão explicitados no presente documento.

Mantendo sempre o propósito de crescimento, a Superintendência Regional de Alagoas avançou de forma efetiva, em 2011, nas ações do Governo Federal, no Estado de Alagoas, principalmente na aplicação das políticas de abastecimento, dentre elas a PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos que através de seus instrumentos executou diversos levantamentos de safras, tanto de grãos como de cana-de-açúcar, objetivando levantar o volume da produção das culturas predominantes no Estado. O conjunto destas ações, de certa forma, contribuiu para a regularidade do abastecimento, principalmente de milho, através do pagamento de prêmio, propiciando o escoamento destes produtos de regiões produtoras para região consumidora, considerando que o estado de Alagoas é importador deste produto. A Conab através da sua Superintendência como órgão executor do Governo Federal para políticas de abastecimento vem fornecendo milho a pequenos criadores do Estado os quais não tem acesso aos estoques públicos através dos leilões periódicos realizados, e isto vem sendo feito através do “Programa Venda Balcão”, que tem como meta proporcionar aos segmentos da avicultura, suinocultura, caprinocultura, ovinocultura e bovinocultura, milho a preços que permita a sustentabilidade econômica de cada atividade. Dentro destas ações, destaca-se o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA através dos seus instrumentos de compra, tanto a Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF, com foco na aquisição de feijão e farinha de mandioca, como a Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR-Doação e Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR-Estoque, visando amparar a comercialização de diversos produtos oriundos da agricultura familiar ao mesmo tempo repassando estes alimentos as populações carentes através de doações sistemáticas as diversas Instituições que desenvolvem ações de amparo social dentro do contexto do Programa Fome Zero do Governo Federal.

Este Relatório visa, sobretudo, por em foco os feitos da Superintendência Regional de Alagoas no ano de 2011, onde todos os esforços foram empreendidos para que a Conab em Alagoas, viesse cumprir de forma competente o seu papel Institucional.

Elizeu José Rego

Superintendência Regional de Alagoas

Superintendente

1 Informações Básicas

1.1 Informações Gerais sobre a UJ

1.1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro I - Identificação da Unidade

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo Federal		
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA		Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Companhia Nacional de Abastecimento - Superintendência Regional de Alagoas		
Denominação abreviada: Conab/Sureg-AL		
Código SIORG: Não cadastrada	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 22211
Situação: ativa		
Natureza Jurídica: Empresa Pública Federal		
Principal Atividade: Abastecimento Agroalimentar (Administração Pública em Geral)		Código CNAE: 84.11-6
Telefones/Fax de contato: (82) 3241-2342 / 3358-6145 / 3358-7412		
Endereço Eletrônico: al.sureg@conab.gov.br		
Página da Internet: http://www.conab.gov.br		
Endereço Postal: Rua Senador Mendonça, 148 – Ed. Walmap – 8º e 9º andar – Centro – CEP: 57.020-030		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
A Superintendência Regional de Alagoas – SUREG-AL está subordinada hierarquicamente à Presidência da Conab e funcionalmente às respectivas Diretorias, tendo sido criada pela Resolução CONAD nº 05 de 30 de julho de 2008, mediante deliberação do Conselho de Administração da CONAB, em sua 182ª Reunião Ordinária realizada em 24/6/2008, no uso da competência que lhe confere o art. 16, Inciso IX, do Estatuto Social (versão 24/03/2008) e o Art. 3º Inciso IX do Regimento Interno da Companhia (versão aprovada 25/11/2009).		
A Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, constituída nos termos do art. 19, inciso II, da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990 é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O seu Estatuto Social foi aprovado pelo Decreto 99.994, em 26/12/1990, com alterações nas seguintes datas:		
Versão	Decreto	Data do Decreto
1.ª Versão	99.944	26/12/90
2.ª Versão	369	19/12/91
3.ª Versão	s.n.º	03/07/95
4.ª Versão	1.816	09/02/96
5.ª Versão	s/n.º	19/12/96
6.ª Versão	2.390	19/11/97
7.ª Versão	3.336	13/01/00
8.ª Versão	4.514	13/12/02
9.ª Versão	6.407	24/03/08
As atividades tiveram início em 1º de janeiro de 1991, com os seguintes objetivos:		
Objetivos:		
Planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM do Governo Federal;		
Implementar a execução de instrumentos de sustentação de preços agropecuários;		
Participar da formulação da política agrícola e executar políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agropecuária;		
Coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;		
Encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de		

produtos agropecuários no mercado interno;

Desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, obedecendo diretrizes baixadas pelo MAPA e pelo Decreto 3.981, de 24 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior-CAMEX, do Conselho do Governo, e dá outras providências;

Exercer outras atividades, compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo.

A SUREG-AL tem as seguintes competências regimentais:

Representar a Companhia perante os órgãos federais, estaduais e municipais;

Manter estreita e ativa interação com entidades públicas e privadas ligadas ao agronegócio, objetivando antever soluções para questões regionais, divulgar as ações da Companhia e buscar novos negócios;

Divulgar, cumprir e fazer cumprir as diretrizes governamentais estratégicas da Companhia, as disposições legais e os atos normativos em vigor;

Coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas;

Constituir grupos de trabalho, comissões de licitação, de sindicância, de inventário de mercadorias e outros similares de interesse da Companhia.

Sua estrutura orgânica, composta por unidades administrativas e operacionais, está disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.

I – Procuradoria Regional - PRORE

II – Gerência de Operações e Suporte Estratégico – GEOSE

a) Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta - SEGEO

b) Setor de Operações de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento- SEOPI

III – Gerência de Finanças e Administração - GEFAD

a) Setor Contábil e Financeiro – SECOF

b) Setor Administrativo, de Desenvolvimento e de Recursos Humanos – SEAD

IV – Unidades Operacionais

a) Unidade Armazenadora - UA

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada

Decreto de armazenagem nº 3.855, de 3 de julho de 2001

Manuais e publicações relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada

Publicações disponíveis na página da internet

a. Manual de Operações da CONAB;

b. Publicações Especializadas

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome	Título Resumido
135586	Superintendência Regional de Alagoas	SUREG/AL
135294	Unidade Armazenadora de Maceió	UA/MACEIÓ
135610	Unid. Armazenadora de Palmeira dos Índios	UA/P. DOS ÍNDIOS
135295	Unidade Est. Estratégico	EST. ESTRATÉGICO
135296	Núcleo Estoque Regulador/ AL	PGPM
135439	Mercado de Opção - AL	M. DE OPCÕES

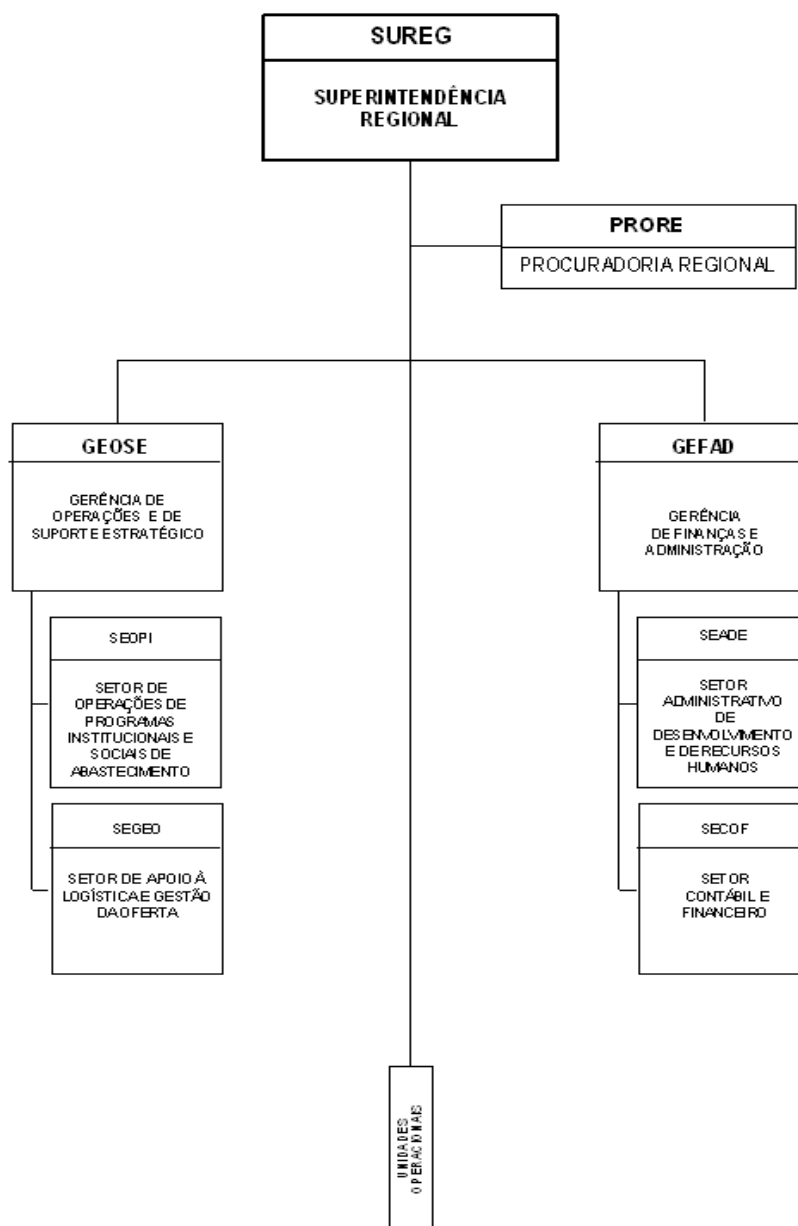
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
22211	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
135586	22211
135294	22211
135610	22211
135295	22211
135296	22211
135439	22211

1.1.2 Estrutura Organizacional



1.1.3 Principais Responsáveis

- **Superintendência Regional de Alagoas**

Elizeu José Rêgo – Superintendente, nomeado pela Portaria nº 247, de 23SET/08.

Nélcio Luis da Costa – Assistente de superintendência, nomeado pela Portaria nº 079/2010.

- **Procuradoria**

Rochelle Lima Teles – Procuradora, nomeado pelo Ato DIRAD nº 127, de 04MAR/10.

- **Gerência de Operações e Suporte Estratégico**

Genival Batista de Barros – Gerente, nomeado pelo Ato DIRAD nº 127, de 04MAR/10.

Emmanuel Bezerra da Silva – Substituto, nomeado pela Portaria nº 006, de 03NOV/11.

- **Gerência Financeira e Administrativa**

Manacés Calheiros Filho – Gerente, nomeado pelo Ato DIRHU nº 466, de 12DEZ/08.

Josué Constantino de Lima – Substituto, nomeado pelo Ato DIRHU nº 801, de 12DEZ/08.

- **Unidade Armazenadora de Maceió**

Sérgio Ricardo Marques de Albuquerque – Gerente, nomeado pelo Ato DIRHU nº 467, de 22OUT/08.

- **Unidade Armazenadora de Palmeira dos Índios**

Lourival Barbosa de Magalhães – Gerente, nomeado pela Portaria nº 586, de 05NOV/10.

1.2 Análise do Planejamento Estratégico e dos Macroprocessos

1.2.1 Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico da Conab foi concebido a partir de acordo firmado em 2003 com a Agência Brasileira de Cooperação-ABC e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, tendo por objetivo a capacitação da Conab para novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, consequentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a promover o bem-estar social e o desenvolvimento do País.

Para o seu desenvolvimento foi utilizada a metodologia de Balanced Scorecard-BSC, de forma compartilhada, ou seja, envolvendo equipes de Líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes de Área e Coordenadores de áreas da Presidência) e Ampliada (10 Superintendentes Regionais e alguns gerentes, assessores e técnicos da Matriz) e Equipes de Desenvolvimento e de Multiplicadores. Entre os produtos gerados, destacam-se o Mapa Estratégico Corporativo, a nova declaração da missão, visão e proposta de valor aos diferentes públicos-alvos da Companhia.

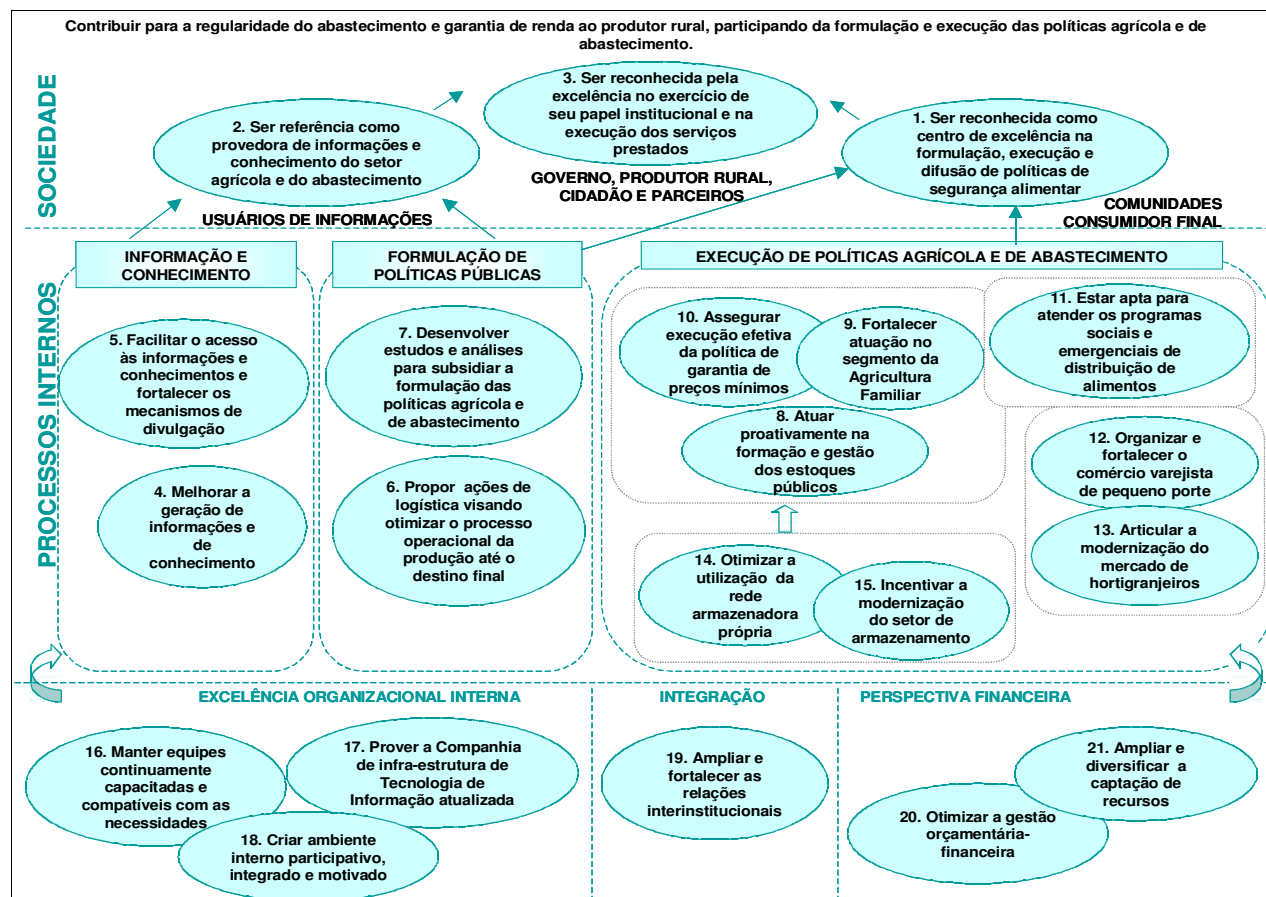
O mapa estratégico traduz a missão, a visão e a estratégia da organização, a partir de um conjunto abrangente de objetivos que direcionam o comportamento e o desempenho institucionais. Os propósitos deste mapa são definir e comunicar a todos os níveis gerenciais e servidores, de modo claro e transparente, o foco e a estratégia de atuação escolhidos pela organização, assim como a forma pela qual as ações impactam no alcance dos resultados desejados, subsidiando a alocação de esforços e evitando a dispersão de ações e de recursos.

Na Conab, o mapa estratégico está estruturado em cinco perspectivas: excelência organizacional interna, integração, perspectiva financeira, processos internos e sociedade. Essas perspectivas representam um encadeamento lógico da estratégia de atuação da Companhia. Cada uma engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela Conab no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão

institucional.

A tradução da estratégia, por meio do mapa abaixo explicitado, criou um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores da organização.

Figura I– Mapa Estratégico Corporativo



Fonte: Conab

Aprovado em dezembro de 2004 para um horizonte de cinco anos, os períodos de 2005 a 2006 representaram um esforço para a implementação das estratégias definidas, com a designação de responsáveis por projetos, apuração de indicadores, definição de metas, monitoramento de resultados e alinhamento mediante reuniões de análises estratégicas com a liderança da Companhia. Em face da mudança na alta direção da Conab, ocorrida no 2.º semestre de 2007, foi apresentado pelo Grupo Gestor da Estratégia um balanço das atividades até então realizadas, incluindo o histórico da implantação do Planejamento Estratégico, suas premissas, metodologia, composição do Mapa Corporativo e respectivos objetivos, metas e indicadores de desempenho, assim como as iniciativas estratégicas associadas. A direção abordou a necessidade de se proceder ajustes na condução do processo, desconstituiu os grupos formados para seu desenvolvimento e acompanhamento e designou assessores para a revisão do Planejamento Estratégico.

Devido à descontinuidade do Planejamento Estratégico e por força do Acórdão da 2.ª Câmara do TCU nº 835/2011, publicado no Diário Oficial em 24 de fevereiro de 2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico em virtude dos riscos de gestão advindos da falta de utilização desse instrumento, foi criado por meio das Portarias PRESI n.ºs 268 e 291, de 28 de março e 5 de abril de 2011, respectivamente, um grupo de trabalho com a

finalidade de retomar os trabalhos do Planejamento Estratégico. Após os trabalhos o grupo recomendou:

- a) criar uma unidade orgânica específica para elaboração e execução do Planejamento Estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conad, sendo o coordenador um empregado do quadro permanente de pessoal;
- b) inserir no regimento interno as ações pertinentes à nova unidade orgânica, fazendo as devidas supressões das competências em outras áreas;
- c) manter a atual ferramenta utilizada para o planejamento estratégico, sem desprezar os trabalhos executados, tempo despendido e o investimento financeiro realizado;
- d) avaliar a necessidade do uso de outras metodologias complementares ao BSC; e
- e) contratar consultoria para auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Por meio da Portaria PRESI n.º 278, de 07 de março de 2012, foi constituído novo grupo de trabalho, objetivando a retomada do Plano Estratégico da Conab. Este grupo, conforme CI PRESI nº097, de 06/03/12, foi encarregado de validar os objetivos estratégicos, os indicadores de avaliação, as metas, e as iniciativas ou projetos que irão permitir o alinhamento da gestão estratégica ao cumprimento da missão institucional da Companhia.

1.2.2 Breve Análise dos Principais Macrocessos

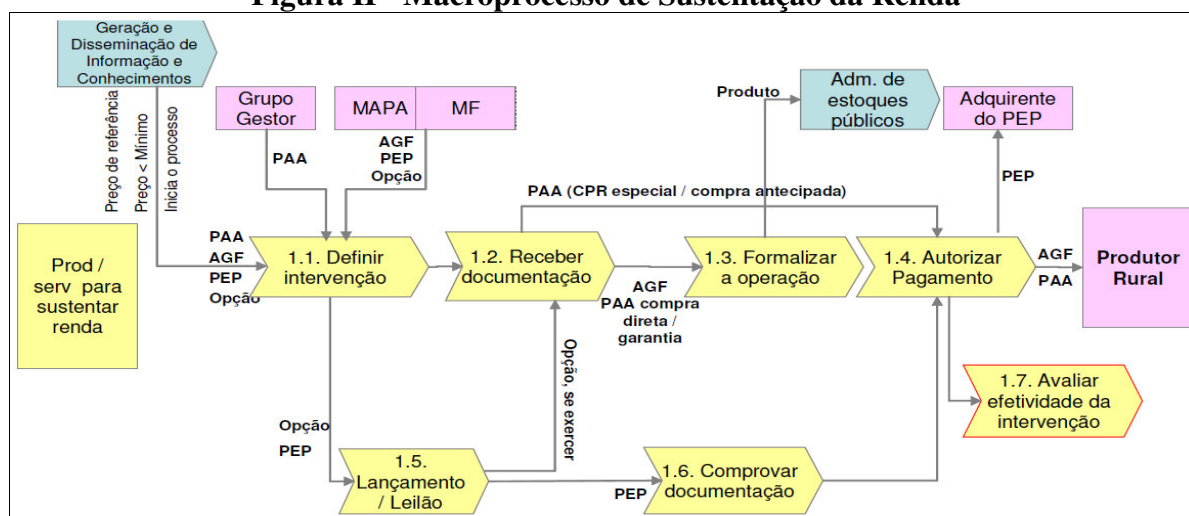
a) Macroprocesso de Sustentação da Renda

Este macroprocesso retrata o atendimento aos produtores e tem seu início demarcado pela identificação da necessidade de intervenção no mercado com o objetivo de manutenção da renda do setor. Para tanto, podem ser utilizados os instrumentos definidos no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM ou do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Sua execução exige constante monitoramento das condições existentes no mercado agrícola, remetendo à necessidade de alinhamento entre as diferentes instâncias de decisão, tanto internas quanto externas, envolvendo o planejamento e a decisão da intervenção.

Público alvo: produtores rurais, cooperativa, associações, grupos formais ou informais de produtores.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos ligados à compra e à subvenção, tais como Aquisição do Governo Federal-AGF, Contrato de Opção de Venda, Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação.

Figura II - Macroprocesso de Sustentação da Renda



Fonte: Conab

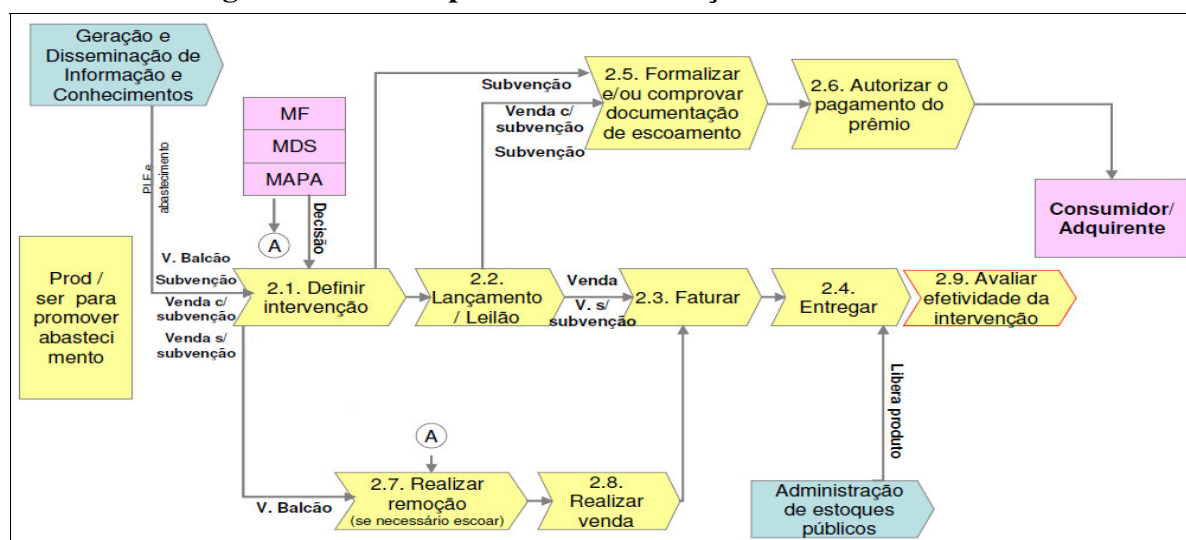
b) Macroprocesso de Promoção do Abastecimento

Este macroprocesso caracteriza-se pelo atendimento aos consumidores, desde comerciantes, agroindústrias ou pequenos criadores. Assim como no macroprocesso anterior seu início também é demarcado pela identificação da necessidade de uma intervenção por meio de vendas ou pela concessão de subvenção econômica, objetivando o escoamento de produtos das zonas de produção para áreas desabastecidas. Possui forte interface com o macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimento, buscando identificar o momento e a intensidade das intervenções.

Público alvo: consumidor/adquirente, diretamente ou indiretamente por meio de atacadistas, agroindústria de transformação, pequenos criadores e agroindústria de pequeno porte, cooperativas de consumo, exportadores e varejistas.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos e serviços ligados à venda e a subvenção, tais como Vendas de Produtos com ou sem subvenção, Venda Balcão, Prêmio de Escoamento de Produto-PEP.

Figura III - Macroprocesso de Promoção do Abastecimento



Fonte: Conab

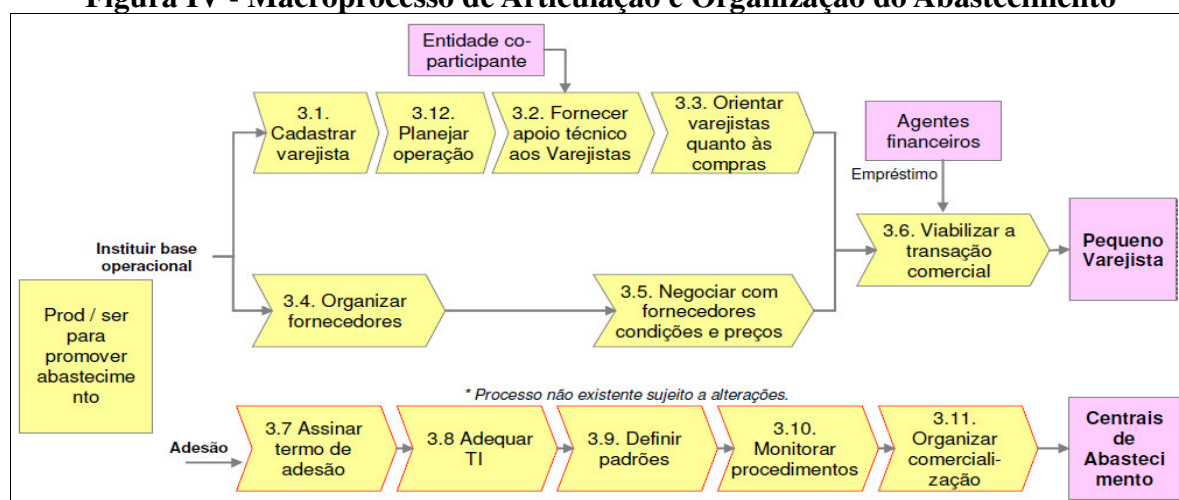
c) Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento

Este macroprocesso envolve duas atividades atualmente desenvolvidas pela Conab no sentido de favorecer a organização do abastecimento interno: O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort e a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP. O primeiro foi criado com o intuito de preencher o espaço criado pela desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização-Sinac que mantinha uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais, e a Refap foi concebida com o propósito de gerar ações que promovam a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de fortalecer o comércio de pequeno porte.

Público alvo: Centrais de abastecimento e similares e varejistas de pequeno porte.

Família de Produtos e Serviços: Centrais de Negócios e Portal de informações de preços e quantidades comercializadas.

Figura IV - Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento



Fonte: Conab

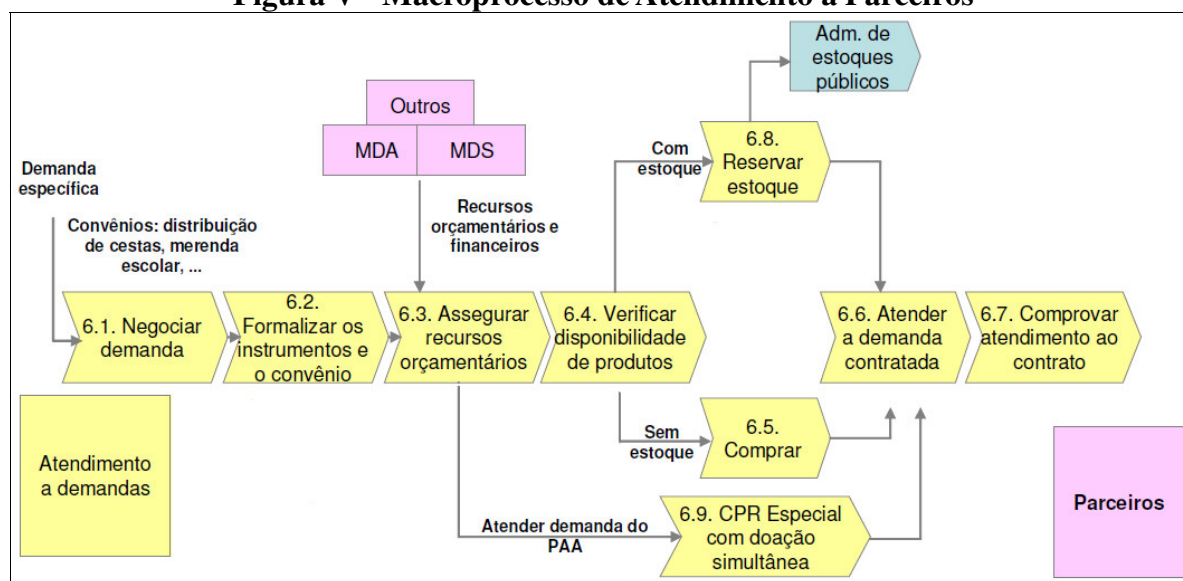
d) Macroprocesso de Atendimento a Parceiros

É um macroprocesso de atendimento às parcerias celebradas com outros órgãos públicos. Tem seu início demarcado pela demanda externa específica e que envolve principalmente ações de complementação alimentar e nutricional, incluindo a Ajuda Humanitária Internacional. Sua execução envolve a celebração de acordos com parceiros devido à necessidade de dotação orçamentária/financeira.

Público alvo: Parceiros caracterizados por ser do Governo e por contratar os serviços da Conab, especialmente MAPA, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA e órgãos estaduais e municipais.

Família de Produtos e Serviços: Aquisição de produtos agrícolas e gêneros alimentícios para atendimento aos programas sociais, entrega de cestas de alimentos, merenda escolar, dentre outros.

Figura V - Macroprocesso de Atendimento a Parceiros



Fonte: Conab

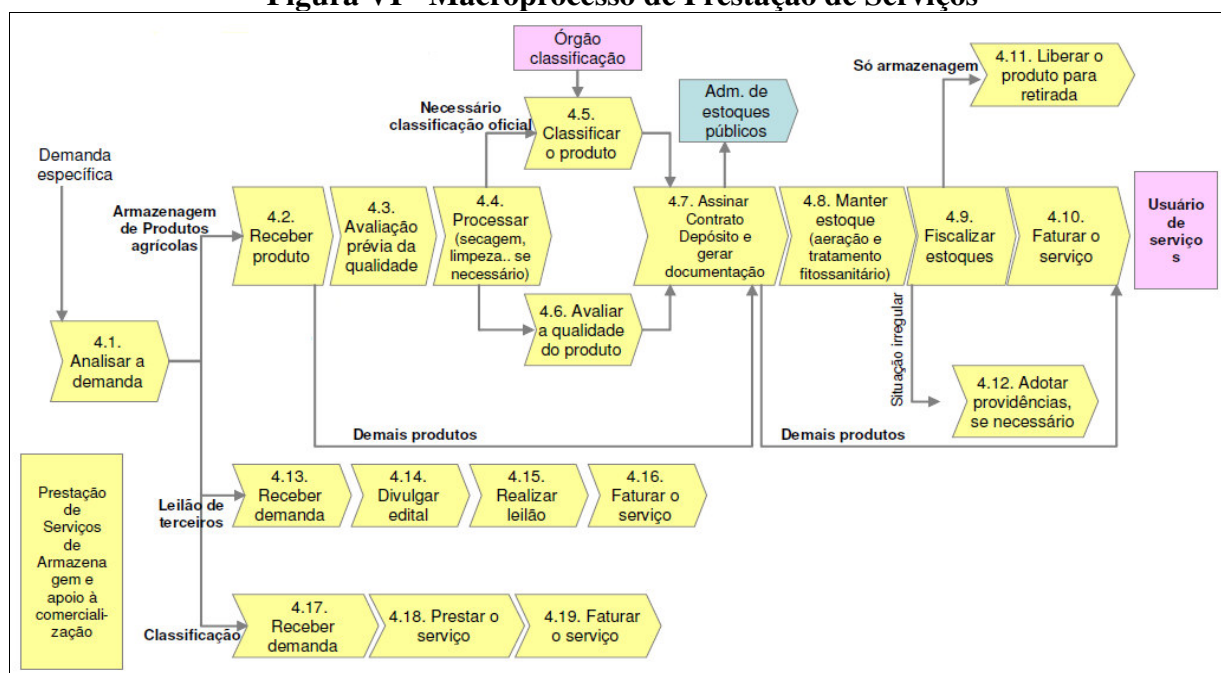
e) Macroprocesso de Prestação de Serviços

Envolve os serviços de armazenagem de produtos de terceiros, realização de leilões privados ou a classificação de produtos. Tem seu início demarcado a partir de demandas externas.

Público alvo: União, sociedade, setor privado.

Família de Produtos e Serviços: Prestação de serviços de armazenagem (recepção, pesagem, secagem, limpeza etc); prestação de serviços de classificação para terceiros; leilões com uso do Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab-SEC.

Figura VI - Macroprocesso de Prestação de Serviços

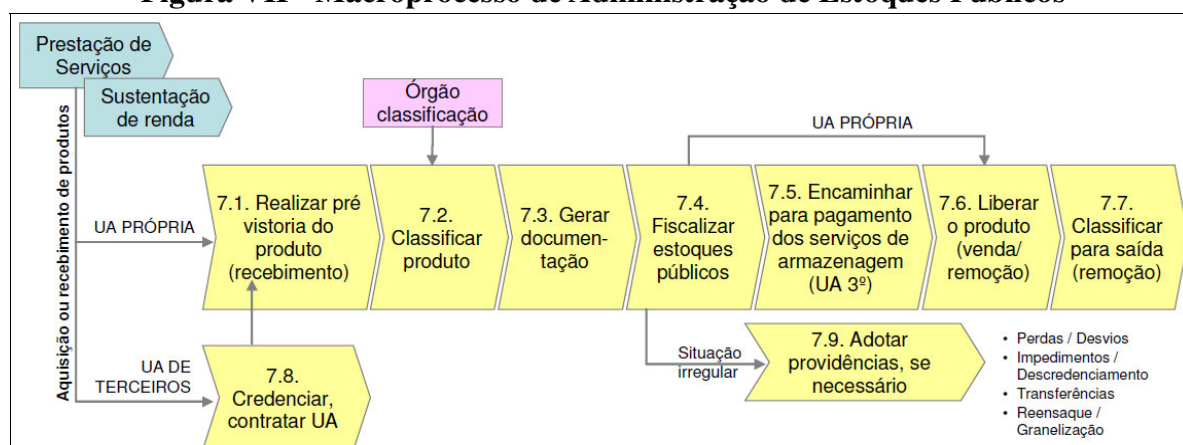


Fonte: Conab

f) Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos

É um macroprocesso de suporte à atividade de armazenagem dos estoques públicos que tem seu início demarcado pelo recebimento de produtos nas unidades operacionais da Conab ou pela formalização das AGFs ou, ainda, o exercício dos Contratos de Opção de Venda em armazéns de terceiros. Para a operacionalização dos instrumentos da PGPM a Conab disponibiliza a relação dos armazéns cadastrados e credenciados onde os produtores podem depositar seus produtos. Esta atividade recebeu várias melhorias materializadas pela criação de sistemas de controle, geração eletrônica de notas fiscais e emissão de relatórios gerenciais, necessitando porém de contínuo acompanhamento e revisão face às alterações nas legislações que atuam sobre esta atividade.

Figura VII - Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos



Fonte Conab

g) Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos

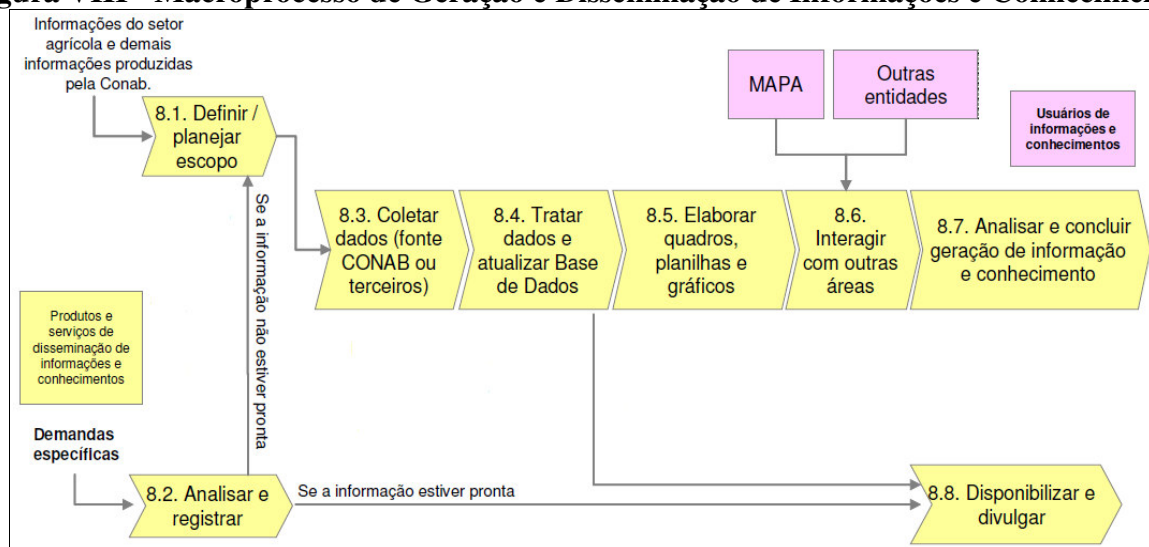
É o principal macroprocesso de sustentação da estratégia de tornar a Conab uma empresa de conhecimento retratando a atuação conjunta de toda a Companhia. É um macroprocesso que tem interfaces com todas as atividades desenvolvidas e que impacta fortemente na estratégia e no alcance da visão de futuro da Companhia, necessitando, portanto de contínua análise no sentido de identificar possíveis mudanças no ambiente de atuação da Companhia.

É caracterizado como um macroprocesso de atendimento ao público alvo, que tem seu início demarcado tanto pela necessidade de geração de informações e conhecimentos já tradicionalmente definidos pela Companhia ou por demandas específicas de novas informações e/ou conhecimentos.

Público alvo: governo, setor agrícola, agentes financeiros, imprensa especializada, instituições de ensino e pesquisa, entidades de classe, Organizações não Governamentais-ONG e armazenadores.

Família de Produtos e Serviços: estudos técnicos e científicos, proposta de política agrícola, proposta de preços mínimos, informações agrícolas, avaliação de safra, custo de produção, conjuntura agropecuária, estudo de logística, Valor Bruto da Produção, Índice de Preços Pagos ao Produtor-IPP, Índice de Preços Recebidos pelos Produtores-IPR, Preço de Liberação de Estoques-PLE, análise de cadeias produtivas; mapeamento geoespacializado, séries históricas e estatísticas agrícolas. cadastro de armazéns, vistoria e informações de estoques privados, cadastro dos fornecedores, fiscalização das operações referentes aos Programas de Subvenção, treinamento em armazenagem, informações quanto ao abastecimento social, cadastramento de empresas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF (elaboração e manutenção de arquivo).

Figura VIII - Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos



Fonte: Conab

1.2.3 Principais Resultados Estratégicos Previstos

Em função da paralisação do planejamento estratégico durante o exercício de 2007, a Conab não desenvolveu nenhum plano estratégico de atuação, trabalhando apenas com as metas previstas no PPA/2011, detalhadas no Capítulo 12.

2 Análise Geral do Ambiente de Gestão e de Negócios

2.1 Análise do Ambiente de Gestão

A Sureg-AL através das suas Unidades gestoras, no computo das diversas ações realizadas em 2011, pode-se afirmar que os resultados alcançados foram bastante satisfatórios, considerando todo o contexto das demandas apresentadas, seja, de ordem administrativa ou operacional. Em relação às demandas operacionais, a Gerência de Operações e Suporte Estratégico teve papel relevante na execução das políticas públicas de abastecimento em curso, considerando o comportamento do mercado agrícola local, que tem com base econômica o agronegócio sulco-alcooleiro, sendo o estado de Alagoas, no Nordeste, o maior produtor de cana-de-açúcar. A Conab através da sua Superintendência faz o acompanhamento deste importante segmento econômico, acompanhando a evolução da cultura da cana-de-açúcar desde o seu plantio até a sua produção, obtendo-se dessa forma, através de levantamentos de safras programáticos, sendo em 03 etapas anuais, dados estes que são repassados para consolidação na Conab/Matriz (SUINF). Ainda sobre a temática em questão, inclui-se também, o levantamento e acompanhamento da safra de grãos no Estado que, apesar de não ter um peso significativo em relação à produção nacional, os números levantados são importantes para mensurar o volume produzido e seus reflexos na economia local.

Neste contexto, no computo das relevantes ações desenvolvidas pela Sureg-AL, destacam-se o apoio à agricultura familiar através dos seus Instrumentos de compra: CDAF – Compra direta da agricultura familiar, para formação de estoques, Compra da agricultura familiar com doação simultânea e formação de estoque; com volumes de investimentos numa escala crescente a cada exercício, que, em termos comparativo, a relação 2010/2011, foi na ordem de 135%. Para 2012, as perspectivas são de aumento, considerando a amplitude dos programas em execução. Destacam-se também, as doações de alimentos feitas às Instituições conveniadas e cadastradas junto ao MDS, para atendimento às populações em risco de segurança alimentar, alimentos estes adquiridos diretamente de agricultores familiares.

2.2 Análise do Ambiente de Negócios

A Sureg-AL é uma Regional incipiente, considerando que foi criada a quase 3 anos, e tem caminhado de forma exitosa para consolidação das suas competências, exercendo o seu papel frente às políticas públicas de abastecimento, apoiando o segmento do agronegócio da cana-de-açúcar, principal base econômica de Estado, acompanhando sistematicamente todos os ciclos desta cultura, desde o plantio até a colheita, através de levantamento de safras elaborados em 3 etapas durante o ano agrícola, gerando informações importantes para o segmento, sendo um referencial de avaliação da produção e seus reflexos no mercado nacional. Cita-se também, a formação de estoques públicos para regular o abastecimento interno, pretendendo que a sociedade não sofra com as sazonalidades do mercado, implementando mecanismos de apoio à produção, comercialização, armazenamento, formação e manutenção dos estoques públicos.

Dentre as estratégias adotadas, a SUREG-AL utiliza a aquisição de produtos agrícolas diretamente do produtor com o objetivo de garantir-lhes qualidade de vida e preços ao nível de mercado; venda de estoques públicos por meio de leilões para dar equilíbrio nos preços; “Programa de Venda Balcão” para garantir que os criadores e agroindústrias de pequeno porte tenham acesso aos estoques oficiais, no caso de Alagoas, milho; distribuição de cestas de alimentos às famílias ou grupos sociais em situação de insegurança alimentar entre outras.

Além dessas ações conjugadas, o apoio à agricultura familiar através de Programas de Aquisição de Alimentos que possibilitam a compra de inúmeros produtos, “in natura ou processados,” ao mesmo tempo sendo distribuídos às populações em risco de segurança alimentar e nutricional.

3 Sustentação de Renda

3.1 Instrumentos para Sustentação de Renda

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e sair do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto.

A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

- **Aquisições do Governo Federal (AGF):** consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento.

- **Contrato de Opção:** permite que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que deseja comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Seu objetivo é proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

- **Prêmio de Escoamento de Produto (PEP):** é uma subvenção econômica concedida por meio de leilões àqueles que se disponham adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

- **Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO):** subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

3.1.1 Intervenções Governamentais

Historicamente, a economia alagoana baseia-se na produção de cana de açúcar, cultivada na região leste do Estado. Além desta, as culturas de importância econômica são o arroz, o feijão, o fumo, a mandioca, e o milho. No entanto, a agricultura é caracterizada pelo baixo nível de mecanização e pela pouca produtividade, agravada pelo baixo índice pluviométrico, com reduções gradativas em suas safras.

Os cultivos de mandioca, milho, arroz, feijão e fumo são predominantemente praticados pelo sistema de subsistência em pequenas áreas. Em termos de evolução, verifica-se que nas duas últimas décadas apenas a mandioca apresentou forte evolução, passando de 212.803 toneladas em 1990, para 318.231 toneladas em 2010, as demais culturas apresentaram redução no período. Em consequência permanece a necessidade de importação de produtos alimentícios de outras regiões para abastecimento da demanda.

Em decorrência, não foram necessárias intervenções governamentais no sentido de manutenção da renda dos produtores rurais pela utilização dos instrumentos definidos na PGPM.

3.1.1.1 Programa Aquisição de Alimentos – PAA

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricionais do país.

O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA, e os recursos oriundos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos:

- **Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF:** tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas ou associações) ou informais. Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do Brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab a seu critério, poderá adquirir outros produtos

processados//beneficiados, próprios para o consumo humano.

- **Formação de Estoque pela Agricultura Familiar denominado CPR-Estoque:** tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor. Atende o mesmo público alvo do instrumento anterior, devendo os agricultores estarem organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios ou consórcios. São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, cujo prazo de entrega é de 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.
- **Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea- CPR-Doação:** objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, voltado para o mesmo público alvo dos instrumentos anteriores, que também devem estar organizados em grupos formais (cooperativas ou associações). São amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se: a) produtos *in natura* da safra vigente; b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto; c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) a substituição do produto *in natura* por industrializados/processados/beneficiados poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab.

Nas operações de CDAF, os preços de referência são elaborados pela Conab, de acordo com os critérios propostos pelo Grupo Gestor do PAA, constantes da Resolução n.º 29, de 23 de maio de 2008, sendo que após a aprovação pelo Grupo Gestor são incluídos no Manual de Operações da Conab. Quanto aos preços praticados na CPR-Doação e CPR-Estoque, estes são estabelecidos de acordo com a Resolução n.º 39, de 26 de janeiro de 2010.

a) Abrangência de Atuação do PAA

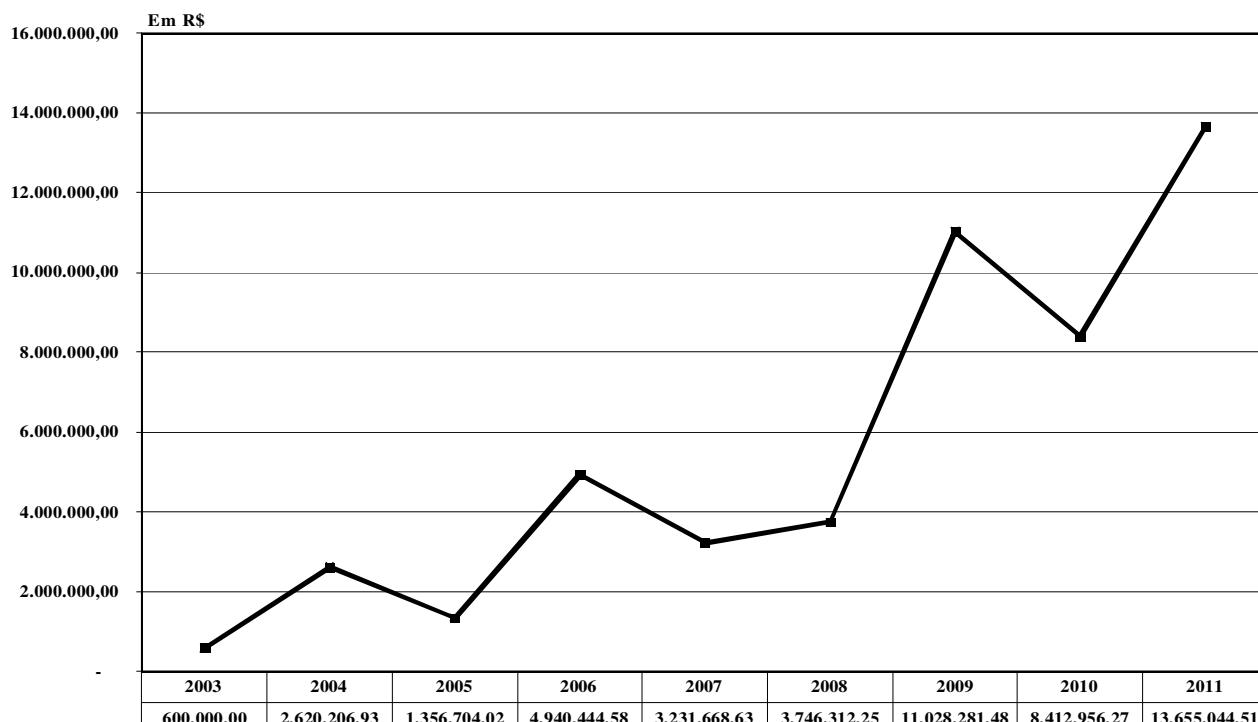
No Estado de Alagoas o Programa iniciou sua atuação em 2003 atendendo a 240 produtores com a aquisição de 779 toneladas de produtos alimentícios. Em 2011, foram atendidos 3.072 produtores familiares em 29 municípios, com a compra de 11.548 toneladas.

b) Recursos Aplicados

Para a operacionalização do PAA, a Conab celebra Termos de Cooperação com o MDA e o MDS, com descentralizações de recursos orçamentários/financeiros consignados nos Programas 0351-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Ações: Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar) e 1049-Acesso à Alimentação (Ações: Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar e Ação e Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar).

As operações realizadas em 2011 no Estado de Alagoas envolveram recursos da ordem de R\$13.655.045,00 com aumento de 62,3% sobre o volume aplicado em 2010.

Figura IX – Evolução das Aplicações do PAA



Fonte: Supaf/Gecaf

c) Aquisição de Produtos

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos e são utilizados, preferencialmente, na distribuição gratuita às populações em situação de insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes.

Por definição orçamentária, os produtos adquiridos com recursos do MDA são prioritariamente destinados à comercialização, cujos recursos são devolvidos à fonte original. Por este motivo, a utilização dos recursos do MDA restringiu-se, esse ano, apenas ao instrumento de CPR Estoque.

Por meio da CDAF foram adquiridas 1.241 toneladas de farinha de mandioca e feijão, atendendo 307 produtores familiares de 11 municípios ao custo de R\$1.307.384,04.

Através da CPR-Estoque foram adquiridas 2.559 toneladas de açúcar cristal, mel de abelha e polpa de frutas, atendendo a 997 produtores familiares, conforme detalhado no próximo quadro.

Quadro II – Aquisições por meio da CPR-Estoque

Produto	MDS			MDA			Total		
	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)
Açúcar	528	1.448	2.375.218,56	376	1.032	1.691.443,52	904	2.480	4.066.662,08
Mel de abelha				60	48	240.000,00	60	48	240.000,00
Polpa de frutas				33	31	148.500,00	33	31	148.500,00
Total	528	1.448	2.375.218,56	469	1.111	2.079.943,52	997	2.559	4.455.162,08

Fonte: Supaf/Gecaf

Os produtos adquiridos por meio da CPR-Doação foram doados a 218 instituições sociais, beneficiando 702.644 pessoas, adquiridas de 1.768 produtores familiares em 20 municípios.

3.1.1.2 Subvenções do Governo Federal

a) Subvenção econômica aos produtores de Cana de Açúcar

Subvenção econômica concedida de acordo com a Lei n.º12.249/10, alterada em setembro de 2011, pela Lei n.º12.490, aos produtores independentes de cana de açúcar, pessoas físicas ou jurídicas ou suas cooperativas, para repasse aos seus cooperados, cuja produção tenha sido cultivada e beneficiada em terras e em unidades industriais da Região Nordeste, que tenham como atividade principal ou secundária a produção de açúcar e/ou etanol e que possuam cadastro junto à Secretaria de Produção e Agroenergia-SPA/EMBRAPA.

A alteração na redação da Lei se deu para inclusão de um novo público como beneficiário da subvenção. A partir desta, os canavieiros que venderam sua produção às destilarias, e não somente às usinas, passaram a ter direito ao recebimento da subvenção.

Foram beneficiados nesta operação 1.267 agricultores, totalizando R\$ 5.806.777,72.

3.2 Principais indicadores de desempenho

Os indicadores propostos e que estão em fase de análise pelas diversas áreas estão detalhados no item 4.3

4 Promoção do Abastecimento

4.1 Atuação da Companhia

As ações desenvolvidas pela Conab visando a regularização do abastecimento interno incluem a venda de estoques governamentais, por meio de leilões públicos ou em balcão, a compradores de pequeno porte e a concessão de subvenção, como estímulo ao escoamento de produtos de zonas produtoras para áreas desabastecidas, assim como a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

As vendas em leilões públicos, com ou sem subvenção, são realizadas a partir de análises de mercado desenvolvidas pela Superintendência de Gestão da Oferta-Sugof, quando são identificadas as áreas desabastecidas, as variações danosas nos níveis de preços e os produtos que necessitam de intervenções. As vendas também podem ser realizadas para a redução de custos de manutenção de pontas de estoques, obedecidas as quantidades especificadas no Manual de Operações da Conab-MOC (embalagens até 10.000 unidades; arroz e milho até 100 toneladas; farinha e fécula de mandioca, feijão, juta/malva, mamona, rami, raspa de mandioca, sisal, soja trigo e sorgo até 60 toneladas; algodão, cera e pó cerífero de carnaúba até 2 toneladas), e pela necessidade de retirada de produtos de unidades armazenadoras onde ocorreram perdas e/ou desvios de produtos.

A concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, é feita por meio de leilões públicos e por intermédio dos instrumentos de apoio à comercialização, quais sejam: o Prêmio de Escoamento de Produto-PEP e o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa-PEPRO, operacionalizados pela Conab em cumprimento às determinações contidas em portarias interministeriais assinadas pelo Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG.

Em 2011 foram divulgadas as seguintes portarias:

- Portaria Interministerial n.º 67, de 21 de fevereiro de 2011 – PEP e PEPRO de arroz e feijão das safras 2010/2011 e 2011, até R\$200,0 milhões para o primeiro e até R\$50,0 milhões para o segundo;
- Portaria Interministerial n.º 408, de 12 de agosto de 2011 – PEP para o sisal bruto, da safra 2011/2012, produzido nos estados da Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte, até o valor de R\$20,0 milhões.
- Portaria Interministerial n.º 453, de 14 de setembro de 2011 – PEP e PEPRO para o trigo em grãos safra 2011, até o limite de R\$150,0 milhões.

Os recursos são oriundos das Operações Oficiais de Crédito-OOC, e constantes da Ação Orçamentária Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários, sob a coordenação da Coordenadoria Geral de Programação Financeira-Cofin, da Secretaria de Tesouro Nacional-STN, do Ministério da Fazenda.

Nestas operações cabe à Conab a divulgação dos editais, a realização dos leilões, o recebimento e conferência dos documentos que comprovam a efetivação do escoamento dos produtos, de acordo com as normas constantes dos editais, e o pagamento das subvenções, posteriormente ao recebimento dos recursos financeiros do Ministério da Fazenda.

Por último, a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional atende aos objetivos das seguintes ações orçamentárias:

- Ação Orçamentária **“Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais**

Específicos”, do Programa Acesso à Alimentação, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS, que visa a distribuição de cestas de alimentos como atendimento emergencial voltado à redução da insegurança alimentar em grupos vulneráveis, tais como famílias acampadas que aguardam o programa da reforma agrária, remanescentes de quilombos, indígenas, atingidos por barragens, que se caracterizam pelo estado de risco e situação de insegurança alimentar e nutricional, e,

- Ação **“Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres”**, do Programa Resposta aos Desastres, do Ministério da Integração Nacional, que objetiva prestar assistência às pessoas atingidas por desastres, de grande e muito grandes porte, quando comprometida a capacidade local para a pronta resposta, especialmente quando reconhecidos como em situação de emergência ou em estado de calamidade pública pelo Governo Federal.

Para a distribuição das cestas a Conab celebra Termos de Cooperação Técnica com os ministérios acima citados, recebendo descentralizações orçamentárias/financeiras objetivando a aquisição de produtos por meio de leilões públicos, incluindo a montagem das cestas, a remoção para as áreas necessitadas e a disponibilização às entidades para a efetiva distribuição, de acordo com as orientações do MDS ou da Defesa Civil.

4.2 Ações desenvolvidas

4.2.1 Alienação dos Estoques da PGPM

a) Vendas em Leilão Público, com Subvenção.

Esta modalidade de venda é realizada por meio do instrumento denominado Valor de Escoamento do Produto-VEP em que é paga uma subvenção econômica a um segmento consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), o qual adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para a região de consumo estabelecida no edital de venda. O adquirente arremata o produto em leilão público, efetua o pagamento integral de seu valor e posteriormente, após a comprovação obrigatória do escoamento, é ressarcido do valor da subvenção definida em leilão.

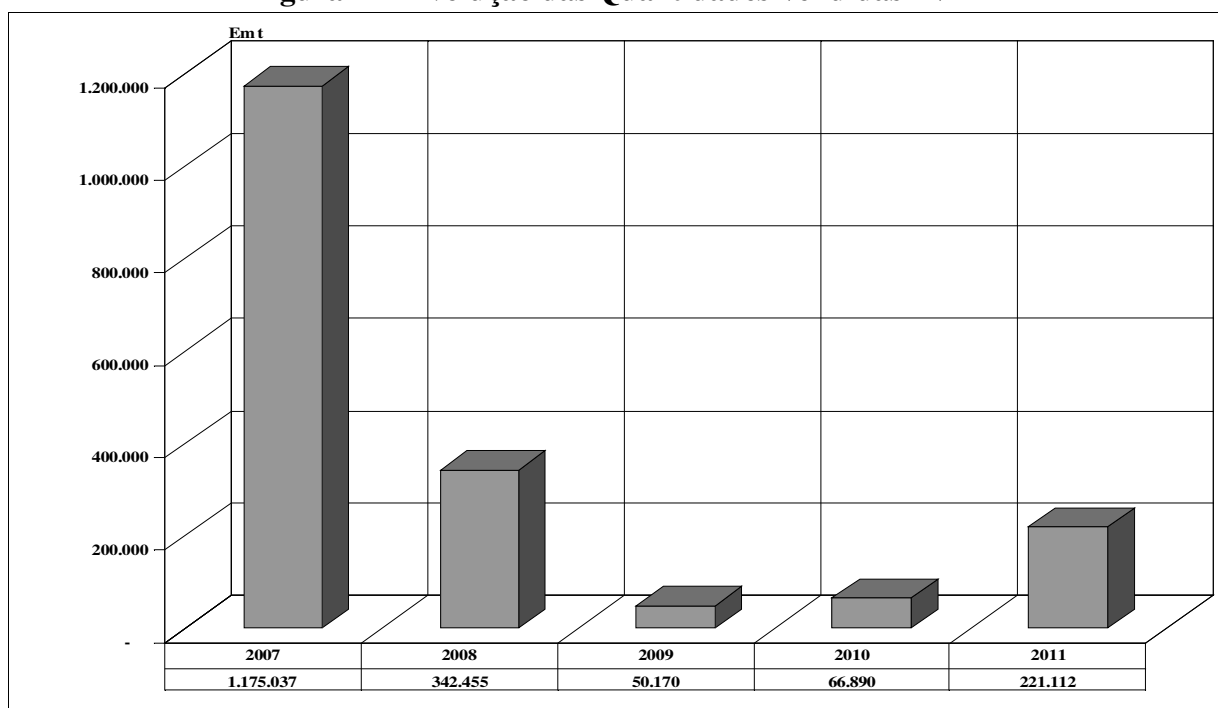
Em 2011, pelo motivo já citado, foram realizadas vendas de 221.112 toneladas de milho armazenados nos estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. O escoamento para o estado de Alagoas foi de 4.778 toneladas.

Quadro III – Demonstrativo de Comercialização pelo VEP

UF de Origem	Quantidade (t)		Valor da Operação (R\$)		Valor do Prêmio (R\$)	UF de Destino	Quantidade (t)		Valor do Prêmio (R\$)	
	Ofertada	Negociada	Sem ICMS e com Prêmio	Com ICMS e sem Prêmio			Vendida	Comprada	Previsto	Pago
GO	10.038	9.706	4.213.518,51	3.666.434,56	878.407,93	AL	150	112	13.575,00	10.181,25
MG	10.000	10.000	4.942.000,00	3.434.333,00	1.713.000,00		1.012	1.012	173.304,21	173.304,21
MS	200.750	138.472	54.345.652,44	41.114.133,47	14.125.214,29		2.241	2.241	258.116,37	258.116,37
MT	511.882	62.934	17.829.421,58	16.589.261,51	2.631.082,51		1.375	1.375	34.940,55	34.940,55
Total	732.670	221.112	81.330.592,53	64.804.162,54	19.347.704,73	-	4.778	4.740	479.936,13	476.542,38

Fonte: Suope/Gecom

Figura X – Evolução das Quantidades Vendidas - VEP



Fonte: Suope/Gecom

b) Vendas em Balcão

No início da década de 1990, com a promulgação da Lei Agrícola Nacional (Lei n.º 8.171, de 17/01/91), o Governo Federal apresentou de forma clara sua preocupação com o desenvolvimento do setor agrícola, notadamente quanto ao abastecimento alimentar, visando garantir a tranquilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico.

Como objetivos principais para alcançar tais pressupostos, o Art. 3.º daquela Lei destaca, dentre outros, os seguintes: “III – eliminar as distorções que afetam o desempenho das funções econômica e social da agricultura”; e, “X – prestar apoio institucional ao produtor rural, com prioridade de atendimento ao pequeno produtor e sua família”.

Uma das principais ações que foram adotadas para possibilitar o alcance de tais objetivos, e que estão ligadas diretamente ao Programa Vendas em Balcão, foi a “especial, exclusiva e excepcional” permissão para a comercialização de forma direta dos estoques públicos e que estão sob a gestão administrativa do Governo Federal, a um público específico e com um perfil pré-definido. Tal permissão pode ser vislumbrada no Art. 19 do instrumento regulador da mencionada Lei Agrícola, que é a Portaria Interministerial n.º 182, de 25/08/1994, que assim descreve: “Excepcionalmente”, quando as condições de mercado estiverem inviabilizando o acesso do comprador de pequeno porte a produto que esteja disponível nos estoques públicos, poderão ser feitas vendas diretas “de balcão (...), respeitados os princípios desta portaria”.

É reconhecida a dificuldade dos pequenos criadores em suprir suas demandas de produtos para a composição da ração necessária à alimentação dos seus rebanhos, agravada pela falta de acesso, em vista da sua escala operacional e/ou localização, aos estoques governamentais ofertados por meio dos tradicionais leilões públicos, realizados em Bolsas de Mercadorias.

Para contrapor essa situação, foram formuladas as operações de vendas em balcão, com o propósito de permitir o escoamento pulverizado de parcela dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa aos produtos ofertados pela Conab, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões

públicos.

Tal permissiva, em síntese, traduz o reconhecimento de que as condições financeiras e estruturais dos pequenos compradores impõem-lhes permanentes limitações quanto a um suprimento regular de insumos, necessários à manutenção de seus negócios. A falta de capital de giro, incluindo o acesso ao crédito, não permite que os pequenos criadores rurais tenham condições de manter estoques de insumos, tornando-os vítimas das flutuações e oportunismo do mercado. Com a sistematização de ofertas regulares de insumos às propriedades rurais de pequeno porte, assegura-se um contínuo processo de alavancagem de um dos mais representativos segmentos da economia nacional. Propicia-se, assim, a geração de renda e empregos, sobretudo nas áreas rurais mais necessitadas, inibindo, em consequência, o êxodo populacional para os grandes centros urbanos. Também se beneficiam deste Programa as entidades de pesquisa que contribuem para o desenvolvimento do setor.

Para que os produtos ofertados sejam acessados por um número maior de clientes, as quantidades máximas para compra mensal estão limitadas por produto e região, sendo:

- milho em grãos – 14 toneladas nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, e 27 toneladas nas regiões Sul e Sudeste;
- arroz em casca – 100 toneladas;
- trigo em grãos – 50 toneladas;
- castanha de caju – 10 toneladas (embalagem 1.000 unidades);

Os preços de venda dos produtos são compatíveis com o mercado, em níveis que não tenham comportamento concorrencial ao segmento vendedor tradicionalmente constituído, sendo observado:

- não pode ser inferior ao preço médio ponderado de fechamento do último leilão público do produto realizado pela Conab no estado onde for realizada a venda em balcão;
- o preço é mantido até a ocorrência de novo leilão e, no máximo, por 30 dias corridos;
- no caso de não ter ocorrido leilão nos últimos 30 dias corridos, o preço praticado não pode ser inferior ao preço constante na publicação “Acompanhamento Semanal de Preços”, editada pela Conab e de circulação pública;
- no cálculo do preço de venda, podem ser considerados ágios e deságios por tipo, safra, localização e embalagem, em relação às especificações do produto leilado;
- não ocorrendo leilão, nem havendo divulgação de preços na “Tabela de Acompanhamento Semanal”, são adotados os valores constantes na “Tabela Referencial dos Preços VEP/PEP/PEPRO”;
- quando nenhuma das condições anteriores forem aplicáveis neste tipo de operação, é adotada a “Tabela Referencial de Composição do Preço do Milho Importado”;
- o produto é entregue ao comprador no armazém onde está depositado, correndo por conta do mesmo as despesas com o transporte. Nos armazéns próprios, as despesas adicionais, inclusive serviços de braçagem, são de responsabilidade da Conab.

Os preços de venda, a área de abrangência, a clientela e demais procedimentos operacionais e financeiros do Programa estão definidos no Título 22 – Programa de Abastecimento Social/Venda em Balcão do Manual de Operações da Conab-MOC.

As vendas em balcão de produtos dos estoques públicos (incluindo os originários de aquisições da Agricultura Familiar), cujo desempenho está vinculado à disponibilidade do produto e à atratividade do seu preço de venda, foram realizadas em 21 estados mais o Distrito Federal, totalizando 228.272 toneladas de produtos, sendo: 227.322 toneladas de milho em grãos, 827 toneladas de farelo de arroz, 111 toneladas de quirera de arroz e 12 toneladas de castanha de caju,

com benefício direto que compreendeu 80.684 atendimentos.

Em Alagoas, foram vendidas 1.901 toneladas de milho, realizando 583 atendimentos, ao custo de R\$1.083.766,20.

4.2.2 Doação de Produtos Alimentícios

a) Doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional-MDS

A experiência iniciada em 2003 tem demonstrado ser necessário a a continuidade da ação de atendimento às famílias acampadas, indígenas, quilombolas, comunidades de terreiro, atingidas por barragens (MAB), pescadoras artesanais e/ou outras em situação de insegurança alimentar em todo o território nacional.

Por meio do Termo de Cooperação celebrado em 2010, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS repassou à Conab recursos orçamentários/financeiros no valor final de R\$61.847.808,64, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios e a operacionalização da distribuição de cestas de alimentos.

A aquisição dos alimentos é realizada pela Matriz por meio de leilão eletrônico e a entrega é realizada nos locais estabelecidos no Aviso de Leilão. Ainda, na formação dos estoques, de comum acordo com o MDS, a Conab pode utilizar os estoques oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.

A retirada dos alimentos bem como a sua distribuição às famílias beneficiárias é de responsabilidade dos representantes do INCRA/OAN, Funai/Funasa, Fundação Cultural Palmares, SEPPIR, MAB e MPA.

Em 2011, foram realizados 1.738.726 atendimentos a 396.769 famílias com distribuição de 42.419 toneladas de alimentos em 26 estados e no Distrito Federal. Em Alagoas, 1.710 famílias foram beneficiadas com 1,3 tonelada de alimentos.

Quadro IV–Atendimento às Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional–MDS

UF	Atendimentos Efetuados															Total Geral		
	Acampados			Quilombolas			Comunidades de Terreiro			Atendimentos Especiais			Indígenas					
	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)
AL	13.050	39.200	1.071	1.250	3.950	108	200	400	11	1.000	1.000	20	1.610	4.720	128	17.110	49.270	1.338

Fonte:Supab/Gepab

b) Distribuição de alimentos a pessoas atingidas por desastres de qualquer natureza-MI

Em 2011 a Conab, sob a orientação do Ministério da Integração Nacional, distribuiu 119.579 cestas de alimentos a igual número de famílias correspondendo a 2.954 toneladas de alimentos. No Estado de Alagoas, foram distribuídas 132 toneladas de alimentos para atendimento emergenciais da Defesa Civil, atendendo 5.900 famílias.

c) Suplementação da Oferta de alimentos para Entidades Públicas e de Interesse Social

Atendendo demandas apresentadas por entidades governamentais, bancos de alimentos e outras instituições de interesse público, a Conab, em 2011, por meio da Superintendência de Abastecimento Social-Supab, fazendo uso de estoques originários de aquisições da Agricultura

Familiar doou, 14.177 toneladas de produtos alimentícios. Em Alagoas, foram beneficiadas 13 instituições com 2 toneladas de açúcar e 1.665 toneladas de farinha de mandioca.

d) Doação de Feijão da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM

Por meio da Lei n.º 12.058, de 13 de outubro de 2009, a Conab foi autorizada a doar aos Programas conduzidos pelo MDS, pela Secretaria de Defesa Civil e pelo Ministério da Educação, para atendimento às demandas geradas pelas populações em situação de insegurança alimentar, até 70,0 mil toneladas de feijão dos estoques públicos.

Durante o exercício foram distribuídas 21.212 toneladas. Em Alagoas, foram distribuídas 639 toneladas do produto.

4.3 Principais Indicadores de Desempenho

Os indicadores a seguir foram definidos em 2011 e estão em fase de análise pelas áreas envolvidas, devendo entrar em fase de apuração e análise em 2012.

Nome do Indicador: Execução das operações de subvenção PEP demandadas pelo MAPA				
Objetivo do Indicador: Avaliar a capacidade da Conab em ofertar e negociar em leilão a quantidade demandada pelo MAPA				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Superintendência de Operações Comerciais - Suope				
Fórmula de cálculo: Qn/Qd onde: Qn=Quantidade negociada e Qd=Quantidade demandada; Pep=Prêmio para Escoamento de Produto. Quantidade demandada refere-se ao estipulado nas Instruções recebidos do MAPA, baseadas nas Portarias Interministeriais MF/MP/MAPA, p				
Fonte dos dados: Mapa e Conab/Suope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Execução das operações de subvenção PEPRO demandadas pelo MAPA				
Objetivo do Indicador: Avaliar a capacidade da Conab em ofertar e negociar em leilão a quantidade demandada pelo MAPA				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Superintendência de Operações Comerciais - Suope				
Fórmula de cálculo: Qn/Qd onde: Qn=Quantidade negociada e Qd=Quantidade demandada; Peppo=Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa. Quantidade demandada refere-se ao estipulado nas Instruções recebidos do MAPA, baseadas nas Portarias				
Fonte dos dados: Mapa e Conab/Suope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Execução das operações de subvenção VEP demandadas pelo MAPA				
Objetivo do Indicador: Avaliar a capacidade da Conab em ofertar e negociar em leilão a quantidade demandada pelo MAPA				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Superintendência de Operações Comerciais - Suope				
Fórmula de cálculo: Qn/Qd onde: Qn=Quantidade negociada e Qd=Quantidade demandada; VEP=Valor para Escoamento do Produto. Quantidade demandada refere-se ao estipulado nas Instruções recebidas do MAPA, baseadas nas Portarias Interministeriais MF/MP/MAPA, pr				
Fonte dos dados: Mapa e Conab/Suope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Evolução da quantidade de produtos oriundos do PAA comercializados pelas Centrais de Negócios				
Objetivo do Indicador: Verificar a participação da Refap como canal de escoamento da produção do PAA				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Supab – Superintendência de Abastecimento Social				
Fórmula de Cálculo e método de medição: Quantidade de produtos comercializados. Unidades varejistas são aquelas filiadas junto às Centrais de Negócios apoiadas pela Refap. Centrais de Negócios são associações que reúnem grupos de varejistas com o objetivo				
Fonte dos dados: SUREGs				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
não determinada				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Preços praticados pelas Unidades Varejistas filiadas em relação aos praticados pelas grandes redes				
Objetivo do Indicador: Verificar o impacto do programa sobre os preços praticados pelas redes filiadas à Refap				
Tipo: Efetividade				
Área Responsável: Supab – Superintendência de Abastecimento Social				
Fórmula de cálculo e método de medição: $VPCx = (PVx/PGRx) - 1 * 100$ onde, VPCx=Variação do preço da cesta X para o consumidor, PVx=Preço da cesta X nos varejistas filiados e PGRx=Preço da cesta X nas grandes redes. Unidades varejistas são aquelas filiadas jun				
Fonte dos dados: SUREGs				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
-				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Famílias Consumidoras atendidas pelas Unidades de Serviço Móvel Fluvial				
Objetivo do Indicador: Acompanhar o alcance do atendimento ao público alvo				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Supab – Superintendência de Abastecimento Social				
Fórmula de cálculo e método de medição: $FCa(\%) = (FCa/FCp) * 100$, onde FCa(%)=Percentual de Famílias consumidoras atendidas, FCa=Número de Famílias Consumidoras atendidas, Fcp=Número de Famílias Consumidoras previstas. Famílias Consumidoras são as famílias qu				
Fonte dos dados: SUREGs				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
-				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Famílias produtoras atendidas pelas Unidades de Serviço Móvel Fluvial				
Objetivo do Indicador: Acompanhar o alcance do atendimento ao público alvo				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Supab – Superintendência de Abastecimento Social				
Fórmula de cálculo e método de medição: $Fpa(\%) = (Fpa/Fpp) * 100$, onde $Fpa(\%)$ = Percentual de Famílias Produtoras atendidas, Fpa = Número de famílias Produtoras atendidas, Fpp = Número de Famílias Produtoras previstas. Famílias Produtoras são as famílias que vendem				
Fonte dos dados: SUREGs				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
-				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Efetividade das Intervenções no Mercado				
Objetivo do Indicador: Acompanhar o efeito das intervenções governamentais, executados pela Conab, nos preços do arroz..				
Tipo: Efetividade				
Área Responsável: Sugof/Gerab				
Fórmula de cálculo e método de medição: O cálculo é feito em duas etapas: 1ª - Para unificar os valores das intervenções, deve-se somar os volumes exercidos com PROP, COV, AGF, PEP e PEPRO em cada mês e subtraí-los do volume de Vendas do mês correspondente [(PROP+COV+AGF+PEP+PEPRO)-Vendas]=y. 2ª - Calcular o coeficiente de correlação do momento do produto Pearson (r), com a fórmula matemática abaixo, onde: x_i = Preço de mercado em cada mês, $\bar{x}$ = Média de preço dos 12 meses do ano, y_i = Volume utilizado (compra e venda) no mês, $\bar{y}$ = Média do volume utilizado (compra e venda) nos 12 meses do ano, r = coeficiente de correlação de Pearson. Associação linear entre as variáveis. Sinal: indica o sentido da variação. Positivo (x e y variam no mesmo sentido); Negativo (x e y variam em sentido oposto). Intervalo de variação: $-1 \leq r \leq 1$ indica a intensidade da relação entre as variáveis. $r = -1$, $r = 1$: perfeita / forte; $0,10 \leq r \leq 0,3$: fraca; $0,40 \leq r \leq 0,6$: moderada; $0,70 \leq r \leq 1$: forte. Valores de "r" estão apresentados em módulo.				
$r = \frac{\sum (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\sum (x_i - \bar{x})^2 \sum (y_i - \bar{y})^2}}$				
* - COHEN, Jacob. (1988), <i>Statistical power analysis for the behavioral sciences</i> . Hillsdale, NJ, Erlbaum. - DANCEY, Christine & REIDY, John. (2006), <i>Estatística Sem Matemática para Psicologia: Usando SPSS para Windows</i> Porto Alegre, Artmed.				
Fonte dos dados: Sugof/Suinf				
Evolução dos resultados do Indicador:				

Nome do Indicador: Alcance da Política de Preços Mínimos para o Extrativista (PGPM Bio)				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução do alcance da PGPM Bio				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Sugof				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Ea/Ep) * 100$ onde Ea = Número de Extrativistas alcançados; Ep = N° de Extrativistas previsto. A PGPM Bio é uma política com o objetivo de manter o extrativista na floresta, com sua atividade e consequentemente evitando				
Fonte dos dados: Sugof/Gebio				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Recomendações Técnicas da Conab para operacionalização de VEP atendidas em portaria interministerial				
Objetivo do Indicador: Verificar a relação entre a quantidade de produto indicada pela Conab e a quantidade indicada em portaria.				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Sugof/Geole				
Fórmula de cálculo e método de medição: $Qnt/Qp * 100$ onde, Qnt = Quantidade de produtos em Nota Técnica e Qp = Quantidade de produtos indicada em Portaria interministerial. O resultado indica a consonância entre o trabalho técnico e as diretrizes do governo.				
Fonte dos dados: Sugof/Suope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

5 Administração de Estoques Públicos – Armazenagem, Fiscalização e Movimentação (correspondente ao item 7 da DN 108)

5.1 Rede Armazenadora Própria

A Rede Armazenadora Própria no estado de Alagoas é composta por 2 armazéns. A capacidade estática total é de 5.935 toneladas da modalidade convencional.

Pode-se afirmar que a Rede, como um todo, encontra-se em estado regular de conservação, ou seja, opera dentro das possibilidades dessas estruturas construídas há mais de 20 anos, cujos equipamentos eletromecânicos e instalações acham-se, em sua maioria, obsoletos/ultrapassados, ou seja, em descompasso com a realidade e exigências do mercado atual.

De modo geral, os armazéns da Conab necessitam de constante manutenção nas coberturas e nas instalações existentes (civis, elétrica e mecânicas).

No exercício de 2011, as Unidades Armazenadoras jurisdicionadas a Sureg-AL não receberam nenhum investimento relativo a recuperação, salvo aquisição de equipamentos para duas unidades armazenadoras do Estado, sendo: 3 caladores para sacaria, balança, 1 determinador de umidade, jogo de peneiras e homogeneizador.

Quadro V – Investimentos Realizados na Rede Armazenadora Própria

Sureg	Unidade	Valor Liquidado		Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Total Geral
		Corrente	Capital	Corrente	Capital	
AL	Maceió	0,00	1.415,93	0,00	0,00	1.415,93
	Palmeira dos Índios	0,00	3.602,90	0,00	0,00	3.602,90
Total		0,00	5.018,83	0,00	0,00	5.018,83

Fonte SIAFI

Em atendimento aos requisitos técnicos obrigatórios ou recomendados para certificação das unidades armazenadoras em ambiente natural, aprovados pela Instrução Normativa do MAPA nº 029, a CONAB estabeleceu o cronograma de investimentos para adequação de suas unidades armazenadoras a partir de 2012, quando deverão ser certificadas as primeiras 5 unidades, dentre elas as Unidades de Maceió, e Palmeira dos Índios/AL, conforme detalhamento no quadro abaixo.

Quadro VI – Certificação das Unidades Armazenadoras Próprias Diagnóstico– Previsão 2014

PALMEIRA DOS ÍNDIOS – AL			
Capacidade estática: 3.135	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Coletora	
Obras			Custos
Local para guarda de Agrotóxico			35.000,00
Pavimentação			70.000,00
Recinto de Análise			45.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes			45.000,00
Sinalização de trânsito			3.000,00
Sistema de combate a incêndio			95.000,00
Sistema de movimentação do produto (Transporte/Movimentação)			20.000,00
TOTAL			313.000,00
MACEIÓ – AL			
Capacidade estática: 2.800	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Terminal	
Obras			Custos
Cerca e Portão			50.000,00
Local para guarda de Agrotóxico			35.000,00
Pavimentação			520.000,00

Recinto de Análise	45.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000,00
Sinalização de trânsito	3.000,00
Sistema de combate a incêndio	120.000,00
TOTAL	818.000,00

Fonte: Suarm/Gearm

5.1.1 Estoques Públicos Depositados nas Unidades Próprias

No fim do exercício, os estoques públicos depositados nas Unidades Armazenadoras próprias somavam 4.061 toneladas e 46,8 unidades de diversos produtos (sacarias, equipamentos, estruturas e utensílios das barracas de comercialização de pescados, etc).

Quadro VII – Demonstrativo da Posição dos Estoques

Quadro VII - Demonstrativo da Posição dos Estoques					
UF	Armazém	Estoque	Produto	Quantidade (Em kg)	Valor (Em R\$)
AL	Próprio	Público	Açúcar	995.601	1.637.112,56
			Arroz	569.510	569.510,00
			Farinha	237.187	236.467,00
			Feijão	3.890	5.679,40
			Flocos de milho	48.700	58.103,97
			Leite	15.950	119.625,00
			Milho	1.474.541	1.015.202,73
			Óleo de soja	97.400	295.511,60
			Outros	48.700	89.544,69
			Arroz	25.000	27.455,00
			Farinha	545.500	480.040,00
Total				4.061.979	4.534.251,95

Fonte: Suope/Gefoc e Suarm/Gearm

5.1.2 Cadastramento de Unidades Armazenadoras

O cadastro de Unidades Armazenadoras é fundamental para conhecimento da oferta de armazenagem no país. Nele, estão contidas as informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e sua qualificação, ou seja, os equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos.

No fim do exercício estavam cadastrados 17.627 armazéns com capacidade estática total para 145.191.511 toneladas, e destas apenas 1.527 armazéns (20.428.920 toneladas) estavam credenciadas para trabalharem com os estoques públicos. Os dados de Alagoas estão detalhados no próximo quadro.

Quadro VIII – Demonstrativo da Capacidade Estática de Armazenagem

N.º de Armazéns	Capacidade Estática (Em t)						
	Cadastrada			Credenciada		Impedida/Descredenciada/Sem Contrato de Depósito	
	Convencional	Granel	Total	N.º de Armazéns	Capacidade	N.º de Armazéns	Capacidade
73	201.796	348.856	550.652	2	5.935	71	544.717

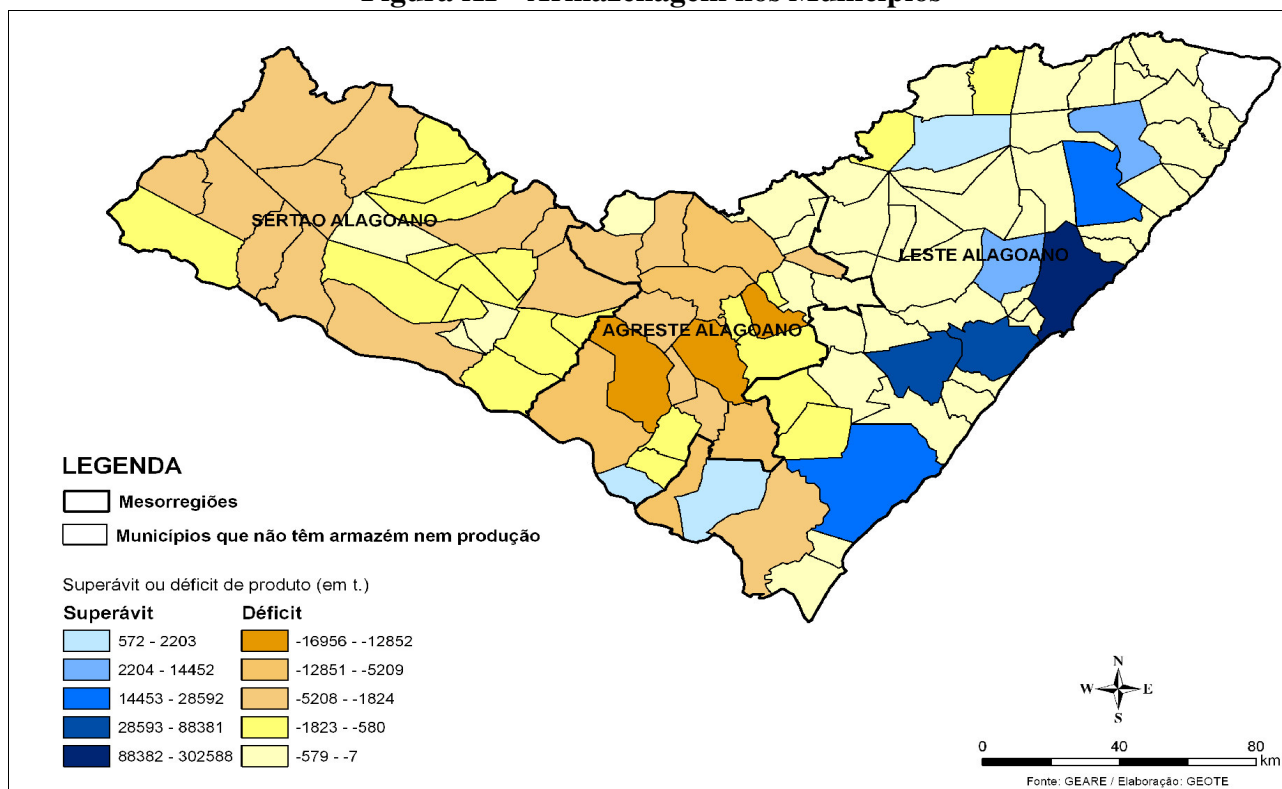
Fonte: Suarm/Gecad

Quanto à localização, 0,16% estão em fazendas, 34,79% são portuários, 17,54% estão na zona urbana e 48,6% na zona rural. Dessa mesma capacidade, apenas 10% é pública, o restante é de propriedade privada.

Comparando a capacidade estática com a produção de grãos consolidada em 2011

(101,06 mil toneladas), observa-se que capacidade está bem acima do volume produzido, portanto, numa análise conjuntural, só as Unidades Armazenadoras próprias, jurisdicionadas, têm o perfil para armazenagem de grãos, o que equivale a 1,08% da capacidade total. Vale ressaltar que o segmento armazenador como um todo, no estado de Alagoas, é voltado para a armazenagem da produção de açúcar.

Figura XI – Armazenagem nos Municípios



Dos 102 municípios incluídos na pesquisa foram registrados déficits de armazenagem em 87, ocorrendo na maioria a inexistência total de estruturas armazenadoras. De acordo com a metodologia utilizada (produção agrícola x capacidade estática) verifica-se a ocorrência de superávit de armazenagem nos municípios de Maceió (302.588 t), Marechal Deodoro (88.381 t), São Miguel dos Campos (54.723 t), São Luís do Quitunde (8.592 t), Coruripe (21.960 t), Rio Largo (14.452 t), Matriz do Camaragibe (7.695 t), União dos Palmares (2.203 t), Nova Igreja (1.391 t) e São Brás (572 t).

5.1.3 Capacitação da Mão de Obra do Setor Armazenador

A capacitação da mão-de-obra do setor armazenador com o objetivo de treinar e qualificar a mão-de-obra que atua no segmento armazenador, visando à redução das perdas, a melhoria da qualidade dos produtos armazenados, a diminuição da rotatividade da mão-de-obra e a geração de empregos no setor foram uma atividade desenvolvida pela CONAB até o ano de 2008.

A partir de 2009 a atividade não foi mais executada, uma vez que a Diretoria responsável pela execução decidiu pela suspensão da atividade por tempo indeterminado.

5.2 Fiscalização

A atividade objetiva a realização *in loco* de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições quantitativas e qualitativas dos produtos e das condições técnicas cadastrais e operacionais dos armazéns. Visa, também, proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. Também são inspecionadas as operações de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários quanto à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; e ainda quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

A atividade é coordenada pela Superintendência de Fiscalização e Estoques-Sufis que, mediante programação anual, coordena todo o processo de fiscalização além de participar da execução por meio dos fiscais lotados na Matriz. A atividade segue as orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do Manual de Operações da Conab-MOC (Título 12 – Fiscalização dos Estoques Governamentais e comunicado Conab/MOC n.º 20, de 16/08/2004) observando, ainda, orientações específicas estabelecidas pela Companhia.

Apenas a Matriz conta com um quadro de empregados voltados exclusivamente para a realização das operações de fiscalização enquanto que, nas Regionais, os fiscais desenvolvem de forma paralela outras atividades, tais como: cadastramento e recadastramento de armazéns, levantamento de informações sobre a safra, operacionalização do PAA, etc. O quadro de fiscais na Matriz é de 22 empregados que atuam na coordenação das diversas etapas e, também, na fiscalização dos armazéns, enquanto que as Regionais detêm 108 fiscais treinados e aptos para a execução da atividade.

Em 2011 foram realizadas 6.030 fiscalizações, sendo 4.209 relacionadas aos estoques públicos e 1.821 às operações de garantia e sustentação de preços. Na Sureg-AL foram realizadas (02) duas etapas previstas no programa de fiscalização anual, tendo sido visitadas por 02 vezes as Unidades Armazenadoras de Maceió e Palmeira dos Índios que armazenam produtos adquiridos de compra da Agricultura Familiar, produtos para formação de cestas básicas para atender aos convênios celebrados entre a Conab x MDS e milho do programa Venda Balcão, correspondentes a 100% da meta estabelecida (02 fiscalizações).

Quadro IX – Demonstrativo de Fiscalização dos Estoques

Discriminação	Exercício			
	2010		2011	
	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado
ACF	2.556	2.556	1.306	1.306
Contrato de Opção	-	-	88	88
Agricultura Familiar	3.651	3.651	2.967	2.967
Fome Zero	1.107	1.107	661	661
Estoque Próprio	-	-	0	0
Varreduras	-	-	0	0
Terceiros	-	-	0	0
Total	7.314	7.314	5.022	5.022

Fonte: Sufis/Gefis

Neste período não foram registrados desvios, perdas, produtos abaixo do padrão ou desclassificados. Além de apurar as condições de qualidade e quantidade dos estoques governamentais, os fiscais também avaliam a situação técnico-operacional das unidades armazenadoras depositárias

e os procedimentos técnicos de armazenamento, orientando e indicando as medidas corretivas a serem adotadas em referência às irregularidades apontadas, e, se for o caso, a necessidade de alteração quanto a situação cadastral das unidades armazenadoras.

Em 2011 foi constatada apenas uma (goteira sobre produto) ocorrência nos armazéns vistoriados no estado de Alagoas/AL. Neste mesmo período foi realizada a fiscalização de 27 operações de comercialização (PEPRO, Vendas em Balcão e Subvenção aos extrativistas). A Sureg-AL mantém em seu quadro de funcionários 4 fiscais devidamente capacitados e treinados.

5.2.1 Cobranças por Desvio ou Perdas em Armazenagem dos Estoques Públicos

Durante o exercício, a Matriz emitiu cobranças no valor de R\$27.114.396,12 referentes a Desvio ou Perdas em Armazenagem de 75.393 toneladas de produtos vinculados aos estoques governamentais. Das cobranças realizadas em 2011 ou em anos anteriores, foram recuperados R\$6.967.511,33 e 13.635 toneladas de produtos. Até o fim do período, haviam 4.533 processos ajuizados, 5 processos encaminhados para ajuizamento e 3 em andamento, no valor total de R\$1.661.739.111,82.

7.3 Atividade de Movimentação de Estoques

Atividade de fundamental apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenamento realizados pela Conab a movimentação de estoques pode ocorrer nos seguintes casos:

- para liberação de espaço visando acolhimento da safra;
- atendimento de determinação judicial;
- rescisão do Contrato de Depósito;
- atendimento de cláusula contratual, a pedido do depositário;
- risco iminente de perda quantitativa do produto, constatado pela fiscalização da Conab, tais como: danos nos equipamentos do armazém necessários à segurança e/ou conservação do produto, estrutura física do armazém comprometida, inundação, incêndio, abandono do produto pelo depositário, ameaça de pilhagem e outros motivos de impedimento técnico do armazém;
- constatação de desvio parcial do produto;
- realização de operações de compra com remoção simultânea em regiões com deficiência de armazenagem;
- descredenciamento do armazém;
- pendência financeira do depositário, com recomendação de remoção pela área de cobrança da Conab;
- atendimento ao programa de venda em “balcão” ou outro envolvendo estoques administrados pela Conab de produtos e embalagens de propriedade da Conab e/ou vinculados a Programas Governamentais.

a) Remoção de Produtos Vinculados à PGPM

A Sureg-AL tinha cadastrado 64 criadores e uma fábrica de ração como clientes habituais da Ua Maceió; esta quantidade tende a aumentar devido a reabertura da Ua Palmeira dos Índios. Para suprir a necessidade dos clientes foi solicitado a remoção de 1,7 ton de milho em grãos.

Quadro X – Demonstrativo das Remoções Contratadas

UF		Produto	Motivo	Valor (R\$)		Quantidades (Em t)				
Origem	Destino			Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover
GO	AL	Milho	Vendas em Balcão	346.970,00	227.782,90	1.000.000	213.120	-	-	786.880
MT	AC	Milho	Vendas em Balcão	184.635,50	159.335,00	700.000	700.000	-	-	-
Total				531.605,50	387.117,90	1.700.000	913.120	-	-	786.880

Fonte: Suarm/Gemov

b) Remoção de Produtos do MDS

Em atendimento às solicitações do MDS foi contratada a remoção de 997 toneladas de cestas de alimentos, ou de produtos alimentícios, para a formação de cestas ou para retirada de estoques dos polos de compra, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro XI – Demonstrativo de Contratação de Remoção de Produtos do MDS

UF		Valores (R\$)		Quantidades (kg)				
Origem	Destino	Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover
AL	CE	7.027,23	7.027,23	46.590	-	-	-	46.590
	DF	13.135,21	13.135,21	52.050	-	-	-	52.050
	GO	15.284,69	15.284,69	55.700	-	-	-	55.700
	MS	25.562,79	25.562,79	73.020	-	-	-	73.020
	MT	26.255,94	26.255,94	75.000	-	-	-	75.000
	PA	38.411,55	38.411,55	156.720	-	-	-	156.720
	PB	4.793,66	4.793,66	62.010	-	-	-	62.010
	PE	16.487,07	16.487,07	268.020	-	-	-	268.020
	PI	3.937,44	3.937,44	24.810	-	-	-	24.810
	SE	4.112,58	4.112,58	73.680	-	-	-	73.680
	SP	23.923,05	23.923,05	80.880	-	-	-	80.880
	TO	6.403,72	6.403,72	29.370	-	-	-	29.370
Subtotal		185.334,93	185.334,93	997.850	-	-	-	997.850

Fonte: Suarm/Gemov

5.3 Principais Indicadores de Desempenho

Os indicadores a seguir foram definidos em 2011 e estão em fase de análise pelas áreas responsáveis devendo entrar em operação em 2012.

Nome do Indicador: Custo de Cadastramento de Unidade Armazenadora				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução do custo com cadastramento por UF				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gerente da Gecad				
Fórmula de cálculo e método de medição: C/AC, onde: C=Custo de Cadastramento; AC=Armazéns Cadastrados. Variáveis consideradas no Custo: diárias, passagens, despesas com locomoção e material de consumo. A unidade de medida é R\$ por Armazém cadastrado comp				
Fonte dos dados: Siafi e Gecad				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Número de Armazéns Cadastrados por Equipe				
Objetivo do Indicador: Avaliar o Desempenho da Equipe de Cadastramento				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gerente da Gecad				
Fórmula de cálculo e método de medição: AC/TE , onde: AC=Armazéns cadastrados e TE=Total de equipe. A equipe é composta por duas pessoas. A periodicidade é anual, com base geográfica por UF e Brasil.				
Fonte dos dados: Gecad				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Receita operacional obtida com serviços de armazenagem				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução da receita obtida com serviços de armazenagem				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gearm				
Fórmula de Cálculo e método de medição: Valor em R\$ milhões. Receita operacional inclui serviços de recepção/expedição, pesagem, limpeza, secagem e taxas diversas. Base geográfica: UF e Brasil. Periodicidade: Trimestral e anual.				
Fonte dos dados: Gearm				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
não definida				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Receita operacional obtida com serviços de armazenagem				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução da receita obtida com serviços de armazenagem				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gearm				
Fórmula de Cálculo e método de medição: $(Rt/Rt-1)*100$ onde: Rt=Receita no ano atual e Rt-1=Receita no ano anterior. Receita operacional inclui serviços de recepção/expedição, pesagem, limpeza, secagem e taxas diversas. Base geográfica: UF e Brasil. Período				
Fonte dos dados: Gearm				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
não definida				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Participação de produtos do governo no estoque, em Unidades Armazenadoras Próprias				
Objetivo do Indicador: Avaliar a composição dos estoques em Unidades Armazenadoras Próprias				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Gearm				
Fórmula de Cálculo e método de medição: $(Pg/E)*100$ onde Pg=Produtos do governo e E=Estoque. Os produtos do governo incluem grãos e produtos processados. Estoque inclui grãos e produtos processados, de governo e de terceiros. Base geográfica: UF e Brasil				
Fonte dos dados: Gearm				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
a definir				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Deságio em leilões de frete				
Objetivo do Indicador: Verificar o deságio em cada operação de frete, uma vez que o sistema é voz (-), ou seja, lances menores.				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gerente da GEMOV				
Fórmula de cálculo e método de medição: $[(PF/PA)-1] \times 100$, sendo: PF=Preço de fechamento, PA=Preço de abertura. No leilão de frete a Conab estipula um preço de abertura baseado na mediana entre a planilha de frete da Conab, a planilha de frete da NTC e na p				
Fonte dos dados: Gemov				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
(PA-PF) máxima				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Relação entre quantidades contratada e removida				
Objetivo do Indicador: Analisar a eficiência das remoções				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gerente da GEMOV				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(QR/QC) \times 100$, sendo QR=Quantidade Removida; QC=Quantidade Contratada O indicador reflete as condições em que as Unidade armazenadoras de origem guardam os produtos do Governo Federal, bem como as condições de receb				
Fonte dos dados: Gemov				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Quantidade de Unidades Armazenadoras Fiscalizadas				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução da quantidade de unidades armazenadoras fiscalizadas/ Fiscal/ Etapa				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: Uaf/F onde: Uaf=Nº de Unidades Armazenadoras fiscalizadas e F=nº de fiscais; Base geográfica: UF e Brasil, Periodicidade: Mensal/ Anual.				
Fonte dos dados: Sufis/Gefis				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Quantidade de produtos fiscalizados				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução da quantidade do estoque fiscalizado ao longo do ano				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Pf/Ec) \times 100$ onde: Pf=quantidade de Produtos Fiscalizados e Ec=total do Estoque contábil Base geográfica: UF e Brasil, Periodicidade: Mensal/Anual				
Fonte dos dados: X=Sufis/Gefis Y=XFac				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Índice de desvios de produtos armazenados				
Objetivo do Indicador: Acompanhar os desvios de estoques governamentais				
Tipo: Efetividade				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(DA/Ef) \times 100$ onde DA=total de Desvios Apurados (ton) e Ef=total de Estoque fiscalizado (ton) Base geográfica: UF e Brasil.				
Periodicidade: Mensal/ Anual				
Fonte dos dados: Sufis/Gefis				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Evolução do Custo da Fiscalização				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução dos custos da fiscalização em relação ao ano anterior				
Tipo: Economia				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: $[(Dt/Dt-1)-1] \times 100$ onde Dt=Despesas no ano corrente (R\$) e Dt-1=Despesas no ano anterior. O custo envolve despesas correntes(diárias, material de consumo, passagens e despesa com locomoção e serviços de terceiros				
Fonte dos dados: Sufis/Gefis				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Custo médio do estoque fiscalizado				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução do custo médio da Fiscalização				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: Df/Qf , onde Df=Despesas da fiscalização (R\$) e Qf=Quantidade fiscalizada (ton) O custo envolve despesas correntes(diárias, material de consumo, passagens e despesa com locomoção e serviços de terceiros). Base g				
Fonte dos dados: Sufis/Gefis				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

6 Geração e Difusão de Informações (correspondente ao item 10 da DN 108)

Buscando ser referência como provedora de informações e conhecimentos do setor agropecuário e de abastecimento, a Conab tem o compromisso de difundir, sistematicamente, as informações demandadas pelo setor. Nesse sentido, possui e mantém atualizado um dos maiores bancos de dados sobre o segmento agropecuário e vem disponibilizando parte desse acervo, desde 1992, por meio de publicações que contemplam estatísticas referentes a: Estimativas de Safras (principais grãos, café, cana de açúcar e laranja); Importações e Exportações Brasileiras; Balança Comercial da Agricultura; Oferta e Demanda dos principais produtos; Preços da Agropecuária (produtor, atacado e varejo); Preços Mínimos e Preços de Referência para a Agricultura Familiar; Preços de Insumos Agropecuários, Índices Econômicos, Impostos de Importação e outros. Também divulga dados relativos às operações da Companhia, tais como: aquisições-AGF e Contratos Públicos de Opção de Venda, vendas, Vendas em Balcão etc.

6.1 Levantamento de Safras

a) Levantamento da Safra de Grãos

A Conab realiza 12 pesquisas anuais, sendo 6 de campo e as demais por outros meios de busca de informações, sendo os trabalhos programados e coordenados pela Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras-Geasa.

Em atenção às demandas dos usuários de informação de safra, os levantamentos têm sido realizados em estreita colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, consolidando o processo de harmonização das estimativas oficiais de safra para as principais lavouras brasileiras.

Durante o exercício foram elaboradas pesquisas para acompanhamento e fechamento da safra 2010/11 e estimativas de plantio da safra 2011/12. Para a safra 2011/12 está prevista a manutenção da área plantada e redução de 11,7% na quantidade colhida, em função do clima desfavorável com predominância de secas prolongadas.

Quadro XII - Demonstrativo da Área e da Produção Agrícola – Safras 2010/11 e 2011/12

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safra		Variação		Safra		Variação	
	2010/11 (a)	2011/12 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2010/11 (a)	2011/12 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	0,6	0,6	0,00	0	0,1	0,1	0,00	0
Arroz	3	3	0,00	0	18,1	16,8	-7,18	-1
Feijão 3ª safra	61,8	61,8	0,00	0	31,5	30,9	-1,90	-1
Milho 1ª safra	57,2	57,2	0,00	0	51,1	41,2	-19,37	-10
Total AL	122,6	122,6	0,00	0	100,8	89	-11,71	-12

Fonte: Dipai/Suin/Geasa

b) Levantamento da Safra Brasileira de Cana de açúcar

A Conab, em cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA realizou, entre os dias 28 de outubro e 12 de novembro de 2011, o terceiro levantamento da safra 2011/12 de cana de açúcar. Nesta etapa, foram visitadas todas as unidades de produção sucroalcooleira com produção efetiva, situadas nos vários Estados produtores.

A lavoura de cana de açúcar apresentou nesta safra um desenvolvimento aquém do ideal e inferior ao da safra passada, levando a uma produtividade menor que a estimada inicialmente pelos produtores. As causas foram diversas, mas o clima foi o principal causador da queda da

produção, em consequência das adversidades ocorridas a partir do mês de abril até outubro de 2010, com chuvas escassas em toda a região Centro-Oeste e Sudeste. Este comportamento do clima prejudicou a brotação e o desenvolvimento da cana, tanto nas áreas colhidas, como nas áreas de renovação e expansão, mas favoreceu a colheita da safra passada, encurtando o período da safra.

A área cultivada com cana de açúcar que será colhida e destinada à atividade sucroalcooleira está estimada em 463,65 mil hectares, com produção de 29.835,9 toneladas. Desse total, 20.795,6 ton serão destinadas à produção de açúcar e 9.040,3 ton à produção de 698 milhões de litros de etanol (430 milhões de etanol anidro e 267 milhões de etanol hidratado).

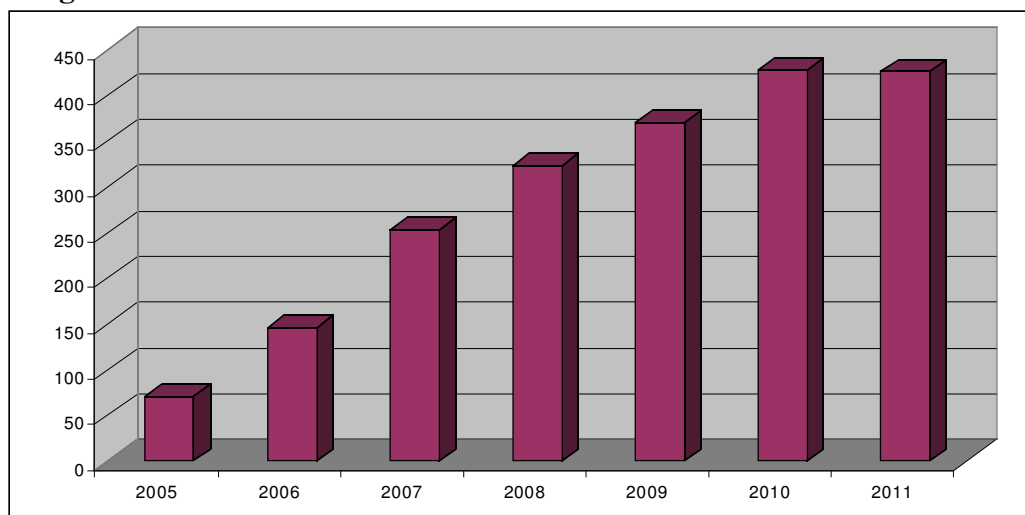
6.2 Levantamento de Custos de Produção e de Custos de Insumos

Os custos de produção elaborados pela Conab têm resultados práticos para a sociedade e oferecem informações substanciais para a definição e implementação de políticas públicas, além de proporcionar conhecimento aos diversos segmentos que estão direta ou indiretamente ligados ao processo produtivo.

A Conab mantém atualizados 426 custos de produção de culturas temporárias (grãos e fibras), semiperenes (cana de açúcar) e permanentes (café, citrus, pêssego, maçã e uva), assim como para as atividades: leiteira, de caprinos e ovinos, de aves e suínos e da sociobiodiversidade.

Os custos de produção são direcionados principalmente à Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM e ao Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar – PGPAF, tendo como principais demandantes os Ministérios da Agricultura – MAPA, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e Ministério do Meio Ambiente – MMA.

Figura XII – Crescimento do Número de Custos Elaborados e Utilizados



Fonte: Dipai/Sufis

7 Gestão de Pessoas (correspondente ao item 11 da DN 108)

7.1 Distribuição de Empregados

Conforme estabelecido no Regulamento de Pessoal, o ingresso nos quadros da Companhia se dá por meio de concursos públicos, ressalvadas as nomeações para as funções gratificadas nos cargos de assessoramento aos Diretores e nos cargos de subordinação direta ao Presidente. Neste sentido, e desde sua criação, a Companhia realizou nos exercícios de 2005 e 2006 concursos públicos para provimento de pessoal e, na medida da necessidade, tem realizado nomeações para os cargos de livre provimento.

Não obstante, tem ocorrido nos últimos exercícios o ingresso de pessoal por meio de decisões judiciais e/ou por força da Lei de Anistia. Em decorrência da pouca governabilidade sobre esse processo, a Companhia permitiu o ingresso de empregados sem observar o quadro de pessoal ideal na sua estrutura organizacional.

Reduzido o fluxo de entrada de anistiados a Gerência de Cargos, Salários e Avaliação-Gecav elaborou a Nota Técnica n.º 02/2011 onde expôs a necessidade de dimensionamento da força de trabalho, no sentido de identificar o número e a qualificação dos empregados para a execução das atividades da Companhia. Para tanto, foi autuado processo interno visando a contratação de empresa de consultoria, visando a realização do redimensionamento do quadro de pessoal, tanto na Matriz quanto nas Superintendências Regionais e Unidades Armazenadoras.

7.2 Sistema de Comunicação

A comunicação de informações importantes para a companhia se dá por meio dos seguintes veículos:

Notícias do Dia – informativo diário com uma média de três informações, abordando temas diversos como programas e ações da Companhia, realização de cursos e palestras, avisos e atividades voltadas para os empregados. Este informativo é a forma mais rápida de comunicação impressa da Empresa com seus Empregados.

Correio Eletrônico – divulgação de informações de interesse geral, de forma tempestiva e alcançando todos os empregados (em atividade, cedidos e licenciados etc). Utilizado com maior frequência pelas áreas de benefícios, capacitação e assistência médica.

Intranet – este veículo está em operação desde o ano de 2000 e tem grande utilização pelo corpo funcional. São disponibilizadas informações necessárias à Companhia, tais como: regulamentos e normativos, conjunturas agropecuárias, relatórios, avisos e resultados de leilões, licitações, legislação etc.

Internet – veículo de comunicação com a sociedade onde são divulgadas informações de amplo uso social, tais como estimativas de safras, avisos e resultados de leilões, programas desenvolvidos pela Companhia, séries de preços e índices econômicos e, principalmente, informações que dão transparência às ações realizadas.

7.3 Melhoria do Clima Organizacional

Para o levantamento de informações sobre o clima organizacional da Companhia, e seu monitoramento, foi realizada uma pesquisa específica, no período de julho de 2008 a maio de 2009, com o objetivo de conhecer a percepção dos empregados sobre temas relativos ao ambiente de trabalho, visando subsidiar planos de ações para a melhoria da gestão de recursos humanos da Empresa. A disseminação dos resultados não foi implementada pois até o fim do exercício de 2011 o resultado da pesquisa e o respectivo plano de ação aguardavam manifestação da Presidência da

Conab.

7.4 Ações de Capacitação

A capacitação dos empregados, no âmbito da Conab, é desenvolvida como uma atividade contínua de Treinamento, Desenvolvimento e Educação, visando a melhoria do desempenho funcional, baseado na identificação das competências necessárias à alavancagem dos negócios e do processo de gestão da Companhia.

Nesse sentido, a Conab implantou e vem desenvolvendo seu Plano de Educação Corporativa-PEC, com a finalidade de promover o desenvolvimento das competências humanas, orientadas para os objetivos da Companhia.

A cada dois anos, a Conab realiza o Levantamento de Necessidades de Treinamento-LNT, com o objetivo de reavaliar as ações de treinamento e desenvolvimento constantes no PEC, bem como identificar as novas demandas de treinamento para o período. As necessidades de treinamento identificadas devem ser correlatas às competências de cada área, assim como às precípuas desenvolvidas pelos empregados lotados nas diversas áreas da Companhia. São propostos, também, cursos voltados para o desenvolvimento futuro dos empregados, focados nos temas e perspectivas do Planejamento Estratégico. Além das necessidades de treinamento, o LNT busca identificar empregados para atuarem como instrutores/multiplicadores na disseminação do conhecimento e no compartilhamento de práticas de sucesso e inovações, valorizando a aprendizagem e a cultura da Companhia.

Inserida no Programa de Valorização do Servidor, a Conab buscou incentivar os seus empregados a reingressarem na vida acadêmica por meio de cursos de Pós-Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado, desde que voltados para os objetivos estratégicos e de interesse da Companhia. Continuou implementando o Projeto Graduar para Trabalhar (alfabetização, pós-alfabetização, ensino fundamental e médio) na Matriz. Além disso, investiu no Programa Educacional de Idiomas, concedendo aos seus empregados incentivo financeiro de 50% da mensalidade, limitado em até R\$124,78.

a) Quanto ao número de treinandos

O quadro a seguir apresenta o número de treinandos por área.

Quadro XIII – Treinamento, por Área de Conhecimento

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos	Homens/hora Treinados
Educação e Desenvolvimento	3	8
Operacional	1	32
Planejamento	6	200
Total	10	240

Fonte: Sumoc/Gecap

b) Resultados Alcançados

Os resultados a seguir detalhados envolvem todas as atividades desenvolvidas pela área de capacitação da Companhia e que a metodologia de avaliação ainda se encontra em processo de validação pela Conab, estendendo-se a partir de 2012 para as Regionais.

Dentro do contexto organizacional relacionado à implementação dos treinamentos previstos no PEC-2011 foi proposto, para o monitoramento do referido Plano, os indicadores de desempenho classificados e integrados de acordo com o tipo (produto ou processo) e amplitude (estratégico, gerencial e operacional) conforme quadro abaixo, permitindo avaliar e propor melhorias no modelo de gestão educacional da Companhia.

Quadro XIV – Indicadores de Capacitação

Amplitude / Tipo	Indicador	Descrição	Meta	Resultado
Estratégico Produto	Impacto do Treinamento no Trabalho (Implantar processo de Avaliação do Retorno do Investimento ROI)	Percentual de impacto do treinamento no trabalho (alcance dos objetivos específicos do treinamento e aumento do desempenho do treinando) bem como justificar o retorno do investimento	Maior ou igual a 40% dos cursos avaliados, com grande impacto (cursos fechados)	Não foi possível a implantação do ROI, uma vez que dependemos de outro órgão.
Gerencial Processo	Implantação do PEC 2011	Percentual de Ações Educacionais constantes do PEC que foram implementadas no corrente ano	900,00%	60% implementadas
Operacional Produto	Satisfação do Treinando com os Treinamentos	Satisfação dos treinandos com o desempenho do instrutor, a qualidade institucional, o ambiente da ação educacional e a coordenação	Maior ou igual a 80%	Da amostra pesquisada foi alcançado um resultado de 85%.
Gerencial Processo	Investimento de Horas em Educação	Média de horas que cada colaborador dedica a ações educacionais	12 horas anuais	Ultrapassou a meta, alcançando a média de 15h20 ano, por treinando
Gerencial Produto	Incremento de Conhecimento	Percentual de acréscimo de conhecimento final (incremento de aprendizagem)	Acréscimo de até 50%	Alcançou 63%

Fonte: Sumoc/Gecap

As ações educacionais que integram o PEC 2011 sofreram corte na realização dos eventos, tendo em vista o contingenciamento orçamentário, que limitou a realização de atividades de treinamento e desenvolvimento fora da área de lotação dos empregados.

No entanto, a tabulação das avaliações de reação aplicadas aos treinandos após a participação dos empregados nos cursos/eventos realizados pela Matriz e Regionais, por amostragem, demonstra que a Companhia conseguiu alcançar algumas metas traçadas para o ano de 2011, conforme demonstrado a seguir.

7.5 Composição e Custo de Pessoal

O quadro de Recursos Humanos da Conab é composto por empregados contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, e por empregados nomeados para cargos de livre provimento, seja de origem estatutária ou não. Conta também com estagiários de nível médio e superior, além de terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

No fim do exercício, a Sureg-AL contava com 66 empregados.

Quadro XV – Composição do Quadro de Pessoal, por Situação Funcional

Discriminação	Quantidade de Empregados		
	Matriz		Variação
	31/12/10	31/12/11	
Emefetivo exercício na empresa	43	48	5
Licenciado INSS / Acidente de Trabalho	3	3	-
À Disposição com ônus para a Conab – Lei 10470	19	15	(4)
Total	65	66	1

Fonte: Dirad/Sureh

Do quadro de empregados, 41 apresentam situação contratual decorrente de readmissão por reintegração judicial ou pela lei de anistia, correspondendo a 60% do corpo funcional. O vínculo empregatício mediante contrato padrão aplica-se aos demais empregados, incluídos os concursados cujas admissões ocorreram mais recentemente.

Quadro XVI - Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual

Discriminação	Quantidade de Empregados		
	Matriz		Variação
	31/12/10	31/12/11	
Contrato Padrão	26	26	-
Reintegrado (Transitado)	19	18	(1)
Anistiado (Liminar)	13	13	-
Anistiado (Lei 8878/94)	7	9	2
Total	65	66	1

Fonte: Sutin/Gesof

O número de empregados enquadrados nas funções de nível superior representa 6% do total da força de trabalho.

Quadro XVII – Demonstrativo por Nível de Enquadramento

Situação Contratual	Nível				Total
	Auxiliar	Médio	Superior	Contrato Especial	
Contrato padrão	14	9	3	-	26
Reintegração Judicial (Transitado em julgado)	15	2	1	-	18
Readmissão-Anistia (liminar)	11	2	-	-	13
Anistiado (Lei 8.878/94)	5	4	-	-	9
Total	45	17	4	0	66

Fonte: Sutin/Gesof

Quanto ao nível de escolaridade verifica-se a existência de 11 empregados com nível superior completo ou especialização, evidenciando a necessidade de realização de concurso público para a criação de oportunidade para a regularização da situação funcional de parte desses empregados.

Quadro XVIII – Demonstrativo por Nível de Escolaridade

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade										Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
1. Proveniente de cargo efetivo	0	0	19	5	23	5	0	0	0	0	52
1.1 Membros de poder e agentes políticos											0
1.2 Servidores de Carreira			11	3	19	5					38
1.3 Servidores com Contratos Temporários											0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença			8	2	4						14
2. Proveniente de cargo em Comissão	0	0	0	1	7	2	4	0	0	0	14
2.1 Cargos de Natureza Especial											0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior											0
2.3 Funções Gratificadas				1	7	2	4				14
3. Total	0	0	19	6	30	7	4	0	0	0	66

LEGENDA: Nível de Escolaridade 1-Analfabeto; 2-Alfabetizado sem cursos regulares; 3-Primeiro grau incompleto; 4-Primeiro grau; 5-Segundo grau ou técnico; 6-Superior; 7-Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8-Mestrado; 9-Doutorado; 10-Não Classificada

Do quadro total, cerca de 27,2% encontrava-se em situação de redução da força de trabalho, destacando-se os cedidos a outros órgãos, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XIX – Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Afastamentos	Quantidade de pessoas
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	15
1.1 A disposição com ônus para a Conab – Dec 4050	0
1.2 A disposição com ônus para a Conab – Lei 10470	15
1.3 A disposição sem ônus para a Conab – Dec 4050	0
2. Licença Remunerada (2.1+2.2)	0
2.1 Licença Maternidade	0
2.2 Para Exercício de Mandato Eletivo	0
3. Licença não Remunerada (3.1+3.2+3.3)	3
3.1 Licenciado INSS/Acidente de Trabalho	3
3.2 Para Exercício de Mandato Eletivo	0
3.3 Interesses particulares	0
4. Total de servidores afastados em 31 de dezembro	18

Fonte: Dipai/Sutin

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo uma idade limite para aposentadoria compulsória. Prevaecem as regras da Previdência Social, em que as mulheres podem aposentar a partir dos 48 anos e os homens 53 anos, desde que cumpram o tempo de contribuição previdenciária de 30 e 35 anos, respectivamente. Além desses, o instituto de previdência complementar dos empregados da Conab (Cibrius) estabelece a idade mínima de 56 anos para concorrer ao benefício. Pelo quadro abaixo verifica-se a existência de 29 empregados (50% do número do quadro de pessoal) que reúnem todas as condições para o desligamento da Empresa.

Quadro XX – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária

Faixa Etária	Tempo de Trabalho na Empresa										Participação (%)
	0-5	6-10	11-15	16-20	21-25	26-30	31-35	36-40	> 40	Total	
20 a 25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
26 a 30	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1,52
31 a 35	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1,52
36 a 40	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1,52
41 a 45	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
46 a 50	2	0	3	0	0	3	1	0	0	9	13,64
51 a 55	3	1	5	0	0	6	9	1	0	25	37,88
56 a 60	1	2	2	0	1	6	6	1	0	19	28,79
61 a 65	0	1	2	0	0	2	3	1	0	9	13,64
66 a 70	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1,52
Mais de 70	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
Total	7	6	12	0	1	17	19	3	1	66	-

Fonte: Dipai/Sutin

7.5.1 Admissões, Demissões e Transferências

No período em questão, houve a admissão de um anistiado, somente.

7.5.2 Perspectivas de Aposentadoria

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo, portanto, idade limite para o desligamento do quadro de pessoal da Companhia, podendo, inclusive, serem aposentados pela Previdência Social e permanecerem em atividade. No fim do exercício existia em atividade 7 empregados já com aposentadoria pelo INSS.

7.5.3 Recomposição do Quadro de Pessoal

Não há previsão para recomposição do quadro de pessoal na Sureg-AL.

7.5.4 Composição do Quadro de Estagiários

Além dos empregados, no último trimestre, a Sureg-AL contou com 6 estagiários de nível superior. O custo abaixo inclui salário e auxílio transporte.

Quadro XXI – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Vagas Aprobadas	Quantitativo de vagas preenchidas em Dez/2011	Custo do Exercício (em R\$1,00)
	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre			
Nível Superior	0	0	0	6	6	6	7.479,52
Área Fim	-	-	-	1			
Área Meio	-	-	-	5			
Nível Médio	0	0	0	0			
Área Fim	-	-	-	-			
Área Meio	-	-	-	-			
Total	0	0	0	6	6	6	7.479,52

Fonte: Sureh/Gepes

7.5.5 Custos de Pessoal

Em 2011, a despesa de pessoal com os empregados lotados na Sureg-ALMatriz foi de

R\$4.734.720,16, com participação de 1,15% na despesa total da Conab (R\$411.854.346,20) e com crescimento de 9,64% sobre o valor de 2010.

Quadro XXII - Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2009, 2010 e 2011

Detalhamento da Despesa	2009	2010	2011
(-) DESPESAS DE PESSOAL	4.318.335,17	4.318.335,17	4.734.720,16
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	3.024.257,17	3.024.257,17	3.162.354,14
331901101 VENCIMENTOS E SALARIOS	1.608.033,59	1.608.033,59	1.705.954,66
331901133 GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE FUNCOES	361.252,20	361.252,20	413.667,50
331901137 GRATIFICACAO POR TEMPO DE SERVICO	296.990,95	296.990,95	332.431,66
331901143 13 SALARIO	363.994,47	363.994,47	381.786,58
331901144 FERIAS - ABONO PECUNARIO	84.368,70	84.368,70	91.384,39
331901145 FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	72.740,38	72.740,38	72.908,22
331901146 FERIAS - PAGAMENTO ANTECIPADO	95.784,90	95.784,90	95.657,10
331901147 LICENCA-PREMIO	144.613,43	144.613,43	93.472,77
523170203 CREDITOS P/ACERTO FINANC./EX-SERVIDORES	62.103,56	62.103,56	42.928,04
623170203 (-)CREDITOS P/ACERTO FINANC./EX-SERVIDORES	-82.483,11	-82.483,11	-51.802,22
523310701 PROVISAO PARA DECIMO TERCEIRO SALARIO	215.519,77	215.519,77	222.793,43
623310701 (-)PROVISAO PARA DECIMO TERCEIRO SALARIO	-215.519,77	-215.519,77	-222.793,43
523310702 PROVISAO PARA FERIAS	421.709,15	421.709,15	394.716,93
623310702 (-)PROVISAO PARA FERIAS	-364.484,92	-364.484,92	-386.255,86
523170502 ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - NA O FINANCEIROS	189.042,96	189.042,96	205.825,62
613120500 (-)ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	-229.409,09	-229.409,09	-230.321,25
OBRIGACOES PATRONAIS	1.101.675,54	1.101.675,54	1.178.667,09
331901301 F.G.T.S.	234.873,44	234.873,44	252.588,68
331911304 CONTRIBUICAO DE SALARIO EDUCACAO	73.359,99	73.359,99	77.916,30
523310708 ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PROVISIOES	232.605,06	232.605,06	227.800,53
623310708 (-) ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PROVISIOES	-205.428,41	-205.428,41	-224.693,56
331911302 CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS	684.727,92	684.727,92	728.030,31
331911309 SEGUROS DE ACIDENTES DO TRABALHO	81.537,54	81.537,54	117.024,83
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	202.515,24	202.515,24	230.921,61
331909401 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRAB.-ATIVO CIVIL	0	0	2.145,07
331901632 SUBSTITUICOES	27.842,81	27.842,81	22.103,75
331909201 DESP.EXERCICIOS ANTERIORES-ATIVO CIVIL	0	0	1.845,37
331901644 SERVICOS EXTRA ORDINARIOS	14.697,53	14.697,53	40.726,26
333904901 INDENIZACAO A AUXILIO-TRANSPORTE	87.521,70	87.521,70	88.393,91
331900801 A AUXILIO FUNERAL A TIVO CIVIL	8.174,00	8.174,00	3.718,50
333900850 A UXILIO ESCOLA -ACORDO COLETIVO	10.200,00	10.200,00	10.800,00
333900849 A UXILIO DEFICIENTE - ACORDO COLETIVO	24.561,60	24.561,60	31.041,15
333900855 A UXILIO CRECHE	29.517,60	29.517,60	30.147,60
SENTENCAS JUDICIARIAS E DEP.COMPULSORIOS	-10.112,78	-10.112,78	162.777,32
331906702 DEPOSITOS JUDICIAIS	0	0	1.357,69
331909132 SENT.JUDIC.TRANS.JULG.CAR.UNICO-ATIVO CIVIL	167.953,26	167.953,26	149.187,15
331906703 DEPOSITOS PARA RECURSOS	81.028,90	81.028,90	114.303,67
333906702 DEPOSITOS JUDICIAIS	0	0	0
331919132 SENT.JUDIC.TRANS.JULG.CART.UNICO-ATIVO CIVIL	0	0	6.342,98
613120300 (-)DEPOSITOS REALIZA VEIS VINCULADOS	-248.982,16	-248.982,16	-108.414,17
623170602 (-)RECURSOS VINCULADOS	-10.112,78	-10.112,78	0

Fonte: Demonstrativo do Resultado do Exercício-DRE

7.5.6 Mão de Obra Terceirizada

O quadro a seguir apresenta de forma detalhada a formação do quadro de mão de obra terceirizada com vigência em 2011.

Quadro XXIII – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante															
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento															
UG/Gestão: 135100 – 22211										CNPJ: 26.461.699/0001-80					
Informações sobre os contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
							F		M		S				
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		P	C
2011	V	O	005/2011	11.179.264/0007-66	01/10/11	01/10/12	-		-	4	-		A	-	4
2010	L	O	003/2010	01.182.827/0001-26	02/10/11	02/10/12	-	2	-	4	-	-	A	-	6
Observação:															
Legenda: Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada															

Fonte: Gefad

7.5.7 Principais Indicadores Gerenciais

Em 2011, foram propostos alguns indicadores que ainda estão em análise nas diversas superintendências da Matriz, a fim de verificar se atendem aos requisitos de qualidade e de aplicabilidade. Aqueles selecionados deverão entrar em fase de apuração e análise. A seguir estão relacionados os indicadores propostos.

Nome do Indicador: Rotatividade ou Turnover total				
Objetivo do Indicador: Monitorar indícios de problemas relacionados a: processo seletivo, sistema de remuneração e benefícios, clima organizacional, perda da cultura organizacional e de capital intelectual, mercado de trabalho aquecido.				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Sugep/Gepes				
Fórmula de cálculo e método de medição: $[(Ad+De)/2]/(QLm)*100$ onde Ad=Admissões De=Demissões e QLm=Quadro de Lotação médio no período. Abrangência: UF e Brasil. Periodicidade: Semestral e anual.				
Fonte dos dados: Sugep/Sutin – Sistema Sênior de RH				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
< que 5%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Taxa de Integração de concursados				
Objetivo do Indicador: Conhecer e acompanhar a eficácia do processo de integração dos novos empregados, influenciado por fatores como: receptividade da equipe, apreço demonstrado pela chefia, espírito de equipe, valores e políticas da empresa, processo de				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Sugep/Gepes				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Dc/Ac)*100$ onde De=Nº de demissões de concursados e AD=Nº de Admissões de concursados. Abrangência: UF e Brasil. Periodicidade: Semestral e anual.				
Fonte dos dados: Sugep/Sutin – Sistema Sênior de RH				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
< que 1%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Percentual de realização de exames médicos periódicos				
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Sugep/Gebem				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(ASO_{em}/Q_{Lex}) * 100$, onde: ASO _{em} = n° de Atestados de Saúde Ocupacional emitidos e Q _{Lex} =Quadro de lotação em exercício. ASO emitido é o Atestado emitido pelo médico após o funcionário realizar os exames. Abrangência:				
Fonte dos dados: Sugep/Gebem/Regionais				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Percentual de ocorrências de Acidentes de trabalho e Doenças ocupacionais				
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Monitorar os processos e atividades voltadas à prevenção dos riscos laborais inerentes às atividades				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Sugep/Gebem				
Fórmula de cálculo e método de medição: N° de AT+DO onde, AT=Acidente de Trabalho e DO=Doenças ocupacionais. Abrangência: UF e Brasil, Periodicidade: Semestral e anual.				
Fonte dos dados: Sugep/Gebem/Regionais				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
próximo a zero				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

8 Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil (correspondente ao item 12 da DN 108)

8.1 Planejamento e Execução Orçamentária

A atividade de planejamento orçamentário é desenvolvida pela Gerência de Programação e Elaboração Orçamentária, subordinada à Superintendência de Orçamento e Avaliação- Gepor/Supor, a partir das demandas apresentadas pelas Superintendências Regionais e de Área na Matriz. O orçamento aprovado na LOA é recebido do Tesouro Nacional também pela Matriz e descentralizados por meio de movimentação de créditos para as diversas Regionais.

O quadro a seguir apresenta os valores liquidados por UG.

Quadro XXIV – Execução Orçamentária, por UG

UG Executora	Nome	Valor Liquidado (R\$)
135294	UA-Maceió	299,01
135295	Unid. Estoque Estratégico/AL	459.139,47
135439	MO/Alagoas	148.500,00
135586	Conab Sede Sureg Alagoas	290.788,29
135601	Unidade Conab PAA Alagoas	4.559.867,81
135610	Unidade Armazenadora Palmeira dos Índios	564,41

Fonte: Siafi

Todos os créditos recebidos nesta Regional foram descentralizados das UGs 135100, 134347 e 135348, todas vinculadas à Matriz. Os créditos não utilizados também foram devolvidos para essas UGs, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro XXV – Movimentação de Crédito

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Receptora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital		Total
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	
Movimentação Interna	Recebido	135100	135586	08.605.1049.2802.0001	0,00	-225,00	0,00	0,00	-225,00
		135100	135586	20.122.0352.2272.0001	1.484.889,74	0,00	0,00	0,00	1.484.889,74
		135100	135586	20.122.0352.2272.0001	0,00	497.753,57	17.326,00	0,00	515.079,57
		135100	135586	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	99,64	0,00	99,64
		135100	135586	20.122.1492.2272.0001	0,00	5.105,09	0,00	0,00	5.105,09
		135100	135586	20.125.0352.2137.0001	0,00	5.600,96	0,00	0,00	5.600,96
		135100	135586	20.301.0352.2004.0001	0,00	149.707,26	0,00	0,00	149.707,26
		135100	135586	203060352.2012.0001	0,00	358.226,65	0,00	0,00	358.226,65
		135100	135586	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	1.023.914,68	1.023.914,68
		135100	135586	20.605.0352.8579.0001	0,00	1.687,50	0,00	0,00	1.687,50
		135100	135586	20.605.0360.4711.0001	0,00	13.965,56	0,00	0,00	13.965,56
		135100	135586	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	-630,00	-630,00
		135100	135586	28.846.0901.0022.0001	271.191,49	0,00	0,00	0,00	271.191,49
		135100	135294	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	1.316,29	0,00	1.316,29
		135100	135610	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	3.602,90	0,00	3.602,90
		135347	135601	08.306.1049.2798.0001	0,00	-200.000,00	0,00	0,00	-200.000,00
		135347	135110	08.244.1049.2792.0001	0,00	-50,77	0,00	0,00	-50,77
		135347	135295	08.244.1049.2792.0001	0,00	-235,45	0,00	0,00	-235,45
		135347	135586	08.244.1049.2792.0001	0,00	3.467.969,75	0,00	0,00	3.467.969,75
		135347	135586	08.605.1049.2802.0001	0,00	439.340,30	0,00	0,00	439.340,30
		135347	135586	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	2.080.573,52	2.080.573,52
		135347	135586	08.306.1049.2798.0001	0,00	9.429.517,79	0,00	0,00	9.429.517,79
		135348	135586	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	5.310,00	5.310,00
	Enviado	135586	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	1.309,78	0,00	0,00	1.309,78
		135586	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	8.962,02	80,00	0,00	9.042,02
		135586	135100	20.122.1492.2272.0001	0,00	15,01	0,00	0,00	15,01
		135586	135100	20.125.0352.2137.0001	0,00	402,13	0,00	0,00	402,13
		135586	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	2.318,40	0,00	0,00	2.318,40
		135586	135347	08.605.1049.2802.0001	0,00	32,41	0,00	0,00	32,41

Fonte: Siafi

Quadro XXVI – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Em R\$

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesa de Pessoal	1.542.958,89	1.684.487,47	1.542.958,89	1.684.487,47	0,00	0,00	1.542.958,89	1.568.523,89
Vencimentos e Vantagens Fixas	219.477,84	237.735,86	219.477,84	237.735,86	0,00	0,00	219.477,84	219.570,31
Obrigações Patronais	1.074.498,89	1.175.560,12	1.074.498,89	1.175.560,12	0,00	0,00	1.074.498,89	1.077.762,09
Depósitos Compulsórios	81.028,90	115.661,36	81.028,90	115.661,36	0,00	0,00	81.028,90	115.661,36
Sentenças Judiciais	167.953,26	155.530,13	167.953,26	155.530,13	0,00	0,00	167.953,26	155.530,13
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	10.597.509,53	14.157.519,30	10.579.981,00	13.954.206,79	17.528,53	203.312,51	10.523.753,13	13.846.077,36
Diárias	150.480,00	61.661,00	150.480,00	61.661,00	0,00	0,00	149.258,00	61.661,00
Material de Consumo	121.847,99	0,00	121.913,63	0,00	0,00	0,00	117.165,93	0,00
Material de Distribuição Gratuita	9.100.161,93	12.465.941,76	9.100.161,93	12.465.941,76	0,00	0,00	9.090.500,16	12.465.941,76
Passagens e Despesas com Locomoção	16.164,84	13.270,88	16.164,84	13.270,88	0,00	0,00	16.164,84	13.270,88
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	102.039,00	76.006,42	102.039,00	76.006,42	0,00	0,00	96.582,73	66.423,19
Locação de Mão-de-Obra	83.258,40	150.362,68	68.858,40	123.569,52	14.400,00	26.793,16	68.858,40	67.276,86
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	917.938,47	1.297.541,79	917.938,47	1.139.975,41	0,00	157.566,38	882.798,34	1.099.646,69
Obrigações Tributárias e Contributivas-Op. Intra-Orçamentárias	105.618,90	90.589,70	102.424,73	71.636,73	3.128,53	18.952,97	102.424,73	69.711,91
Indenizações e Restituições	0,00	2.145,07	0,00	2.145,07	0,00	0,00	0,00	2.145,07
4 – Investimentos	31.733,54	22.264,83	5.799,00	18.660,83	25.934,54	3.604,00	5.799,00	18.660,83
Equipamento e Material Permanente-Op. Intra-Orçamentárias	31.733,54	22.264,83	5.799,00	18.660,83	25.934,54	3.604,00	5.799,00	18.660,83
5 – Inversões Financeira	2.075.352,17	3.109.168,20	2.075.352,17	2.854.051,35	0,00	255.116,85	2.075.352,17	2.854.051,35
Aquisição de Produtos para Revenda	2.075.352,17	3.109.168,20	2.075.352,17	2.854.051,35	0,00	255.116,85	2.075.352,17	2.854.051,35
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	14.247.554,13	18.973.439,80	14.204.091,06	18.511.406,44	43.463,07	462.033,36	14.147.863,19	18.287.313,43

Fonte: Siafi

Em 2011 não houve alterações na programação orçamentária/financeira sendo registradas apenas variações, para mais ou menos, na execução das diversas ações orçamentárias.

Os valores apresentados no Grupo 1 – Despesas de Pessoal não refletem as despesas de pessoal desta Regional, tendo em vista que a execução orçamentária da folha de pagamentos é realizada pela Matriz – UJ 135100, restando apenas os pagamentos dos encargos, como as contribuições previdenciárias e o salário educação, seguros de acidente de trabalho, FGTS e outros. Em relação ao exercício de 2010 verificou-se variação, a maior, de 9,17%, decorrente do reajuste salarial negociado no Acordo Coletivo de Trabalho 2011/12, da concessão de promoções por tempo de trabalho, da compra da Licença prêmio e outras variações.

No grupo 3 – Outras Despesas Correntes estão relacionadas as despesas com o custeio da Companhia, com a aquisição de produtos para doação gratuita às famílias e/ou grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional, com a manutenção de bens móveis e imóveis, com vigilância e serviços de limpeza, com assistência médica e odontológica dos empregados e dependentes, com os auxílios concedidos ao empregados e outros. O valor total empenhado neste Grupo foi de R\$14.157.519,30, com aumento de 33,59% sobre o valor registrado em 2010, em decorrência da maior aplicação de recursos na aquisição de produtos para distribuição gratuita, que passaram de R\$9.100.161,93, em 2010, para R\$12.465.941,76, em 2011. Apesar do crescimento das despesas, a execução orçamentária deste Grupo sofreu contingenciamento de 28%, de acordo com a Portaria MAPA n.º 29, de 29/03/2011.

O Grupo 4 – Investimento contempla as despesas relacionadas às melhorias nos imóveis, tanto na unidade armazenadora quanto na sede da Regional e à compra de equipamentos, inclusive de informática. A execução das despesas deste Grupo sofreu forte impacto com o contingenciamento de 65% imposto pela citada Portaria, principalmente aquelas relacionadas com a Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns. A execução desta Ação também foi prejudicada pela falta de pessoal, principalmente de engenheiros e agrônomos, para o desenvolvimento dos projetos e a elaboração das planilhas de custo na forma requerida pela Controladoria-Geral da União, assim como para a fiscalização e o recebimento das obras. Consequentemente, os serviços previstos para a manutenção das unidades ou a aquisição de equipamentos necessários para a adequação dos armazéns aos critérios estabelecidos para a certificação, foram postergados para 2012. Em relação ao exercício anterior verifica-se redução de aproximadamente 29,84% nas despesas empenhadas.

No Grupo 5 estão agregadas as despesas referentes à aquisição de produtos agrícolas, à manutenção dos estoques públicos, à remoção de produtos e demais despesas correlatas, tais como braçagem, impostos e outros. Inclui as despesas com a formação e manutenção tanto dos estoques adquiridos no âmbito da PGPM quanto pelo PAA, neste caso, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA. Em relação ao exercício anterior as despesas empenhadas tiveram crescimento de 49,81%, destacando-se na PGPM, aquelas relacionadas à remoção de milho para atendimento ao Programa Vendas em Balcão, e no PAA a aquisição de produtos de agricultores familiares.

Quadro XXVII - Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2010	2011	2010	2011
Licitação				
Convite	0,00	350,00	0,00	350,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	3.469.037,92	2.892.042,32	3.469.037,92	2.892.042,32
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	8.763.900,06	14.010.511,18	8.763.900,06	14.010.511,18
Inexigibilidade	178.970,34	189.788,50	178.970,34	189.788,50
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	17.245,99	11.827,10	17.245,99	11.827,10
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	1.542.958,89	1.684.487,47	1.542.958,89	1.684.487,47
Diárias	150.480,00	61.661,00	150.480,00	61.661,00
Não se Aplica	124.960,93	120.627,16	124.960,93	120.627,16

Fonte: Siafi

Em 2011, destacaram-se as despesas realizadas na modalidade de Dispensa de Licitação, no valor total de R\$14.010.511,18, sobressaindo-se as despesas referentes à aquisição de produtos de agricultores familiares, tanto aquelas realizadas com recursos repassados pelo MDS quanto pelo MDA. Essas despesas totalizaram R\$13.669.720,40 e foram realizadas por Dispensa de Licitação em conformidade com o Art. 17 da Lei n.º 12.512, de 14/10/2011.

Na modalidade Pregão destacam-se as despesas empenhadas para pagamento de serviços de carga e descarga no âmbito da Ação Formação de Estoques Públicos com remoção de produtos da Região Centro-Oeste para comercialização por meio do Programa Vendas em Balcão, no valor de R\$913.402,87; a aquisição de gêneros alimentícios para formação de cestas de alimentos para distribuição gratuita e o reposicionamento desses estoques, realizadas com recursos repassados pelo MDS e aquelas relacionadas com a concessão do auxílio alimentação aos empregados (R\$358.226,65), que juntas, representam 81,75% do total empenhado nesta modalidade.

Em Inexigibilidades estão agrupados principalmente os pagamentos referentes a assistência médica e odontológicas aos empregados e dependentes e aquelas referentes à realização dos exames médicos periódicos obrigatórios e aqueles fornecidos pelas concessionárias, tais como água e energia elétrica. Em 2011, estas despesas representaram 81,23% do total empenhado.

8.1.1 Análise da Execução Orçamentária

Quadro XXVIII – Execução Física e Financeira das Ações Realizadas pela UJ

Função	Sub função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta p/ 2012	Dotação Prevista (R\$)	Dotação Realizada (R\$)
20	301	0352	2204	A	4	Pessoa beneficiada	255	242	250	148.000,00	147.388,86
20	301	0352	20CW	A	4	Servidor beneficiado	63	-	60	-	-
20	306	0352	2012	A	4	Servidor beneficiado	63	63	64	360.000,00	358.226,65
20	331	0352	2011	A	4	Servidor beneficiado	49	59	57	-	-
20	128	0360	4572	A	4	Servidor capacitado	16	10	14	36.000,00	-
28	846	0901	0022	OP	4	-	-	-	-	290.000,00	271.191,49
20	125	0352	2137	A	4	Fiscalização realizada	18	33	17	9.700,00	5.198,83
20	605	0352	2130	A	4	Produto adquirido	-	-	-	1.000.000,00	774.107,83
20	122	0352	2272	A	4	-	-	-	-	1.885.000,00	1.869.074,98
20	605	0352	8579	A	4	Inform disponibilizada	-	-	-	2.000,00	1.687,50
20	122	0352	2829	A	4	Unidade modernizada	2	2	2	57.731,92	5.018,83
20	605	0360	4711	A	4	Pesquisa realizada	7	7	7	20.000,00	13.965,56

Fonte: Difin/Supor/Geare

Detalhamento das Ações

(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Visa proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas, condições para manutenção da saúde física e mental.

As despesas com Assistência Médica e Odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes, teve uma participação na dotação final de 0,60% e Meta Física de 1,72% com execução física de 1,63%.

Quadro XXIX - Demonstrativo da Execução Física e Financeira – SAS

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/AL	
Dotação Orçamentária Inicial	19.519.046,00	148.000,00	
Suplementação/Cancelamento	5.086.246,00	-	-
Dotação Final	24.605.292,00	148.000,00	0,60
Execução Orçamentária	24.534.231,29	147.388,86	0,60
Índice	99,71	99,59	-
Meta Física	14.849	255	1,72
Execução Física	14.880	242	1,63
Índice	100,21	94,90	-

Fonte: Geare e Gebem

A seguir os indicadores utilizados na análise da execução orçamentária e física desta Ação.

Nome: Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos				
Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				-
2008				-
2009				127,14
2010				100,39
2011	Meta:	100,00	Realizado	94,90
Análise: O resultado ficou dentro do resultado esperado				

Nome: Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				-
2008				-
2009				100,00
2010				99,74
2011	Meta:	100,00	Realizado	99,59
Análise: O resultado ficou dentro do resultado esperado				

(20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos

A Ação é caracterizada pela avaliação médica de saúde ocupacional dos empregados da Companhia, de caráter obrigatório, com frequência de realização mínima de uma vez ao ano.

A Sureg-AL não conseguiu contrato com médico do trabalho o que impediu a realização dos exames no período.

(2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

O auxílio alimentação é concedido por meio de créditos em cartão magnético nas modalidade de alimentação e refeição, de acordo com as normas estabelecidas no Acordo Coletivo de Trabalho.

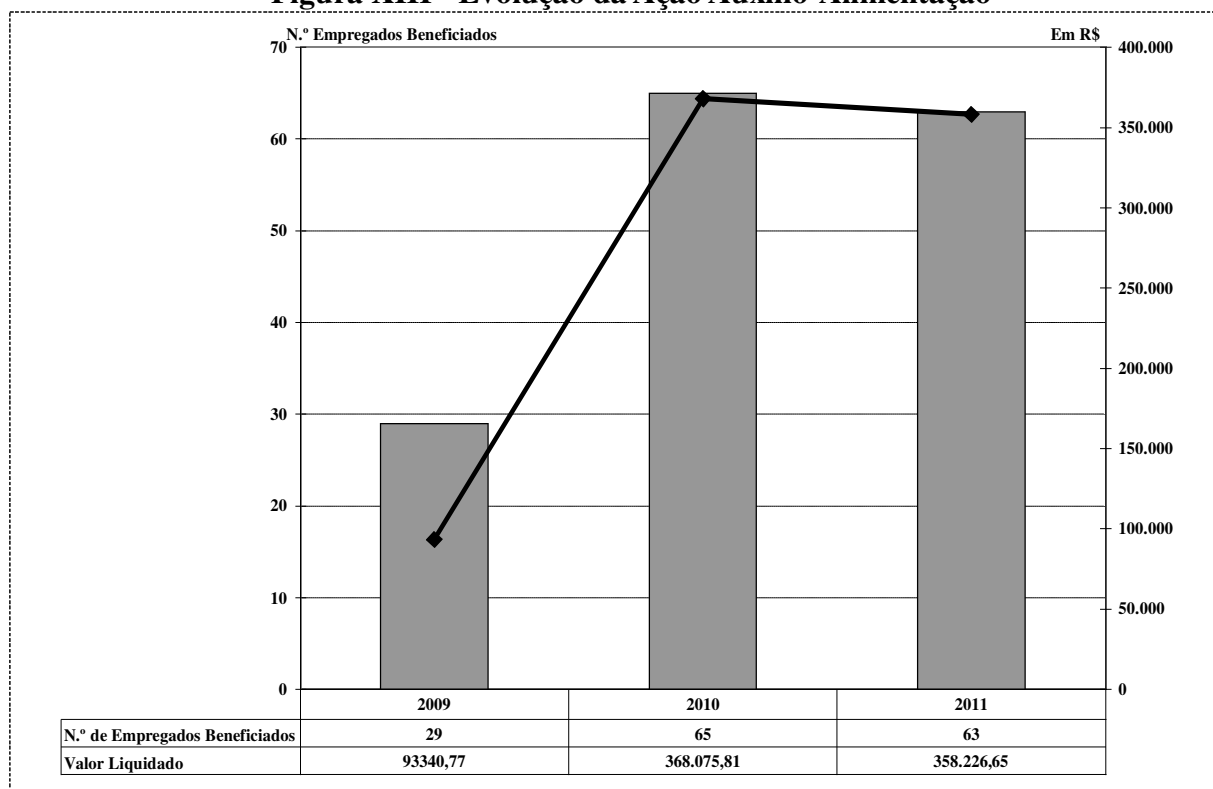
Quadro XXX - Demonstrativo da Execução da Ação Auxílio-Alimentação

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/AL	
Dotação Orçamentária Inicial	23.146.764,00	360.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	-900.000,00	-	-
Dotação Final	22.246.764,00	360.000,00	1,62
Execução Orçamentária	21.662.047,14	358.226,65	1,65
Índice	97,37	99,51	-
Meta Física – Servidor beneficiado	4.193	63	1,50
Execução Física	4.334	63	1,45
Índice	103,36	100,00	-

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

A execução, tanto física quanto orçamentária, ficou dentro do esperado.

Figura XIII - Evolução da Ação Auxílio-Alimentação



Fonte: Siafi, Dirad/Sureh/Gebem e Dfin/Supor

Os indicadores utilizados na análise da execução desta Ação são:

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Percentual de atendimento do benefício de Auxílio-Alimentação aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= n.º de empregados beneficiados e Y= n.º total de empregados beneficiados previsto				
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				-
2008				-
2009				145,00
2010				108,33
2011	Meta:	100,00	Realizado	100,00
Análise: O resultado ficou dentro do esperado				

Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Percentual de gastos com o benefício do Auxílio-Alimentação aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				-
2008				-
2009				99,83
2010				99,48
2011	Meta:	100,00	Realizado	99,51
Análise: O resultado ficou dentro do esperado				

Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Alimentação				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Alimentação				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado beneficiado				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados				
Fonte: X= Siafi e Y= Sureh/Gebem				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				-
2008				-
2009				3.218,65
2010				5.662,70
2011	Meta:	Não determinada	Realizado	5.686,14
Análise: O custo ficou pouco acima do registrado no ano anterior				

(2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Objetiva efetivar o pagamento de auxílio-transporte aos empregados, de acordo com os dias trabalhados e a opção escolhida, ou seja: em pecúnia, créditos em cartão magnético ou concessão de vale-transporte.

As execuções ficaram dentro do resultado esperado. A execução orçamentária foi liquidada na Matriz.

Quadro XXXI - Demonstrativo da Execução da Ação Auxílio-Transporte

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/AL	
Dotação Orçamentária Inicial	6.931.122,00	0,00	
Suplementação/Cancelamento	510.000,00	-	
Dotação Final	7.441.122,00	0,00	0,00
Execução Orçamentária	7.352.073,59	88.393,91	1,20
Valor Liquidado na Sureg-AL	0,00	0,00	-
Valor Liquidado na Matriz	0,00	88.393,91	100,00
Índice	98,8	-	
Meta Física – Servidor beneficiado	3.282	49	1,49
Execução Física	4.286	59	1,38
Índice	130,59	120,41	

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

A execução física superou a meta tanto na Sureg quanto a Conab como um todo devido sua meta não alcançar o número total de empregados.

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte				
Descrição: Percentual de atendimento do benefício Auxílio-Transporte aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= n.º de empregados atendidos e Y= n.º total de empregados				
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				-
2008				-
2009				-
2010				100,00
2011	Meta:	100	Realizado	120,41
Análise: O resultado ficou acima do esperado				

(4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

Tem por objetivo promover a qualificação e a requalificação de pessoal, com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à

sociedade e do crescimento profissional.

Quadro XXXII - Demonstrativo da Execução da Ação Capacitação de Servidores Públicos

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/AL	
Dotação Orçamentária Inicial	1.530.000,00	36.000,00	0,59
Suplementação/Cancelamento	-	-	
Dotação Final	1.530.000,00	36.000,00	
Execução Orçamentária	372.576,40	0,00	0,00
Índice	24,35	0,00	
Meta Física	4.300	16	0,37
Execução Física	3.165	10	0,32
Índice	73,60	62,50	

Fonte: Siafi, Supor e Gecap

A execução desta Ação foi prejudicada devido ao contingenciamento das despesas correntes, principalmente com diárias e passagens. A execução física apresentou melhor desenvolvimento devido às articulações promovidas com outros órgãos (Escola Nacional e Administração Pública-ENAP, TCU, STN) possibilitando a participação de empregados em atividades com baixo ou nenhum custo para a Companhia.

A seguir, indicador criado para o acompanhamento da execução física de capacitação das diferentes áreas orgânicas da Companhia.

Nome: Atendimento da Demanda de Capacitação			
Descrição: Percentual dos empregados treinados previstos na LOA			
Objetivo: Acompanhar a implementação das atividades de treinamento prevista no Plano de Capacitação			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$			
Variáveis: X = n.º de empregados treinados e Y = número de treinandos previsto			
Fonte: X= Sureh/Gecap e Y=Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gecap			
Resultados:			
2007			-
2008			-
2009			13,79
2010			36,92
2011	Meta:	100,00	Realizado
			62,50
Análise: A execução física ficou prejudicada devido ao contingenciamento das despesas			

(0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista

Objetiva cumprir as decisões judiciais relativas às Sentenças de Ações Trabalhistas Transitadas em Julgado, devidas pelas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, mediante pagamento de passivos judiciais.

Quadro XXXIII - Demonstrativo da Execução da Ação Cumprimento de Sentenças

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/AL	
Dotação Orçamentária Inicial	14.000.000,00	290.000,00	
Suplementação/Cancelamento	4.661.376,00	-	
Dotação Final	18.661.376,00	290.000,00	1,55
Execução Orçamentária	17.353.314,98	271.191,49	1,56
Índice	92,99	93,51	

Fonte: Siafi, Supor e Sumaj

(2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

Visa promover a periódica fiscalização, o acompanhamento e a avaliação quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das condições técnico-operacionais das unidades armazenadoras depositárias. E objetiva realizar, também, a inspeção e o acompanhamento das operações referentes aos diversos instrumentos de garantia e sustentação de preços de produtos agropecuários, averiguando o fiel cumprimento da finalidade das operações, das exigências regulamentares e dos normativos vigentes.

Quadro XXXIV - Demonstrativo da Execução da Ação Fiscalização dos Estoques Públicos

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/AL	
Dotação Orçamentária Inicial	R\$ 4.200.000,00	R\$ 9.700,00	-
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	R\$ 4.200.000,00	R\$ 9.700,00	0,23
Execução Orçamentária	R\$ 1.623.125,34	R\$ 5.198,83	0,32
Índice	38,65	53,60	-
Meta Física (fiscalização realizada)	5.500	18	0,33
Execução Física	6.030	33	0,55
Índice	109,64	183,33	-

Fonte: Siafi, Gefis e Gevep

Maior detalhamento da Ação podem ser verificados no capítulo 5.

(2130) Formação de Estoques Públicos

Tem como objetivo executar a política governamental de intervenção no mercado, para garantir o preço e a renda do produtor, formar os estoques públicos e regular o abastecimento interno.

Quadro XXXV - Demonstrativo da Execução da Ação Formação de Estoques Públicos

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/AL	
Dotação Orçamentária Inicial	2.169.760.000,00	1.100.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	0,00	-
Dotação Final	2.169.760.000,00	1.100.000,00	0,05
Execução Orçamentária	918.235.408,22	774.107,83	0,08
Índice	42,32	70,37	-
Meta Física	4.031.000	0	0,00
Execução Física	811.250	0	0,00
Índice	20,13	-	-

Fonte: Siafi, Supor e Gefoc

Quadro XXXVI - Demonstrativo das Despesas Realizadas

Natureza da Despesa Detalhada	Despesa (Em R\$)		
	Conab	Sureg-AL	Participação (%)
Garantia de Produtos Armazenados	1.346.265,02	5.310,00	0,39
Aquisição de mercadorias para revenda	448.352.796,47	0,00	0,00
Capatazia, estiva, braçagem e pesagem	680.538,13	900,00	0,13
Embalagens	5.342.883,52	0,00	0,00
COFINS	12.541,21	0,00	0,00
PASEP	2.647,92	0,00	0,00
Armazenagem	335.944.484,68	0,00	0,00
Seguros em geral	10.983.147,15	0,00	0,00
Comissões e corretagens	12.374.999,26	0,00	0,00
ICMS	47.485.159,88	82.277,86	0,17
ISS	14.877,26	0,00	0,00
INSS-Produtor rural	60.667,59	0,00	0,00
Encargos financeiros	65,71	0,00	0,00
Serviços de terceiros	1.560.493,66	0,00	0,00
Ensaque e reensaque	54.644,50	0,00	0,00
INSS-Armazenagem	2.219,45	0,00	0,00
Análises laboratoriais	268.874,58	0,00	0,00
Taxas e pedágios	29.016,97	0,00	0,00
Transportes, encomendas, carretos e fretes	53.623.441,96	685.619,97	1,28
Editais e publicações	95.643,30	0,00	0,00
Total	918.235.408,22	774.107,83	0,08

Fonte: Siafi

(2272) Gestão e Administração do Programa

Visa constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Quadro XXXVII- Demonstrativo da Execução da Ação Gestão e Administração do Programa

Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-AL	
Dotação Orçamentária Inicial	390.916.326,00	-	-
Dotação Orçamentária Final	488.416.326,00	1.935.000,00	0,40
Pessoal	391.071.326,00	1.420.000,00	0,36
Custeio	77.070.000,00	495.000,00	0,64
Investimentos	20.275.000,00	20.000,00	0,10
Execução Orçamentária	461.250.028,94	1.869.074,98	0,41
Pessoal	387.327.794,86	1.415.441,05	0,37
Custeio	73.477.389,40	439.991,93	0,60
Investimentos	44.844,68	13.642,00	3,07
Índice	94,44	96,59	-

Fonte: Supor e Siafi

Nesta Ação estão incluídas as despesas de pessoal, o custeio e os investimentos realizados na Sureg-AL. O quadro a seguir detalha a execução orçamentária desta Ação em 2011.

Quadro XXXVIII - Demonstrativo de Execução da Despesa

Discriminação	AL				
	2007	2008	2009	2010	2011
Pessoal	0,00	0,00	550.773,80	1.305.755,75	1.415.441,05
Outros benefícios assistenciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vencimentos e Vantagens Fixas	0,00	0,00	102.694,53	219.477,84	237.735,86
Obrigações patronais	0,00	0,00	448.079,27	1.074.498,89	1.175.560,12
Outras despesas variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	11.779,02	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações patronais – Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	2.145,07
Custeio	185.909,50	224.188,19	277.635,40	415.646,75	439.991,93
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros benefícios assistenciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	3.745,00	9.037,50	21.921,50	23.708,00	15.025,50
Material de consumo	14.299,43	19.903,61	54.289,04	102.631,22	49.789,50
Passagens e Despesas com locomoção	8.711,50	7.350,26	10.721,64	10.357,16	4.497,88
Serviços de Consultoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros – pessoa física	10.959,00	26.622,10	9.708,00	15.864,68	8.925,40
Locação de mão-de-obra	69.480,10	74.731,15	61.921,20	68.858,40	123.569,52
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	62.954,31	67.508,07	99.053,24	0,00	205.877,32
Obrigações tributárias e contributivas	15.452,96	0,00	0,00	25.675,90	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições	307,20	908,51	0,00	0,00	0,00
Material de consumo-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	168.551,39	0,00
Obrigações tributárias e contributivas-Oper intra-orçam	0,00	18.126,99	20.020,78	0,00	32.306,81
Investimentos	36.411,84	112.045,00	77.960,26	5.799,00	13.642,00
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras e instalações – Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento e material permanente – Oper intra-orçam	36.411,84	112.045,00	77.960,26	5.799,00	13.642,00
Total	222.321,34	336.233,19	906.369,46	1.727.201,50	1.869.074,98

Fonte: Siafi

(8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

Objetiva subsidiar o setor e auxiliar o Governo na formulação e execução de políticas ligadas à agropecuária e ao abastecimento agroalimentar.

Para o desenvolvimento da Ação, a área responsável está cadastrando novas séries estatísticas, tanto dos preços pagos, quanto dos recebidos pelos produtores para o apoio ao Programa de Garantia de Preços Mínimos para Agricultura Familiar – PGPAF, e a elaboração dos cálculos de custos de produção e análise de mercado, que servem de apoio na avaliação da necessidade de intervenção governamental para garantir o Abastecimento Agroalimentar.

Quadro XXXIX - Demonstrativo da Execução da Ação Geração e Difusão de Informações

Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-AL	
Dotação Orçamentária	315.000,00	2.000,00	0,63
Execução Orçamentária	294.066,15	1.687,50	
Índice	93,35	84,38	
Meta Física – informação disponibilizada (unid)	8.000	-	0,00
Execução Física	7.845	-	
Índice	98,06	-	

Fonte: Siafi, Difin/Supor e Dipai/Suinif

As despesas liquidadas referem-se ao deslocamento de técnicos para participação no workshop sobre a nova metodologia da coleta de preços, realizada em Brasília-DF.

(2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

A Ação visa manter a rede armazenadora própria em condições técnicas ideais para a guarda, conservação, comercialização e distribuição dos produtos agropecuários.

Quadro XL - Demonstrativo da Execução da Ação Recuperação e Modernização da Rede

Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-AL	
Dotação Orçamentária Inicial	36.000.000,00	57.731,92	-
Dotação Orçamentária Final	36.000.000,00	57.731,92	0,16
Despesas Correntes	5.000.000,00	-	0,00
Despesas de Capital	31.000.000,00	57.731,92	0,19
Execução Orçamentária	503.777,46	5.018,83	1,00
Despesas Correntes	250.594,84	-	0,00
Despesas de Capital	253.182,62	5.018,83	1,98
Índice	1,40	8,69	-
Meta Física – unidade modernizada	70	2	2,86
Execução Física	57	2	3,51
Índice	81,43	100,00	-

Fonte: Supor, Suarm e Siafi

Em decorrência de contingenciamento orçamentário das despesas de investimentos e a falta de engenheiros tanto na Matriz quanto nas Superintendências Regionais da Conab esta Ação encontra-se com baixo índice de execução. Foram executados apenas obras, serviços de manutenção ou aquisição de pequenos equipamentos.

Em Alagoas foram adquiridos 3 caladores, 1 balança, 1 determinador de umidade, jogo de peneiras e 1 homogeneizador, para as duas unidades da Conab no Estado, Maceió e Palmeira dos Índios.

Também estava prevista a aquisição de equipamentos visando ao enquadramento dos armazéns nos requisitos técnicos para a certificação dos armazéns. Os editais de licitação seriam elaborados e divulgados pela Matriz, em Brasília, o que não ocorreu. Em decorrência a execução orçamentária desta Ação ficou bem abaixo da dotação prevista.

Nome: Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas				
Descrição: Percentual de unidades atendidas, visando a manutenção das condições para a guarda e conservação dos produtos agropecuários				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Maior ou igual a 100%				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = Unidades armazenadoras atendidas e Y = Número de unidades previstas				
Fonte: X = Gerap e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gerap				
Resultados:				
2007				-
2008				-
2009				-
2010				100,00
2011	Meta:	100,00	Realizado	100,00
Análise: Em 2011, foram beneficiadas com a aquisição de equipamentos operacionais as duas Unidades inicialmente previstas				

Nome: Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria				
Descrição: Percentual de execução financeira em relação à meta estabelecida na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = Valor executado e Y = Valor previsto				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gerap				
Resultados:				
2007				-
2008				-
2009				-
2010				86,45
2011	Meta:	100,00	Realizado	8,69
Análise: A execução orçamentária ficou abaixo da dotação prevista em decorrência do contingenciamento orçamentário das despesas de capital e da não aquisição pela Matriz, de equipamentos para enquadramento das Unidades nos critérios para certificação de armazéns.				

(4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

Esta Ação tem como objetivo subsidiar a formulação da política agrícola, avaliando o desempenho das culturas do plantio até a colheita e o balanço de oferta e demanda dos produtos amparados pela PGPM, permitindo a tomada de decisões pelo setor público e privado, de forma ágil, transparente, imparcial e segura.

Quadro XLI - Demonstrativo da Execução da Ação Pesquisa de Safras

Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-AL	
Dotação Orçamentária	1.000.000,00	20.000,00	2,00
Execução Orçamentária	794.110,27	13.965,56	1,76
Índice	79,41	69,83	-
Meta Física – pesquisa realizada (unid)	12	7	58,33
Execução Física	12	7	58,33
Índice	100,00	100,00	-

Fonte: Supor, Geasa e Siafi

Objetiva subsidiar a formulação da política agrícola, avaliando o desempenho das culturas do plantio até a colheita, permitindo a tomada de decisões pelo setor público e privado de forma ágil, transparente, imparcial e segura.

Para 2011 foram previstos e realizados 7 levantamentos das condições das safras 2010/11 e 2011/12, ao custo total de R\$13.965,56.

Nos levantamentos a safra de grãos realizados no Estado de Alagoas indicou, em 2010/11, redução de 2,4% na área plantada enquanto a produção teve crescimento de 7,3%, passando de 93,9 mil toneladas para 100,8 mil toneladas. Para a safra 2011/12 a Conab prevê uma safra menor, em torno de 89,0 mil toneladas, em decorrência de influências climáticas negativas.

A seguir os indicadores utilizados no acompanhamento e avaliação desta Ação.

Nome: Percentual de Pesquisa de Safras				
Descrição: Percentual de pesquisa de safras em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Igual ou superior a 100%				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \cdot 100$				
Variáveis: X = número de pesquisas realizadas e Y = número de pesquisas previstas				
Fonte: X e Y = Suinf/Geasa				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
Resultados:				
2007				-
2008				100,00
2009				100,00
2010				100,00
2011	Meta:	100,00	Realizado	100,00
Análise: Foram realizados todos os levantamento programados para o exercício				

Nome: Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras				
Descrição: Percentual de gastos com pesquisa de safras				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \cdot 100$				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Cepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
Resultados:				
2007				-
2008				-
2009				58,35
2010				65,52
2011	Meta:	100,00	Realizado	69,83
Análise: Em 2011, a Sureg-AL realizou todos os levantamentos previstos com despesas abaixo da previsão inicial				

8.2 Análise das Inscrições em Restos a Pagar

8.2.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro XLII – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar
2011	0,00			0,00
2010	45.074,81		45.074,81	0,00
2009	69,74			69,74
2008	890,78			890,78
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar
2011				0,00
2010	43.463,07	-7.253,63	34.229,19	1.980,25
2009				0,00
2008				0,00
Observações: As pendências de 2008 e 2009, são valores que foram registrados e não liquidados por pendências de documentação registradas, sendo recomendado a sua regularização.				

8.3 Demonstrações Contábeis Previstas na Lei n.º 6.404/76

Quadro XLIII – Balanço Patrimonial - Exercício findo em 31/12/2011

A T I V O	2011	2010
CIRCULANTE	4.735.555.770,99	5.212.315.145,43
DISPONÍVEL	1.060.620,29	972.426,41
Aplicações Financeiras	1.060.620,29	972.426,41
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.049.032.903,78	702.486.519,56
CRÉDITOS A RECEBER	751.495.446,69	578.264.288,00
Devedores por Fornecimento	56.500.746,34	26.622.370,92

Créditos Tributários	241.839.835,13	285.535.734,14
Recursos a Receber	255.652.866,06	89.431.178,90
Créditos Diversos a Receber	197.501.999,16	176.675.004,04
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	292.645.279,10	119.415.257,35
Entidades Devedoras	9.357.615,19	25.244.207,00
Créditos Parcelados	333.691,76	31.542,66
Recursos da União	282.953.972,15	94.139.507,69
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	4.892.177,99	4.806.974,21
Adiantamentos a Pessoal	4.891.922,99	4.456.974,21
Adiantamentos Concedidos - Suprimento de Fundos	255,00	0,00
Adiantamentos - Transferências Voluntárias	0,00	350.000,00
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS	0,00	0,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	3.685.418.718,01	4.508.832.121,49
Estoques para Alienação	3.198.418.642,31	4.138.198.154,24
Estoques de Distribuição	833.496,89	1.821.338,22
Estoques Internos - Almoxarifado	2.361.623,43	1.163.790,54
Títulos e Valores em Circulação	297.510,99	67.890,17
Materiais em Trânsito	10.953.770,27	3.240.040,96
Compra Antecipada - Entrega Futura	472.553.674,12	364.340.907,36
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	43.528,91	24.077,97
Valores Pendentes	43.528,91	24.077,97
ATIVO NÃO CIRCULANTE	573.912.136,02	567.647.970,33
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	317.083.667,52	307.205.272,55
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	131.473.814,53	120.748.569,96
Recursos Vinculados	131.473.814,53	120.748.569,96
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	185.609.852,99	186.456.702,59
Devedores - Entidades e Agentes	18.009.747,77	15.347.849,42
Créditos Diversos a Receber	167.600.105,22	171.108.853,17
INVESTIMENTOS	80.222.308,20	80.262.840,30
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	52.419.017,32	52.459.549,42
IMOBILIZADO	176.527.368,99	180.147.857,48
Bens Imóveis	283.851.400,50	275.770.754,07
Bens Móveis	78.406.481,55	73.372.988,03
Depreciações	(185.730.513,06)	(168.995.884,62)
INTANGÍVEL	78.791,31	32.000,00
TOTAL	5.309.467.907,01	5.779.963.115,76
PASSIVO	2011	2010
CIRCULANTE	4.952.025.232,72	5.446.379.747,49
DEPÓSITOS	117.196.011,03	30.625.802,58
CONSIGNAÇÕES	2.085.251,58	1.858.851,68
Pensão Alimentícia	7.857,41	4.006,06
Planos de Seguros	171.862,58	199.216,17
Empréstimos	318.626,29	241.634,99
Outros Tributos e Consignações	1.586.905,30	1.413.994,46
RECURSOS DA UNIÃO	17.168.338,92	17.077.860,98
Recursos Fiscais	3.992.906,67	7.500.722,89
Recursos Previdenciários	13.175.432,25	9.577.138,09
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	97.942.420,53	11.689.089,92
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.834.829.221,69	5.415.753.944,91

OBRIGAÇÕES A PAGAR	177.842.494,99	59.009.233,29
Fornecedores	141.725.112,72	55.179.709,89
Pessoal a Pagar	23.155,73	6.491,17
Encargos Sociais a Recolher	1.081.527,22	984.653,38
Obrigações Tributárias	5.514.065,85	48.724,95
Débitos Diversos a Pagar	22.014.777,50	350.401,69
Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	7.483.855,97	2.439.252,21
PROVISÕES	242.630.604,68	243.404.292,41
Provisão para Férias	28.907.028,79	26.582.748,81
ICMS s/Mercadorias para Revenda	948.502,50	571.652,59
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	142.621.396,31	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	3.631.971,12	7.976.030,89
Encargos Sociais sobre Provisões	10.802.033,97	9.932.791,82
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	617.049.103,45	549.222.334,34
Entidades Credoras	617.049.103,45	549.222.334,34
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.790.672.956,65	4.548.342.382,92
Operações Especiais	3.790.672.956,65	4.548.342.382,92
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	6.606.203,92	15.754.080,72
Adiantamentos de Clientes	6.606.203,92	15.754.080,72
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	3.899,48	2.652,71
OUTRAS OBRIGAÇÕES	23.958,52	18.968,52
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	18.228.235,37	15.360.005,51
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	18.158.815,37	15.290.585,51
OBRIGAÇÕES A PAGAR	18.158.815,37	15.290.585,51
Entidades de Previdência Complementar	17.628.171,34	15.162.764,10
Entidades Federais	530.644,03	127.821,41
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	339.214.438,92	318.223.362,76
Capital	223.180.498,85	223.180.498,85
RESERVAS	92.323.612,21	50.501.495,63
Reservas de Capital	26.544.719,04	26.544.719,04
Reservas de Lucros	65.778.893,17	23.956.776,59
LUCROS A DESTINAR	23.710.327,86	44.541.368,28
TOTAL	5.309.467.907,01	5.779.963.115,76

Quadro LXIV – Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercício findo em 31/12/2011

DESCRIÇÃO	2011	2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	35.142.943,63	18.246.566,50
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(16.445.192,33)	(68.690.715,84)
Depreciações	16.748.494,11	12.822.928,03
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(47.196.622,59)	(20.190.414,15)
Redução nos Créditos Tributários	49.251.717,85	9.562.102,02
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(166.221.687,16)	23.525.519,21
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes	(173.023.690,24)	(43.700.636,04)

Devedores		
Aumento em Pessoal e Encargos	(320.418,61)	(1.089.322,24)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	40.715,09
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(19.450,94)	(300.168,03)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	65.743.977,21	138.391.164,22
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	108.441.168,54	(156.189.720,72)
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	86.253.330,61	(2.799.002,87)
Aumento (Redução) nas Provisões	(4.405.658,85)	16.788.173,63
Aumento nas Entidades Credoras	67.826.769,11	19.576.690,69
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	(8.797.876,80)	12.973.139,84
Aumento nos Recursos Vinculados	(10.725.244,57)	(78.101.884,52)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	18.697.751,30	(50.444.149,34)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Part. Societárias e Outros Investimentos	40.532,10	11.297.980,64
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(13.174.796,93)	(32.176.342,17)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(13.134.264,83)	(20.878.361,53)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos a Pagar	(7.483.855,97)	(2.439.252,21)
Aumento de Dividendos a Pagar	5.044.603,76	(2.588.565,13)
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	(3.036.040,38)	8.063.857,72
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(5.475.292,59)	3.036.040,38
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	88.193,88	(68.286.470,49)
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	88.193,88	(68.286.470,49)
No Início do Exercício	972.426,41	69.258.896,90
No Final do Exercício	1.060.620,29	972.426,41

Quadro XLV – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido-Exercício findo em 31/12/2011

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		CORREÇÃO MONET.DO CAPITAL	TRANSF. P/AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO		
SALDO EM 01/01/2010	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	11.872.793,86	11.570.455,95	29.159.753,94	302.328.221,64
LUC.A DEST.DE EXERC.ANTERIORES							8.063.857,72	8.063.857,72
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							10.270.535,61	
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								7.317.756,62
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					513.526,78		(513.526,78)	513.526,78
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(2.439.252,21)	0,00
SALDO EM 31/12/2010	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567,95	(40.246.567,95)	
LUCROS A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							(3.036.040,38)	(3.036.040,38)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972,51	0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.548,63		(1.575.548,63)	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(7.483.855,97)	0,00
SALDO EM 31/12/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	13.961.869,27	51.817.023,90	23.710.327,86	339.214.438,92

Quadro XLVI – Demonstração do Valor Adicionado
Exercício findo em 31/12/2011

DESCRIÇÃO	2011	%	2010	%
1.RECEITAS	1.520.987.917,36	244,72	394.013.198,77	78,22
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.512.002.701,94	243,27	389.423.364,37	77,30
1.2 - Outros Resultados	8.985.215,42	1,45	4.589.834,40	0,91
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	1.412.640.897,96	227,29	412.356.496,76	81,86
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.250.111.215,84	201,14	272.239.284,51	54,04
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	162.529.682,12	26,15	140.117.212,25	27,81
2.3 - Perda/Recuperação de Valores Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	108.347.019,40	17,43	(18.343.297,99)	-3,64
4.RETENÇÕES	17.050.037,05	2,74	15.207.353,03	3,02
4.1 - Depreciação	17.050.037,05	2,74	15.207.353,03	3,02
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	91.296.982,35	14,69	(33.550.651,02)	-6,66
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	530.230.886,20	85,31	537.301.132,03	106,66
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	530.230.886,20	85,31	537.301.132,03	106,66
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	621.527.868,55	100,00	503.750.481,01	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	621.527.868,55	100,00	503.750.481,01	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	466.503.587,64	75,06	428.496.864,47	85,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	117.452.488,38	18,90	54.900.889,63	10,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.428.848,90	0,39	2.106.160,41	0,42
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	35.142.943,63	5,65	18.246.566,50	3,62
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	2.651.679,50	0,43	5.825.184,24	1,16
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	980.291,62	0,16	2.150.846,65	0,43
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	31.510.972,51	5,07	10.270.535,61	2,04
8.8 - Dividendos	7.483.855,97	1,20	2.439.252,21	0,00
8.9 - Destinação para Reserva Legal	1.575.548,63	0,25	513.526,78	0,00
8.10 - Lucros Retidos	22.451.567,91	3,61	7.317.756,62	1,45

Composição do Capital Social

O Capital Social da Conab, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos), divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

José Carlos de Andrade
Superintendência de Contabilidade
Superintendente
Contador CRC DF 005969/0-5

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2011

Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
1	Contexto Operacional	11	Recursos Vinculados
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	12	Bens de Estoques
03	Alterações na Legislação Societária	13	Endividamento
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	14	Depósitos de Diversas Origens
05	Créditos Tributários	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	16	Operações de Créditos
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	17	Patrimônio Líquido
08	Devedores por Fornecimento	18	Diversos Responsáveis em Apuração
09	Contas a Receber	19	Benefícios Concedidos aos Empregados
10	Devedores – Entidades e Agentes	20	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
		21	Convênios/Cooperação Técnica

NOTA 1

CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei n.º 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas - Matriz e 26 Superintendências Regionais, das quais, 3 foram recentemente implantadas e se encontram em fase de estruturação – e operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores (177 armazéns), destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

NOTA 2

ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por

Ações (Lei n.º 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei n.º 11.638/07, na Lei n.º 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU n.º 117/2011, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados da Bahia/Sergipe, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e Roraima, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

NOTA 3

ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*”.

NOTA 4

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

4.1 Equivalente de Caixa: Referem-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

4.2 Créditos a Receber: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

4.3 Estoques Públicos: A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/04.

4.3.1 Demais Estoques: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

4.4. Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

4.5 Almoxarifado: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

4.6 Investimentos: Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até

31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.056 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

4.7 Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais etc).

4.8 Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto n.º 3.000/99 e Instrução Normativa n.º 162/98.

4.9 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”): No exercício de 2011, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

4.10 Benefícios a Empregados: O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

4.11 Ajustes de Exercícios Anteriores: Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei n.º 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2011 totalizaram a cifra de R\$3.036 mil, proveniente da regularização dos estoques do Mercado de Opção de Minas Gerais; o respectivo valor foi absorvido pela equalização dos estoques governamentais.

4.12 Reconhecimento da Receita:

4.12.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

4.13 Provisões para Contingências: Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R\$142.621 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2011, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

4.14 Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

NOTA 5
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Descrição	Exercício		Em R\$ mil
	2011	2010	
ICMS a Compensar	241.699		285.410
IRRF a Compensar	36		33
Contribuições Outros Impostos	105		93
Total de Créditos Tributários Circulante	241.840		285.536

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

NOTA 6
LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

O montante de R\$215.581 mil refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2012, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

NOTA 7
RECURSOS A RECEBER DO TESOUREIRO NACIONAL

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$447.491 mil, que contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$5.587 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2011, decorrentes de despesas com a folha de pagamento e custeio, a pagar no exercício seguinte;
- R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2011, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- R\$413.562 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2012.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.24.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

NOTA 8
DEVEDORES POR FORNECIMENTO

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$56.501 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

NOTA 9
CONTAS A RECEBER

O total de R\$364.922 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Alienações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros, em cobrança na justiça federal.

O montante acima citado está sendo cobrado via judicial e administrativamente, sendo que do total, 95% dos processos estão ajuizados e o restante em cobrança administrativa.

Os créditos ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 038/2004 e estão assim demonstrados:

9.1 Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Descrição	Exercício	
	2011	2010
	Em R\$ mil	
Créditos por Alienação de Bens	4.081	4.377
Créditos por Cessão de Pessoal	743	706
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	12.497	10.860
Créditos por Infrações Legal/Contratual	180.181	160.732
Subtotal – Circulante	197.502	176.675

9.2 Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Descrição	Exercício	
	2011	2010
	Em R\$ mil	
Créditos por Alienação de Bens	7.546	10.548
Títulos a Receber	30.188	29.902
Outros Créditos	635	656
Créditos a Receber em Poder da Justiça	129.051	130.003
Subtotal – Não Circulante	167.420	171.109
Total – (Circulante + Não Circulante)	364.922	347.784

NOTA 10
DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato

e termo aditivo n.º 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS, que tratam das jóias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

10.1 Devedores – Entidades e Agentes – Circulante

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Entidades Devedoras - Federais	9.358	25.244
Créditos Parcelados	334	31
Recursos da União - Equalização	282.954	94.140
Total – Circulante	292.646	119.415

10.2 Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Entidades Federais	17.628	15.163
Créditos Parcelados	307	102
Créditos a Recuperar	75	83
Total – Não Circulante	18.010	15.348

NOTA 11

RECURSOS VINCULADOS

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$131.474 mil.

NOTA 12

BENS DE ESTOQUES

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$472.554 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2011; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei n.º 11.420/06, que em seu art. 3.º acrescenta o art. 15-b à Lei n.º 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Em R\$ mil

	Exercício
--	-----------

Descrição	2011	2010
Estoques de Mercadorias	3.198.419	4.138.198
Estoques de Almoxarifado	2.659	1.232
Materiais em Trânsito	10.954	3.240
Compra Antecipada - CPR	472.554	364.341
Estoques de Distribuição	833	1.821
Total	3.685.419	4.508.832

12.1 – Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, n.º 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2011, as equalizações totalizaram R\$554.555 mil.

NOTA 13

ENDIVIDAMENTO

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2011, as obrigações circulantes, totalizavam a cifra de R\$4.952.026 mil.

NOTA 14

DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Estão representados pelo montante de R\$97.942 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

NOTA 15

CONTINGÊNCIAS, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Passivo Contingente – Provável

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

- ▢ **Trabalhistas:** Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe,

que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.

□ **Tributárias:** Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.

□ **Cíveis:** Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os planos econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC n.º 22, aprovado pela Deliberação CVM n.º 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.445	57.034	212.373	65.003
Trabalhista	348.328	41.068	350.788	51.116
Tributária	8.052	8.109	16.346	23.490
Total	422.825	106.211	579.507	139.609

Passivo Contingente – Possível

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

□ **Cíveis:** São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.

□ **Trabalhistas:** São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.

□ **Tributárias:** São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2011	2010	2011	2010
Cível	118.234	129.517	131.747	152.336
Trabalhista	115.478	79.302	111.007	107.708
Tributária	108.621	108.704	108.892	109.123
Total	342.333	317.523	351.646	369.167

Ativo Contingente – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

Cível: Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.

Trabalhista: Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Tributária: Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC n.º 22, aprovado pela Deliberação CVM n.º 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.446	311.182	210.756	792.718
Trabalhista	348.328	241	350.768	235
Tributária	8.052	212	18.346	56
Total	422.826	311.635	579.870	793.009

NOTA 16

OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2011, corresponde a R\$3.790.673 mil.

NOTA 17

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1 Capital Social: O capital social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

17.2 Provisão para CSLL e IRPJ: As provisões relativas ao 4.º trimestre do exercício findo em 31/12/2011, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevalecentes, no valor de R\$980 mil e R\$2.652 mil, respectivamente.

17.3 Reserva Legal e Dividendos: Foram calculados e provisionados, em conformidade com o disposto nos incisos I e II do art. 28 do Estatuto Social da Conab, e obedecida a legislação cabível à espécie, no valor de R\$1.575 mil e R\$7.484 mil, respectivamente.

17.4 Resultado do Exercício: O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2011, a Companhia apurou o lucro de R\$35.143 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$31.511 mil.

NOTA 18**DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO**

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no Estado de Goiás. No exercício de 2011, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições na rubrica “**1.9.9.1.3.05.00 – RESPONSÁVEIS POR DANOS OU PERDAS**”, o saldo do grupo aumentou para R\$34.997 mil.

Em R\$ mil	
Exercício	Saldo
2010	31.357
2011	34997

NOTA 19**BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS****19.1 - Plano de Previdência Complementar**

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o n.º 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2011 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2011, foram amortizadas 203, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contrato de Serviço nos exercícios de 2011 e 2010, respectivamente, foi de R\$40.407 mil e R\$26.986 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

19.2 Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2009/2011, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2011, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$21.490 mil, beneficiando 4.474 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2011, referente à participação financeira dos empregados é de R\$12.165 mil.

NOTA 20

REMUNERAÇÃO E SALÁRIOS MÉDIOS DOS DIRIGENTES E EMPREGADOS

De acordo com a Resolução n.º 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1.º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2011 e 2010, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Em R\$ mil

Remunerações	Exercício	
	2011	2010
Maior Remuneração Dirigente	23.884,29	22.535,29
Menor Remuneração Dirigente	23.884,29	22.535,29
Maior Remuneração Empregado	25.170,39	19.961,80
Menor Remuneração Empregado	884,31	884,31

Em R\$ mil

Salários Médios	Exercício	
	2011	2010
Dirigentes	23.884,29	23.884,29
Empregados	2.642,62	2.559,69

NOTA 21

CONVÊNIOS/ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

21.1 Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c) aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d) estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e, e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2010 e 2011, foram executadas com recursos próprios da Conab e da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ.

O montante dos recursos repassados está assim demonstrado:

Em R\$ mil

Descrição	Exercícios	
	2011	2010
Repasses – Recursos Próprios	2.420	3.058
Repasses – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	798	521
Total de Repasses	3.218	3.579

21.2 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.342 municípios e 106.600 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 285 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei n.º 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos n.º 6.447, de 07/05/2008 e n.º 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$451.036 mil no ano de 2011.

8.4 Composição dos Investimentos da Empresa

Quadro XLVII - Composição Acionária da UJ como investidora

INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES					
UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2011					
Denominação completa:					
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB					
Ações Ordinárias - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)	31/12/2011 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	23	CONAB	3,16	3,16	3,16
Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253,224	CONAB	6.480.083,63	6.480.083,63	6.480.083,63
Fund. Nac. de Desenvolvimento – FND (1)	1.110.475,12	CONAB	69.074,55	69.074,55	69.074,55
Cia de Armaz Gr. e Entrepósitos do Acre	232.798	BNDES	739.574,91	739.574,91	739.574,91
Banco da Amazônia S/A (1)	600.989	CONAB	137.559,31	137.559,31	137.559,31
Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-COPEMA	367.252,99	CONAB	541.998,85	541.998,85	541.998,85
Banco do Nordeste do Brasil S/A (1)	82.746	CONAB	81.444,72	81.444,72	81.444,72
Cia Integrada Des. Agrop. de AL - CIDADAL	1.099.730	CONAB	78,18	78,18	78,18
Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	CONAB	96.486,58	96.486,58	96.486,58
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	742.667,252	BNDES	3.784.748,87	3.784.748,87	3.784.748,87
Cia Bras. De Participação Agroin. - BRASAGRO	1.723.142,393	CONAB	13.441,19	13.441,19	13.441,19
Lafarge Brasil S/A	6.946	BNDES	12.584,40	12.584,40	12.584,40
Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774,835	CONAB	180.016,28	180.016,28	180.016,28
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (2)	19.203	CONAB	840,02	840,02	840,02
Logasa Indústria e Comércio S/A	11.840	BNDES	5.262,30	5.262,30	5.262,30
Federal de Seguros S/A	1.225,365	CONAB	63,44	63,44	63,44
Hotel Morada do Sol S/A	10,072	CONAB	34.694,02	34.694,02	34.694,02
CEAGESP - Cia de Ent. Arm. Gr. de S. Paulo	108,858	BNDES	962.333,73	962.333,73	962.333,73
Cia Desenv. Agrop. Do Paraná – CODAPAR	159.025,149	CONAB	2.918.437,66	2.918.437,66	2.918.437,66
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	64,137	BNDES	1.047,43	1.047,43	1.047,43
CIDASC - Cia Integ. Desenv.Agrícola SC	5.293,553	BNDES	9.251,20	9.251,20	9.251,20
CESA - Cia Est. de Silos e Arms.	341.082,874	BNDES	8.214.743,55	8.214.743,55	8.214.743,55
Total	11.246.571.800	=====	24.283.767,98	24.283.767,98	24.283.767,98

Ações Preferenciais - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)	31/12/2011 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	21.841	BNDES	838.265,17	838.265,17	838.265,17
Sanyo da Amazônia S/A	225.439	BNDES	840,02	840,02	840,02
Ribeiro Cordeiro Ind. Com. – Ricosá	4.244	BNDES	334.135,09	334.135,09	334.135,09
Ciapesec - Cia Amazônica de Pesca	423.442	CONAB	7.260,99	7.260,99	7.260,99
Frigorífico Vale do Tocantins S/A	696	CONAB	232.646,57	232.646,57	232.646,57
Vicunha Têxtil S/A	10	BNDES	1.720,50	1.720,50	1.720,50
Agrícola Vale do Mangereba Ltda	24.034	CONAB	35.304,54	35.304,54	35.304,54
Cicanorte - Ind. de Conservas	1.581	BNDES	8.411,24	8.411,24	8.411,24
CCN - Cia de Coco do Nordeste	70.229	BNDES	4.906,60	4.906,60	4.906,60
Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	BNDES	1.395,27	1.395,27	1.395,27
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	1.963.531.952	BNDES	10.006.467,00	10.006.467,00	10.006.467,00
Logasa Indústria e Comércio S/A	78.040	BNDES	34.684,95	34.684,95	34.684,95
Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	BNDES	394,02	394,02	394,02
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	6	BNDES	840,03	840,03	840,03
Ciama Exp. Ind. e Exportadora Ltda	141.008	CONAB	4.542,66	4.542,66	0,00
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	214.806	BNDES	3.508,03	3.508,03	3.508,03
Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S/A	11.374	BNDES	48.691,22	48.691,22	48.691,22
Refinadora Catarinense S/A	356	BNDES	16.513,39	16.513,39	16.513,39
Total	1.967.220.957	=====	11.580.527,29	11.580.527,29	11.575.984,63

Observação: Título em poder do BNDES e CONAB

(1) Quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento, Fundo de Investimento da Amazônia e do Nordeste

(2) Quotas do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo

Em conformidade com a legislação Societária, os Investimentos em participação no capital social de outras Empresas, são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, quando esta estiver comprovada como permanente (art. 183 da Lei nº 6.404/76), com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Os Investimentos em Coligadas e Controladas pelo método da equivalência patrimonial (art. 248 da Lei nº 6.404/76), com a redação dada pela Lei nº 11.941/09. Os Investimentos da Conab são todos avaliados pelo Método do Custo, pois não possui investimentos em coligadas ou controladas.

Grande parte dos Investimentos da Conab, está em poder do BNDES (Gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND), em cumprimento ao Plano de Desestatização, em conformidade com as determinações da Lei n.º 9.491, de 09/09/1997 e Decreto n.º 1.068, de 02/03/1994.

Encontra-se mensurada a Provisão para Perdas Prováveis, no total de R\$8.056.461,73, assim discriminados:

Quadro XLVIII – Demonstrativo da Provisão para Perdas

CNPJ	Investida	Quantidade	31/12/2011 (R\$)
01556240000130	Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253.224	6.480.083,63
02534914000168	Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	96.486,58
04043493000106	Cia de Armaz Gr. e Entrepósitos do Acre	232.798	739.574,91
049334460000120	Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	7.260,99
050226330000114	Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-COPEMA	367.252,99	541998,85
16260788000105	Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	1395,27
28137800000178	Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774.835	180.016,28
28167955000157	Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	394,02
83807586000128	CIDASC - Cia Integ. Desenv.Agrícola SC	5.293.553	9.251,20
TOTAL			8.056.461,73

Fonte: Sucon

8.5 Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário

A Conab é uma empresa pública federal, a teor do disposto na alínea b do inciso II do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 200/1967, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, criada por Decreto Presidencial e autorizada pela Lei n.º 8.029 de 12 de abril de 1990, tendo iniciado suas atividades em 1.º de janeiro de 1991, integrando a Administração Pública Indireta, tendo personalidade jurídica de Direito Privado, conforme expresso no artigo 173 da Constituição da República.

Assim, por ser uma empresa pública integrante da Administração Pública Descentralizada, a Conab possui personalidade jurídica própria (distinta da União, que é Pessoa Jurídica de Direito Público) e patrimônio próprio, este não se vinculando, portanto, à Secretaria e Patrimônio da União (do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou seja Administração Pública Direta).

Por esse motivo, deixamos de apresentar as informações solicitadas no Quadro “A.11.1 - Discriminação Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União”.

No fim do exercício de 2010, a Conab mantinha 6 imóveis locados de terceiros, descritos no quadro a seguir.

Quadro XLIX – Distribuição dos Imóveis

Localização Geográfica	Quantidade de Imóveis de Propriedade da União e de Responsabilidade da UJ		Observação
	2011	2010	
Alagoas	4	4	Imóveis destinados a venda: Um prédio em Maceió e o armazém de União dos Palmares (Conad-Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010)
Maceió	2	2	
Palmeira dos Índios	1	1	
União dos Palmares	1	1	

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais de Imóveis

Quadro LII - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício (Em R\$)		
				Valor Histórico (Em R\$)	Data da Avaliação	Valor Reavaliado (Em R\$)	Imóvel	Instalações	Total
135586 Sureg-AL	4	-	3	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00
Total							0,00	0,00	0,00

Fonte: Supad/Gepas

Portaria SPU n.º 9 – Superintendência em Alagoas, de 25 de abril de 2011, autorizada a cessão de uso gratuito do imóvel destinado à Sede da Sureg de Alagoas pelo prazo de 10 anos, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, a critério daquela Secretaria

8.6 Parecer da Auditoria Independente

MOORE STEPHENS

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Administradores e acionistas da

Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

1- Examinamos o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações de resultado, das demonstrações de fluxos de caixa e das demonstrações do valor adicionado da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB do período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

2- A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3- Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

4- Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

5- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria prescritas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicáveis no Brasil, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a

A Moore Stephens Vector Auditores S/S é firma membro da Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas firmas membro presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.

MOORE STEPHENS

adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

6- As Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 (Medida Provisória nº 449/08), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008, alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e resultou em mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. A companhia não efetuou análise detalhada dos impactos das alterações sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/dez/11, consequentemente, não foi possível avaliarmos se os ajustes às demonstrações contábeis seriam ou não necessários em decorrência das alterações introduzidas.

7- Até a data de emissão deste parecer não havíamos recebido as informações requeridas através de procedimentos de circularização dos assessores jurídicos da Companhia, acerca de contingências contra e/ou a favor da Companhia, bem como, a posição dos depósitos vinculados a litígios. Desta forma, considerando que tais informações poderiam alterar os resultados da empresa, não obtivemos evidências suficientes das contas de depósitos vinculados em litígio.

Opinião

8- Em nossa opinião, exceto quanto aos parágrafos 6 e 7, cujos efeitos poderão alterar sobremaneira as posições contábeis ao final do exercício de 2011, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB em 31 de dezembro de 2011, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditorias especiais realizadas pela Controladoria Geral da União - CGU

9- Registramos a conclusão do Relatório de Auditoria Especial da Controladoria Geral da República – CGU, nº. 201203850, emitido em 09 de março de 2012, em foram constatadas irregularidades que requerem providências de ressarcimento ao Erário no valor de R\$ 12.196.159,25 (doze milhões, cento e noventa e seis mil, cento e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos) e apuração de responsabilidades.

10- Registramos, também, as conclusões levadas a efeito no curso dos trabalhos de auditoria especial realizadas pela Controladoria Geral da República – CGU, nº. 00190.021911/2011-41-A, em que evidenciaram deficiências estruturais e pontuais nas áreas de gestão administrativa e operacional da Companhia Nacional de Abastecimento, compreendidas no escopo da auditoria, com destaque para os atos voltados à

A Moore Stephens Vector Auditores S/S é firma-membro da Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas firmas-membro presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.



9 Governança e Controles

9.1 Informações sobre o Controle Interno

Quadro L – Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			x		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				x	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			x		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			x		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			x		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			x		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				x	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				x	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			x		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			x		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					x
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas				x	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			x		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			x		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Considerações gerais: Resultado de consenso apurado em reunião com representantes da Diretoria de Operações e Abastecimento-Dirab, Diretoria de Política Agrícola e Informações-Dipai, Diretoria Financeira-Difin e de órgãos vinculados à Presidência (Corregedoria Geral-Coger, Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias-Coamo, Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão-Codag e Gabinete da Presidência-Gabin, na qual os representantes apresentaram a avaliação decorrente de reunião previamente realizadas com os superintendentes das respectivas diretorias, para decisão e avaliação no grupo, visando ao consenso.					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					